

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA

SOLANGE MARIA BATISTA DE SOUZA

CONTRIBUIÇÕES À IMPLEMENTAÇÃO DO PPEC: SUPERANDO DUALIDADES

JUIZ DE FORA

2015

SOLANGE MARIA BATISTA DE SOUZA

CONTRIBUIÇÕES À IMPLEMENTAÇÃO DO PPEC: SUPERANDO DUALIDADES

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Beatriz de Basto Teixeira

JUIZ DE FORA
2015

TERMO DE APROVAÇÃO

SOLANGE MARIA BATISTA DE SOUZA

CONTRIBUIÇÕES À IMPLEMENTAÇÃO DO PPEC: SUPERANDO DUALIDADES

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em __/__/__.

Professora Dra. Beatriz de Basto Teixeira
Membro da Banca - Orientadora

Membro da Banca Externa

Membro da Banca Interna

Juiz de Fora, de de 2015.

Dedico este trabalho de pesquisa ao meu esposo, Carlos Magno, companheiro e incentivador de meu crescimento profissional.

Ao meu filho, Igor Nogueira que, por muitas vezes, foi negligenciado de minha companhia, mas tanto me fortaleceu para que cada etapa do processo desta caminhada fosse cumprida, com sentimentos de respeito, amor, apoio, semeando valores que foram importantes para finalização desta obra.

Aos meus familiares, pelo apoio e a iniciativa de se fazerem presentes quando já não podia mais me dedicar aos meus entes o quanto deveria, preenchendo, com amor, carinho, coragem, essas lacunas, não deixando que lhes faltasse nada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e persistência de mais uma jornada na minha formação pessoal e acadêmica.

À Orientadora, Prof^a, Dra. Beatriz de Basto Teixeira, e aos tutores, Prof^a. Ms. Carla Silva Machado, Prof. Ms. Tiago Rattes de Andrade e Prof^a. Ms. Patrícia Otoni, que apoiaram e ajudaram na construção do trajeto percorrido até a culminância deste projeto.

Às professoras Rita de Cássia Oliveira e Ilka Schapper, pela contribuição dada no processo da banca de qualificação, orientando e norteando sobre caminhos que deveriam ser seguidos para o enriquecimento da construção desta pesquisa de Mestrado.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, pelos conhecimentos transmitidos.

Em especial, à Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional que oportunizou a minha participação neste curso.

À Secretaria de Educação, representada pela Gerência de Educação Profissional, por todas as informações fornecidas.

Aos professores Francisca Kátia, João Batista, Luziane Klitzeke e Wagner Luís Braga, atuantes e apaixonados pela Educação Profissional, pelas suas colaborações.

Aos demais professores do CEET Vasco Coutinho, pela colaboração e contribuição nas pesquisas. A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram no desenvolvimento deste trabalho.

[...] A escola profissional não deve se transformar numa incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem alma, mas apenas com olho infalível e mão firme. Também através da cultura profissional é possível fazer brotar do menino um homem, desde que essa cultura seja educativa e não só informativa, ou não só prática e manual.

Antonio Gramsci

RESUMO

O presente trabalho, intitulado “Contribuições à implementação do PPEC: superando dualidades”, foi desenvolvido no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora, com o objetivo de apresentar propostas para o aprimoramento da implementação do PPEC (Projeto de Pesquisa de Enriquecimento Curricular), em uma Escola Técnica Estadual no Estado do Espírito Santo, tendo em vista a importância e a necessidade de avaliação dessa política pública, contribuindo para o seu aprimoramento. Os sujeitos envolvidos foram os professores e alunos do CEET Vasco Coutinho, que participaram desta pesquisa por meio de entrevista semiestruturada para os professores e questionários para os alunos. A realização deste estudo foi estruturada em duas categorias centrais: trabalho como princípio educativo, fundamentado nos autores, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos, Acácia Kuenzer, Ramon Oliveira, Dermeval Saviani e Ronaldo Araújo e a pesquisa como princípio educativo, baseada nas concepções de Marise Ramos, Pedro Demo, nas Diretrizes Curriculares de EPT e nas Leis Federais e Estaduais. Ao final, foi apresentado um Plano de Ação Educacional, a partir dos resultados obtidos na pesquisa, no que se refere às fragilidades e aos pontos positivos. Esse plano foi organizado com base em três categorias centrais: Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Inovação, tendo como foco a revitalização do currículo de EPT e o aprimoramento e monitoramento dessa política pública.

Palavras-chave: Educação Profissional. Currículo. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This work, entitled "Contributions to the Implementation of the PPEC: Overcoming Dualities", was developed in the Professional Masters in Management and Public Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora, in order to submit proposals for improving the implementation of the PPEC (Research Project Enrichment Curriculum) in a public technical school in Espírito Santo state, in view of the importance and the need for evaluation of this public policy in order to contribute to its improvement. The subjects involved were teachers and students of CEET Vasco Coutinho, who took part in this research through semi-structured interviews for teachers and questionnaires for students. This research was structured into two main categories: work as an educational principle based on the authors, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos, Acacia Kuenzer, Ramon Oliveira, Dermeval Saviani and Ronaldo Araújo and research as an educational principle, based on the concepts of Marise Ramos, Pedro Demo, the Curriculum Guidelines of EFA and the Federal and State Laws. At the end, it was presented an Educational Action Plan from the results obtained in the research regarding to the weaknesses and the strengths of the project. The plan was organized from three main categories: Interdisciplinary, Sustainability and Innovation, focusing on the revitalization of the EPT (Professional and Technical Education) curriculum and the improvement as well as the monitoring of this public policy.

Keywords: Professional Education. Curriculum. Interdisciplinarity.

LISTA DE ABREVIATURAS

AECTI – Assessoria Especial da Tecnologia e Inovação do Estado do Espírito Santo
CEET – Centro Estadual de Educação Técnica do Estado do Espírito Santo
CET – Núcleo Estadual de Educação Técnica do Estado do Espírito Santo
COINTEC – Comitê Estadual Integrado de Educação Profissional do Espírito Santo
EAD – Educação a Distância
EPT– Educação Profissional e Tecnológica
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FNE – Fórum Nacional de Educação
GA – Gerência Administrativa da SECTTI
GAB – Gabinete
GE – Gerência de Emprego
GEP – Gerência de Educação Profissional
GFS – Grupo Financeiro Setorial
GPO – Grupo de Planejamento e Orçamento
GRH – Grupo de Recursos Humanos
IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
NITES – Núcleo de Inovação Tecnológica do Espírito Santo
NUGEP – Núcleo e Gestão Estratégica e Projetos
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação
PEC – Projeto de Enriquecimento Curricular
PEP – Plano de Educação Profissional
PIB – Produto Interno Bruto.
PNADs – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPEC – Projeto de Pesquisa de Enriquecimento Curricular
PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SECT – Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia

SECTTI – Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho

SEDES – Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo

SEDU – Secretaria de Estado da Educação do Estado do Espírito Santo

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial

SUBTRAB – Subsecretaria do Trabalho

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Organograma da SECTTI	50
Figura 2. Organograma de Funcionários do CEET Vasco Coutinho	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Pib per capta - Espírito Santo e Brasil 2004-2011.....	30
Gráfico 2. Redução da Extrema Pobreza: Espírito Santo e Brasil 2001-2009	31
Gráfico 3. Taxa de distorção idade-série, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2012..	33
Gráfico 4. Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais de idade), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001-2012.	34
Gráfico 5. Taxa de analfabetismo funcional (pessoas com 15 anos ou mais de idade), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001-2012.....	35
Gráfico 6. Idade	89
Gráfico 7. Relação entre Professor, Coordenador e Alunos no Projeto de que você participa.	91
Gráfico 8. Aplicabilidade em sua vida profissional dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula e no PPEC.....	92
Gráfico 9. Aproximação entre os conteúdos tratados em sala de aula e as necessidades de conhecimento postas pelo mundo do trabalho	93
Gráfico 10. Relação entre os conteúdos e as disciplinas do Ensino Médio regular propedêutico e o PPEC.....	95
Gráfico 11. Relação entre os conteúdos das disciplinas do Ensino Médio subsequente/profissional e o PPEC	96
Gráfico 12. Aumento das oportunidades de participação no PPEC e a ampliação de oportunidades profissionais	98
Gráfico 13. Adequação dos espaços físicos e dos equipamentos às necessidades do PPEC	99
Gráfico 14. Enriquecimento do currículo do curso e o PPEC	100
Gráfico 15. A contribuição do PPEC na revitalização do currículo como instrumento na aproximação do mundo do trabalho.....	101
Gráfico 16. Importância do PPEC para a vida profissional.....	103
Gráfico 17. Resultados alcançados pelo PPEC.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Ação para atender às necessidades de formação profissional, técnica e tecnológica.	44
Quadro 2. Percepção dos alunos em relação à participação no PPEC	88
Quadro 3. Identificação dos Professores Entrevistados	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de escolas e matrículas de 2º grau, por região administrativa do Espírito Santo em 1977.....	38
Tabela 2. Ofertas de matrículas para Educação Profissional no Espírito Santo 2010-2014	43
Tabela 3. Quantitativo de Ofertas de vagas no CEET Vasco Coutinho	69
Tabela 4. Quantitativo de PEC das Escolas Estaduais que ofertam Educação Profissional.....	76
Tabela 5. Relação de Professores do CEET Vasco Coutinho	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O PROJETO DE PESQUISA DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR E A SUA INTEGRAÇÃO NA FORMA SUBSEQUENTE	19
1.1 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 70	19
1.2 PANORAMA DA PERSPECTIVA DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO E A RELAÇÃO ECONOMIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	28
1.3 CENÁRIO DA PESQUISA: DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CEET VASCO COUTINHO À CRIAÇÃO DO PPEC NAS ESCOLAS TÉCNICAS ESTADUAIS	45
1.3.1 A criação do CEET Vasco Coutinho, a estrutura normativa da implantação do PEC e a formulação da Política do PPEC.....	45
1.3.2 A transferência dos CEETs da Secretaria da Educação para a Secretaria de Ciência e Tecnologia.....	48
1.3.3 A gênese do PEC.....	52
1.3.4 Estrutura e desenvolvimento do PEC na Rede Estadual do ES.....	55
1.4 A REESTRUTURAÇÃO DO PPEC E SUAS BASES LEGAIS	56
2 O PPEC NO CEET VASCO COUTINHO	65
2.1 O UNIVERSO ESTUDADO: O PPEC NA ESCOLA	68
2.3 A CONCEPÇÃO DO PPEC SOB O PONTO DE VISTA DOS PROFESSORES...	104
2.4 CARACTERIZAÇÃO DOS PROFESSORES	105
2.4.1 Atuação da Equipe Pedagógica e professores com a implantação do PPEC	107
3.1 APRESENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: AÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA “PPEC”	132
3.2 SÍNTESE DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
ANEXO A – CONTRATOS	160
ANEXO B - Tabela PPEC.....	162
ANEXO C - CULMINÂNCIA DOS PEC’S.....	182
ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO.....	184



ANEXO E - Eixo Tecnológico Gestão e Negócios	185
ANEXO F - Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer.....	186
ANEXO G – Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design	187
ANEXO H – Eixo Tecnológico Informação e Comunicação.....	188
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	190
APÊNDICE B – ENTREVISTA PROFESSOR E COORDENADORES DE CURSO ..	192

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco a investigação do Projeto de Pesquisa de Enriquecimento Curricular (PPEC), por meio do estudo de caso de um Centro Estadual de Educação Técnica (CEET) da Rede Estadual de Educação do Espírito Santo. Tal experiência insere-se no bojo das políticas públicas de Educação Profissional, que foram implementadas a partir de 2005 no Espírito Santo. Considerando a relevância desse tema como uma possibilidade na superação das dualidades que marcam a Educação Profissional e a Educação Propedêutica no Brasil, o projeto se configura como um elemento importante na discussão do currículo de EPT. Além disso, é imprescindível analisar, refletir sobre a Educação Profissional e discutir no âmbito local, assim como entender como as Instituições de Ensino executam e reinventam as políticas públicas de Educação Profissional, em especial o Projeto de Pesquisa de Enriquecimento Curricular (PPEC), a partir de uma concepção de currículo que perpassa a teoria, aproximando esta do mundo do trabalho.

A vivência por quase quatro anos, na condição de gestora da instituição, no ambiente de um Centro Técnico localizado em uma área urbana, e a familiaridade com as dificuldades relacionadas à implementação da política pública do PPEC foram fatores de motivação para uma investigação mais detalhada sobre como o projeto está sendo implementado e qual a contribuição que poderá trazer para o currículo na confluência entre a teoria e a prática, fundamento da Educação Profissional.

Nesse sentido, o objetivo desta dissertação será o de apresentar propostas para o aprimoramento da implementação do PPEC (Projeto de Pesquisa de Enriquecimento Curricular) em uma escola que oferta Educação Profissional na forma subsequente ou concomitante no Estado do Espírito Santo. Para a realização desta pesquisa, foram estudados o caso de um Centro Estadual de Educação Técnica no município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, assim como a LDB, os documentos produzidos pelo MEC, como a Resolução nº 06/2012, os Decretos nº 2.208/98 e 5.154/04, Portarias, Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, o Plano Estratégico do Governo Estadual, o Plano Estadual de Educação Profissional - PEP, o Relatório Educação

Brasileira: Indicadores e Desafios, que tem como foco principal a publicação da Lei nº 9.971/12 e as Portarias 015-R e 020-S que regulamentam o PPEC.

Esta dissertação está organizada em três capítulos, nos quais se apresenta o PPEC dentro de um contexto mais amplo de Educação Profissional, problematizando algumas questões, tendo em vista a possibilidade de aprimoramento dessa política pública.

Para a contextualização do Projeto, foi feita a análise da História da Educação Profissional no Brasil e seus desdobramentos no âmbito estadual. Nessa abordagem histórica, o primeiro capítulo da dissertação está estruturado da seguinte forma: um breve histórico da Educação Profissional no Brasil a partir dos anos 1970, tomando como ponto de partida a literatura sobre a História da Educação Profissional no Brasil, bem como o momento histórico e social em que foram publicadas as Leis e os Decretos que contribuíram para o avanço dessa modalidade de Ensino.

Na esfera Estadual, o texto procura explicitar o panorama das perspectivas de crescimento e desenvolvimento do Estado do Espírito Santo e os impactos da economia na Educação Profissional. Ainda no contexto estadual, o texto apresenta uma breve história da implantação da Educação Profissional e o retorno dessa modalidade de Ensino no Estado.

Para finalizar o primeiro capítulo, é apresentado o cenário da Institucionalização do CEET Vasco Coutinho à criação do PPEC nas Escolas Técnicas Estaduais, trazendo ao diálogo a criação do CEET Vasco Coutinho como marco da retomada da Educação Profissional no Estado do Espírito Santo, como também a origem do PEC, sua estrutura e seu desenvolvimento na Rede Estadual.

O segundo capítulo deste trabalho faz uma explanação sobre o universo estudado no CEET Vasco Coutinho, cujo foco é o PPEC no cotidiano desta instituição. Além disso, aborda-se o papel do Gestor Escolar durante o processo de implementação do projeto estudado. Ainda nesse capítulo, o PPEC foi focalizado numa concepção de currículo de EPT fundamentado em duas categorias: o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio educativo.

Tendo em vista que a análise documental relacionada à política pública do PPEC aqui estudada não dá conta de fornecer todas as informações necessárias para uma

observação mais profunda, novos dados foram gerados por meio de realização de entrevistas semiestruturadas com os professores e questionário com os alunos. Para a conclusão do capítulo, dialoga-se com a concepção do PPEC, vista pelos alunos e os professores, a partir da análise dos dados coletados no decorrer da pesquisa.

Para finalizar, o terceiro capítulo, intitulado “O plano de Ação Educacional: apresentação da proposta de aprimoramento da política do PPEC”, será elaborado como uma tentativa de transformá-lo em um instrumento para contribuir com o processo de aprimoramento dessa política pública, por meio dos resultados obtidos no decorrer da pesquisa. Este plano de intervenção será desenvolvido a partir de três categorias: Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Inovação.

O PPEC como objeto de pesquisa se dá em decorrência da importância de um tema voltado para a atividade profissional da pesquisadora como gestora deste Centro Técnico. E também por acreditar que esta dissertação possa contribuir para a revitalização dessa política pública, para que se vislumbre um currículo de Educação Profissional mais contextualizado com o mundo do trabalho e, conseqüentemente, superando as dualidades.

1 O PROJETO DE PESQUISA DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR E A SUA INTEGRAÇÃO NA FORMA SUBSEQUENTE

Para a composição da análise da trajetória da Educação Profissional, este capítulo está estruturado em três seções que organizam os conteúdos que servem de pano de fundo para o caso a ser descrito e analisado. A primeira seção contém o Histórico da Educação Profissional desde a década de 1970 até hoje. Como subseção deste capítulo, será tratado o contexto da Educação Profissional no Estado do Espírito Santo, com uma reflexão fundamentada na perspectiva de crescimento e desenvolvimento desse Estado, conjugado com a economia e com a Educação Profissional. Aqui, também, dissertar-se-á sobre a retomada da Educação Profissional no Espírito Santo e as suas bases legais.

A terceira subseção trata do cenário da pesquisa com o enfoque na criação do CEET Vasco Coutinho até a sua transferência da Secretaria da Educação para a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Na subseção seguinte, apresenta-se a gênese do PEC, bem com a sua estrutura e o seu desenvolvimento na Rede Estadual do Estado do Espírito Santo. Para finalizar o capítulo, o PPEC é analisado por meio de legislação pertinente, para a sua reestruturação e implementação nas Escolas Técnicas Estaduais.

A primeira seção deste capítulo traz uma descrição sobre o contexto histórico no Brasil, a partir dos anos 1970, registrando as mudanças ocorridas na Legislação pertinente e os avanços na Educação Profissional até os dias de hoje. A segunda subseção apresenta uma exposição da perspectiva de crescimento e desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, que relaciona a economia à Educação Profissional. Ao apontar a necessidade de investimento na Educação Profissional, retoma-se, na terceira seção, a Educação Profissional no Estado do Espírito Santo, visando a atender e a cumprir com a legislação vigente.

1.1 Contexto da Educação Profissional no Brasil a partir dos anos 1970

Historicamente, a Educação no Brasil se caracteriza pela dualidade estrutural entre a formação profissional para os menos favorecidos economicamente e a formação

propedêutica, destinada à continuação de estudos, principalmente para os filhos da elite. Essa dualidade, que mantém essas duas possibilidades de formação diferenciada ao longo da história, expressa, ainda hoje, as contradições de uma sociedade capitalista.

A concepção da Educação Profissional predominante nas literaturas que tratam desse assunto reforça a tese de que a história da Educação Profissional Brasileira tem a sua origem na dualidade estrutural, na qual se configura um modelo de conhecimento que hierarquiza os saberes e atribui menor valor e até conotação negativa àqueles de ordem prática associados, de forma preconceituosa, ao trabalho manual, remetendo à origem da Educação Profissional no Brasil¹. Tal conhecimento prático se transmitia de geração para geração, “em um processo de Educação Profissional que integrava (e ainda integra) ‘saberes’ e ‘fazeres’ mediante o exercício das múltiplas atividades da vida em comunidade” (MANFREDI, 2002, p. 67).

A partir das concepções apresentadas, fez-se necessária uma formação que desenvolvesse habilidades técnicas com conhecimentos específicos, em ofícios imprescindíveis para suprir as demandas de trabalho de uma sociedade capitalista que começa a se desenvolver com o processo de urbanização (CUNHA, 2000 apud ARAÚJO et. al., 2007, p. 51).

Ainda de acordo com Cunha, somente a partir do desenvolvimento do processo de urbanização, que viria a abrigar a burocracia do Estado metropolitano e a atividade de comércio e serviços, é que foi sendo diversificada a necessidade consumidora de uma crescente população urbana. O processo de urbanização contribuiu para ampliar as demandas por sapateiros, ferreiros, carpinteiros, sendo necessário ao aprimoramento por técnicos dos artesãos e trabalhadores dos vários setores da economia daquele período (ARAÚJO et. al., 2007, p. 51).

Segundo Nagle (1974 apud ARAÚJO et. al., 2007, p. 52), “o ensino técnico-profissional, até os primeiros anos da República, era menos um programa propriamente educacional e mais um plano assistencial aos necessitados da misericórdia pública.” O objetivo era a regeneração pelo trabalho, ou seja, mais do que aprendizagem de

¹Segundo FONSECA (1961, p. 68), a história da Educação Profissional no Brasil ficou marcada com o estigma da servidão, por terem sido os índios e os escravos os primeiros aprendizes do ofício.

técnicas de trabalho, urgia a necessidade de formar hábitos de trabalho disciplinado, para afastar os jovens da ociosidade ignorante, do vício e do crime (ARAÚJO et. al., 2007, p. 52).

O processo de industrialização, ocorrido na década de 1930, causou uma grande necessidade de trabalhadores para atender às demandas de indústria e aos setores do comércio e serviços. Isso contribuiu para evidenciar ainda mais o dualismo educacional, em que o ensino foi fragmentado por setor produtivo, por profissões, buscando atender às necessidades do mercado de trabalho e ao ensino secundário propedêutico, para atender àqueles com melhores condições que almejavam a universidade (MURARO, 2007).

Nesse contexto, a partir de 1942, começou a ser aprovado o conjunto das chamadas “Leis Orgânicas do Ensino”, mais conhecidas como reforma Capanema. Elas foram baixadas por Decretos: para o Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073/42); para o Ensino Comercial (Decreto-Lei nº 6.141/43); para o Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530/46) e Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.613/46). Essas Leis propiciaram a criação do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946 (MURARO, 2007).

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 4.024/61) equiparou o ensino profissional, do ponto de vista da equivalência e da continuidade dos estudos, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico. Encerrava-se então, pelo menos do ponto de vista formal, a dualidade de ensino para as “elites condutoras do país” e o ensino para os “desvalidos da sorte”. Não havia mais necessidade de exames e provas para conhecimentos. Todas as modalidades de ensino passaram a ser equiparadas, dando continuidade aos estudos em níveis superiores (MURARO, 2007).

Com a implantação de um Estado autoritário, a partir de 1964, podem-se observar, na área educacional, algumas mudanças importantes, como a ampliação do ensino de 1º grau de 4 para 8 anos, unificando, assim, o ensino primário com o ensino ginasial. Ainda no campo educacional, outro destaque foi o Programa de Alfabetização

de Adultos denominado Mobral², que surgiu para se contrapor ao projeto de alfabetização de adultos iniciado por Paulo Freire. Nesse período, foi criada uma ideia de que a Educação Profissional seria a solução para os problemas de emprego, possibilitando a criação de cursos profissionalizantes sem investimentos apropriados.

Com a Lei 5.692/71, reestrutura-se o ensino de 1º e 2º graus no governo militar, o que significa uma iniciativa importante na história da Educação Profissional, pois generalizou a profissionalização que se tornou obrigatória no ensino de segundo grau. Tal iniciativa causou falsas expectativas em relação à Educação Profissional, pois, mesmo sendo uma meta ambiciosa do governo militar, houve grandes problemas devido à falta de estrutura para desenvolver os cursos com um mínimo de qualidade, além da ausência de professores habilitados, frustrando a expectativa da Lei.

Assim, a dicotomia Educação Científica e Educação Profissional foi evidenciada com a utilização dos termos “Educação Geral” e “Formação Especial” e reforçada pelos Pareceres³ que definiam os currículos mínimos para os cursos profissionais (MURARO, 2007).

A partir de 1982, os efeitos dos pareceres foram amenizados pela Lei Federal nº 7.044/82, que alterou a Lei nº 5.692/71. Com essa nova Lei, foi extinta a obrigatoriedade da profissionalização. Embora não fosse essa a sua finalidade, com ela, a formação técnica ficou restrita aos moldes das antigas escolas técnicas. Muito rapidamente, as escolas de segundo grau reverteram suas “grades curriculares” e passaram a oferecer apenas o ensino básico (MURARO, 2007).

Ao longo da década de 1980, o Brasil vive o início de um processo democrático. Esse período foi marcado pelo fim da Ditadura Militar, encaminhando a chamada mudança Democrática, que não passou de “uma transição negociada com o antigo

²MOBRAL - Foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando a "conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida" Apesar da ênfase na pessoa, ressaltando-a, numa redundância, como humana (como se a pessoa pudesse não ser humana!), vemos que o objetivo do MOBRAL relaciona a ascensão escolar a uma condição melhor de vida, deixando à margem a análise das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista. Ou seja, basta aprender a ler, escrever e contar e se estará apto a melhorar de vida.

³Parecer 45/72, do Conselho Federal de Educação, que reforçou a orientação da Lei 5.692/71, sobre a composição do núcleo comum dos estudos, fixando o mínimo curricular das habilitações profissionais; 76/75, retirando o princípio básico da Lei 5.692/71, da supressão da dualidade entre o ensino propedêutico e profissionalizante (BRASIL, 1975).

sistema de poder, e que conta, desde o início, com a adesão de parte expressiva das elites dirigentes do regime anterior” (CUNHA, 1995, p. 46).

Somente a partir da instauração da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, os debates que se referem à educação ganharam maiores proporções, ao darem suporte ao texto dos artigos 205 a 208 da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96.

A Constituição Federal de 1988, que ficou conhecida como a “Constituição Cidadã”, preceitua a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, com a tríplice função de garantir a realização plena do ser humano, inseri-lo no contexto do estado democrático e qualificá-lo para o mercado de trabalho. Dessa forma, esse texto constitucional, nos artigos 205 a 214, destaca a educação tanto como mecanismo de desenvolvimento pessoal do indivíduo, como da sociedade em que está inserido.

Assim, no movimento de tramitação da LDB:

[...] nasce um projeto construído com ampla participação de diferentes segmentos da sociedade civil - representados principalmente pelo Fórum Nacional em Defesa da escola pública - como um projeto de LDB democrática e popular, o qual se vincula também, a uma concepção de educação, diferente das políticas neoliberais que marcaram a educação brasileira na década de 90 (ZANETTI, 1997, p. 01).

Nesse cenário de anos de tramitação, no final de dezembro de 1996, ocorreu um fato importante para o governo Fernando Henrique Cardoso, que foi a não aprovação do PL 12.588/88 e a aprovação do Projeto de LDB – Darcy Ribeiro, que teve o apoio do MEC para sua aprovação. Essa Lei conjuga-se com as políticas neoliberais implementadas pelo Banco Mundial para a educação na América Latina e, em especial, para o Brasil.

Assim, a Lei aprovada é o cumprimento de um programa, tornando-se um marco simbólico de uma conjugação de diversas forças políticas, mas com um viés neoliberal decorrente das políticas para a educação no Brasil na década de 90. Dessa forma, a preparação para profissões técnicas, de acordo com o §2º do artigo 36 da LDB 9.394/96, poderá ocorrer, no nível do Ensino Médio, no qual o educando se aprimora como pessoa humana, desenvolve sua autonomia intelectual e pensamento crítico, bem como compreende os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, dando, de acordo com o Parecer nº 16/99, “uma nova dimensão à Educação

Profissional, como direito do cidadão ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida social e produtiva”. Na concepção de Kuenzer, (1997), essa Lei vem “reafirmando-se novamente na oferta propedêutica [...] como a via preferencial para ingresso no nível superior, permanecendo os velhos ramos [...] como vias preferenciais de acesso ao mundo do trabalho” (KUENZER, 1997, p. 24).

Portanto, o texto da LDB 9.394/96 (art. 35; parágrafo II) é bastante ambíguo e estabelece como objetivo da educação básica a “preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. Porém, a preparação para profissões técnicas se constitui em um sistema paralelo e independente, que poderá ser articulado com o ensino regular ou não se desarticular dele completamente. Essa ambiguidade ganha relevância com a promulgação do Decreto nº 2.208/97, em que a formação técnica é estimulada nos estudos pós-médios (BRASIL, 1996).

O Programa de Expansão da Educação Profissional⁴ (Proep), que também foi um marco nas políticas neoliberais expressadas pelo Decreto nº 2.208/97, e as ações dele decorrentes ficaram conhecidos como a Reforma da Educação Profissional. Com isso, determina-se que a “Educação Profissional terá organização curricular própria e independente do ensino médio” (BRASIL/MEC, 1997, p. 21).

Nesse contexto, percebe-se uma nova configuração nessa modalidade, na qual o Ensino Médio tem um sentido propedêutico, ao passo que os cursos técnicos são separados do Ensino Médio, passando a ser ofertados de duas formas a saber: a concomitante (para os alunos que estão cursando o Ensino Médio) ou a sequencial/subsequente (para os alunos que concluíram o Ensino Médio). Com esse dispositivo, o Decreto retirou da escola a possibilidade de desenvolver a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio. Segundo Pacheco:

Para os Estados, a separação entre a Educação Profissional e o ensino médio estabeleceu uma oferta paralela ao sistema de ensino regular. A

⁴Programa de Expansão da Educação Profissional que foi uma iniciativa do Ministério da Educação, concebido em 1997, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego que visava à expansão, modernização, melhoria da qualidade para as instituições de ensino. Os recursos eram originários de dotações orçamentárias do governo federal, sendo 25% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, do Ministério do Trabalho e Emprego, e os 50% restantes do empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

falta de investimento federal levou os Estados a manter a oferta de ensino médio com recursos próprios ou por meio da adesão a programas financiados por empréstimos internacionais. No caso da Educação Profissional, o financiamento disponível, vinculado ao Proep, não previa recursos para sua manutenção, com a contratação e estruturação de carreiras para os docentes e demais servidores da educação necessários ao funcionamento das escolas (PACHECO, 2012, p. 25).

Seguindo a trajetória, o ano de 2003 é marcado por grandes expectativas no Brasil, quando um operário chega à presidência da República. Nesse ano, registraram-se grandes movimentos em defesa de uma escola pública de qualidade. No que se refere ao Ensino Médio, o governo federal estabelece um diálogo com os movimentos organizados, iniciando um debate em torno de um novo perfil para o Ensino Médio, tendo como grandes interlocutores do processo os pesquisadores Marise Ramos, Maria Ciavatta e Gaudêncio Frigotto, dentre outros.

Assim, o que se pretendia era a (re) construção de princípios e fundamentos da formação dos trabalhadores para uma concepção emancipadora dessa classe, que historicamente conviveu com uma escola pública marcada pela exclusão e seletividade. Acreditava-se que a mobilização da sociedade pela defesa do ensino médio unitário e politécnico, que admitisse a profissionalização, integraria em si os princípios da ciência, do trabalho e da cultura, promoveria um fortalecimento das forças progressivas para a disputa por uma transformação mais estrutural da educação brasileira (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 1090).

Para tanto, seria necessário uma profunda reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no que se refere à Educação Profissional e “um novo decreto seria um dispositivo transitório que, enquanto garantisse a pluralidade de ações a sistemas e instituições de ensino, mobilizasse a Sociedade Civil em torno do assunto” (FRIGOTTO et al., 2005, p. 4).

Dessa forma, o Decreto nº 5.154/04 apresentava a proposta de manter as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes já contempladas pelo Decreto nº 2.208/97, possibilitando a integração do Ensino Médio aos cursos técnicos, em uma perspectiva de formação humana que integrasse a ciência, a cultura e o trabalho.

Assim, pode-se dizer que o Governo Luiz Inácio Lula da Silva trouxe para o campo da Educação Profissional um grande avanço no sentido de garantir a integração desta, com a Educação Básica, ao adotar a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho

como eixos estruturantes, expressados no Decreto nº 5.154/04. Corroborando, Ramos (2005), afirma:

Com a revogação do Decreto 2.208/97 e a aprovação do Decreto 5.154/04, houve a abertura e estímulo à formação integrada do ensino médio propedêutico com o ensino técnico. Esta integração propõe que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura (RAMOS, 2005, p. 122).

Desse modo, o jovem passa a ter uma efetiva formação básica na dimensão das áreas que lhe dão base para ser um sujeito autônomo e participativo na construção da sociedade, de maneira que esteja preparado para o mundo da produção.

Apesar do grande avanço do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com a revogação do Decreto nº 2.208/98 e a promulgação do Decreto nº 5.154/04, é fácil perceber que não foi modificada a essência da formação para o trabalho. Ainda hoje a política predominante do governo é o Pronatec⁵ – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego que, na maioria dos cursos ofertados, caracteriza-se como uma Formação Inicial Continuada (FIC), que tem como resultado um aligeiramento da formação para atender às necessidades imediatas de mercado, e que também não significou uma implantação imediata do Ensino Médio Integrado nas redes públicas de ensino. Poucos foram os Estados que implantaram o Ensino Médio Integrado imediatamente após a publicação do Decreto 5.154/04 (BRASIL, 2004).

Além do Decreto 5.154/04, outra importante decisão, com investimentos significativos do governo Luiz Inácio Lula da Silva na política da Educação Profissional, foi a aprovação da Lei nº 11.195/05, que alterou o § 5º artigo 3º da Lei nº 8.948/94. Essa Lei foi o primeiro passo na consolidação do plano de expansão da Rede Federal de Ensino, o que era restrito pela lei anterior, vigente no governo Fernando Henrique Cardoso, que previa que a criação de novas unidades de ensino por parte da União seria feita somente em parceria com os Estados e municípios, com o setor produtivo ou com organizações não governamentais.

⁵Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Instituído pela Lei nº 12.513, de 26/10/2011, com a finalidade de ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Com a alteração na redação da lei, acaba-se com o entrave na expansão da Rede Federal, que representa um grande salto na ampliação da oferta de Educação Profissional no Brasil, configurando a maior expansão de sua história em relação a essa modalidade de Ensino. De 1909 a 2002, foram construídas 140 Escolas Técnicas no país. Entre 2003 e 2010, o Ministério da Educação entregou à população as 214 escolas previstas no plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional; além disso, outras escolas, como as Escolas Agrotécnicas aqui do Espírito Santo, foram federalizadas e incorporadas aos Institutos Federais de Ensino. Entre os anos de 2011 e 2014, durante o processo de ampliação da Educação Profissional, todas as 208 novas unidades previstas entraram em atividade, alcançando um total de 38 Institutos Federais presentes da federação, com 562 escolas em funcionamento (BRASIL, 2014).

Com o objetivo de expandir a Educação Profissional e Tecnológica para todo o país, o MEC promoveu a ampliação das Redes Públicas Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Esse movimento se materializou com novos financiamentos às Redes Estaduais, que poderiam equipar e ampliar suas escolas por intermédio do Programa Brasil Profissionalizado instituído pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. O Brasil Profissionalizado tem como objetivo o fortalecimento da Educação Profissional no âmbito dos Estados, por meio da aquisição de equipamentos, entrega de laboratórios específicos para os cursos técnicos, construções de escolas a partir de modelos prontos.

Em 2011, inicia-se um novo governo que é um marco na história do Brasil, pois, pela primeira vez, uma mulher assume a Presidência da República. Dilma Rousseff iniciou o seu governo dando seguimento à política econômica do governo Lula. Aos poucos, porém, foi imprimindo o seu estilo de governar e ampliando a política de transferência de renda, que teve o seu ápice no lançamento do Programa Brasil Sem Miséria, programa apaziguador da miséria e da desigualdade social. De uma forma geral, o governo Dilma, em seu primeiro mandato, foi a continuidade do governo Lula.

Foi nesse contexto político e econômico que foi lançado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC). Esse programa tinha como meta criar 8 milhões de vagas para a qualificação técnica e profissional de trabalhadores e de alunos do Ensino Médio até 2014, intensificando a expansão e a

interiorização das redes Federal, Estadual e Privada.

O PRONATEC foi instituído com o objetivo de contribuir para a democratização e interiorização da qualificação profissional, mas não é suficiente para reduzir as desigualdades sociais, embora seja um ingrediente essencial como um passo rumo às reformas estruturantes, que precisam ser implementadas neste país, como a reforma urbana, a reforma agrária, a reforma política, dentre outras.

As eleições presidenciais de 2014 se converteram em uma acirrada disputa presidencial. A diferença do total de votos entre os dois candidatos foi a menor observada entre dois finalistas de uma eleição presidencial, desde a implantação da Nova República. O então novo governo inicia-se com mudanças significativas na política econômica do país, embora firme quanto à continuidade dos programas sociais, dentre eles, o PRONATEC, que continua sendo uma política prioritária na expansão da Educação Profissional. Em seu discurso de posse presidencial, a reforma política que foi anunciada é, sem dúvida, um começo. Muitas outras reformas são necessárias para revitalizar a democracia no Brasil, para despertar na cidadania uma onda de democratização. Ao se referir ao compromisso com a educação, com o lema “Brasil Pátria Educadora”, a Presidenta destacou a educação como prioridade, afirmando que “todas as ações do governo têm um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano” (BRASIL, 2015).

1.2 Panorama da perspectiva de crescimento e desenvolvimento do Espírito Santo e a relação economia e Educação Profissional

O Estado do Espírito Santo está localizado na Região Sudeste e possui 78 municípios, com uma população de 3.453.647 habitantes, e é o resultado de uma miscigenação de raças, que fazem a sua história rica de tradições e costumes.

É possível perceber, no Estado do Espírito Santo, mudanças significativas nas características populacionais, a partir de 1960, indicando um crescimento no desenvolvimento econômico, bem como transformações estruturais em suas atividades econômicas. Assim, destacam-se dois aspectos importantes no processo econômico, o intenso processo de urbanização, com índices significativos de crescimento populacional a cada década. Em 1960, 71% da população estadual residia no meio

rural, índice que progressivamente foi diminuindo até atingir, em 2000, tão somente 20%. Ou seja, praticamente 4/5 da população estadual estão residindo no meio urbano e, evidentemente, exercendo atividades tipicamente urbanas, ligadas à indústria, às atividades do comércio e aos serviços de toda natureza (ESPÍRITO SANTO/IJSN, 2008).

Dessa forma, o Relatório Estadual da Pesquisa e Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil (2010, p. 20) diz que:

o segundo o aspecto foi o processo de concentração espacial na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Enquanto a população estadual cresceu 2,4 vezes, no período de 1960 a 2000, a população dos municípios da RMGV aumentou em 6,6 vezes, chegando em 2000 a abrigar cerca de metade da população total do Estado e, praticamente, 80% de sua população urbana, caracterizando um verdadeiro esvaziamento do interior (UFES, 2010, p. 10).

O Espírito Santo sempre esteve numa condição de desvantagem, tanto em termos de recursos humanos quanto de constituição de seu espaço urbano-industrial. A localização do Estado, hoje tão decantada como estratégica para o turismo e a logística portuária, nem sempre se constituíram em vantagem, quando comparadas às dos Estados vizinhos. Algumas vezes, as oscilações das instâncias de poder acabaram por adiar a inserção do Estado em novas possibilidades produtivas (LIMA, 2010).

Segundo Siqueira (1991, p. 118), o capitalismo no Espírito Santo, historicamente, foi uma espécie de capitalismo atrasado, considerando que o Brasil se industrializou tardiamente, somente a partir da década de 30. No Estado do Espírito Santo, isso só ocorreu a partir da década de 60, contexto que se explica pela falta de matérias-primas, pelas limitações do fornecimento de energia e pela falta de articulação dos espaços regional e nacional, o que mudou a indústria numa opção quase sempre adiada.

Desde meados da década de 1980, com a implantação dos grandes projetos industriais, o cenário mudou. Hoje as possibilidades se apresentam de formas diversificadas e só aumentam as responsabilidades dos diferentes atores que compõem a sociedade capixaba. O petróleo, a fruticultura, a cafeicultura, as rochas ornamentais e o sistema portuário são elementos concretos de uma nova fase, que deve mostrar sua capacidade de crescimento, mas que, sobretudo, tem que atentar para o desenvolvimento econômico.

Atualmente, o Espírito Santo é um dos estados brasileiros que mais se desenvolvem no Brasil. Ele tem o maior volume de investimentos *per capita* do país e uma carteira de projetos que ultrapassa os R\$ 110 bilhões. Em um raio de 1.200 km, a partir de sua capital Vitória, encontram-se as gigantescas reservas de petróleo e gás do pré-sal e mais da metade do Produto Interno Bruto do país. O Estado apresenta crescimento econômico e níveis de desenvolvimento humano e qualidade de vida acima da média nacional e vem, cada vez mais, diversificando e descentralizando a sua economia (ESPÍRITO SANTO/SEDES, 2013).

Gráfico 1. Pib per capita – Espírito Santo e Brasil 2004-2011



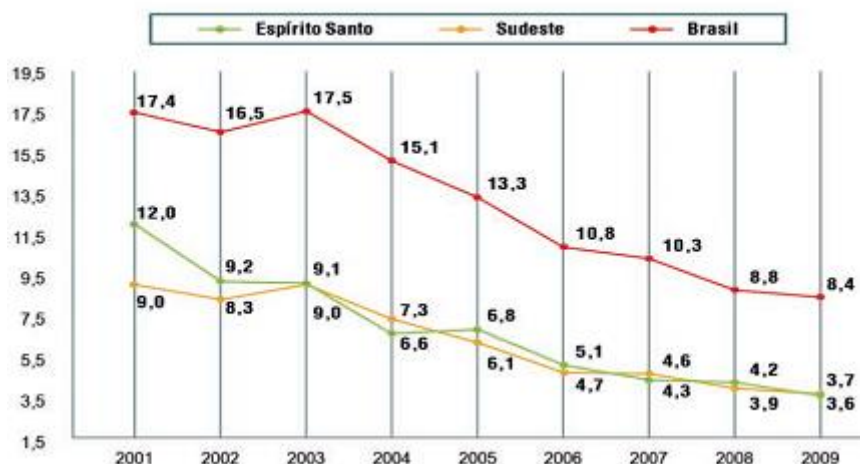
Fonte: SEDES-ES-2013.

O PIB *per capita* apresentou comportamento positivo, a partir de 2004, tanto para o Estado do Espírito Santo quanto para o Brasil. Os valores apresentados pelo Espírito Santo, de 2004 a 2011, foram superiores aos apresentados pelo Brasil nesse mesmo período.

Entre 2001 e 2009, o Espírito Santo apresentou uma significativa redução da população extremamente pobre. Para o primeiro ano analisado, 9,0 % da população do Estado se encontrava em situação de extrema pobreza. Em 2009, o Espírito Santo possuía 3,6%, de pessoas extremamente pobres, dado que mostra uma realidade

abaixo da média do Brasil, com 8,4%, e da Região Sudeste, 3,7%, conforme pode se verificar no gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2. Redução da Extrema Pobreza: Espírito Santo e Brasil 2001-2009



Fonte: SEDES-ES-2013.

Segundo os dados do Instituto Jones dos Santos Neves⁶, atualmente, o Espírito Santo conta com uma proporção de pobres de 6,7%, que é inferior à média nacional da proporção de pobres do Brasil, que chega a 18,1%. Em relação à extrema pobreza, o Estado apresentou intensa redução desse indicador, sendo que a taxa para o Espírito Santo (3,6%) não chega à metade da média nacional.

Vale ressaltar que, além dos programas de transferências de renda do governo federal, o atual governo estadual criou o Projeto Incluir – Programa Capixaba de Combate à Pobreza, que tem por objetivo articular e promover uma rede de ações e projetos, acesso à Educação, Esporte e Cultura, geração de emprego, renda e promoção da cidadania em áreas de maior vulnerabilidade social. A Bolsa Capixaba é uma ação que faz parte do Programa Incluir, e visa retirar famílias capixabas da

⁶Vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) do Espírito Santo, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) tem como finalidade produzir conhecimento e subsidiar políticas públicas, por meio da elaboração e implementação de estudos, pesquisas, planos, projetos, programas de ação e organização de bases de dados estatísticos e georreferenciados, nas esferas estadual, regional e municipal, voltados ao desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo, disponibilizando essas informações ao Estado e à sociedade.

situação de extrema pobreza, com pagamentos de R\$ 50,00 a famílias cadastradas pelo Cadastro Único.

O Espírito Santo é o segundo maior produtor brasileiro de petróleo e gás natural e foi o primeiro Estado a produzir na camada Pré-Sal. O Estado conta com disponibilidade de distribuição de gás natural na região metropolitana da grande Vitória, em Aracruz, em Anchieta e em Cachoeiro de Itapemirim. Já existem projetos em andamento para que outros municípios do interior, como Colatina, Linhares, São Mateus e Sooretama, também recebam redes de distribuição de gás natural (ESPÍRITO SANTO/SEDES, 2013).

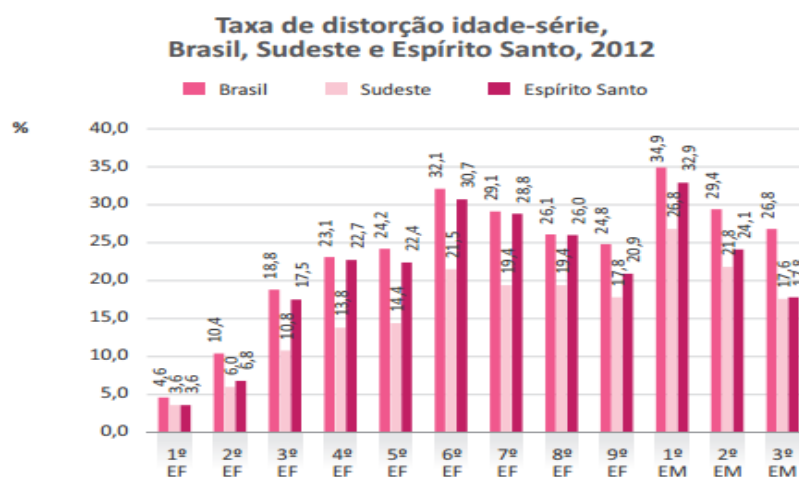
As perspectivas em torno da cadeia de petróleo e gás natural movimentam negócios, atraem investimentos e geram oportunidades para investimentos no setor naval, de logística para atendimento às atividades de exploração e produção, entre tantas outras.

A Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo – SEDES publicou um documento intitulado: “Espírito Santo, Brasil. Um excelente lugar para se trabalhar, investir e viver”. Nesse documento, são destacados os principais projetos que estão em andamento na área do petróleo e gás natural⁷.

Considerando a visão otimista dos governos, os dados revelam um avanço significativo do Estado do Espírito Santo, no que se refere ao crescimento econômico, à redução da pobreza e à expansão de projetos de desenvolvimento do Estado. Entretanto, existem outros indicadores sociais que demonstram as desigualdades sociais e problemas que precisam ser enfrentados, como o nível de escolaridade dos capixabas, principalmente no que tange ao alto índice de pessoas com o Ensino Fundamental incompleto e distorção idade–série.

⁷Os principais projetos contemplados nesse documento são: Base Logística *Offshore* Edison Chouest; Estaleiro Jurong Aracruz; Itaoca *Offshore*.

Gráfico 3. Taxa de distorção idade-série, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2012



Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

No Ensino Fundamental, o menor valor de 3,6% é observado no primeiro ano e o maior, de 30,7%, no sexto ano; após essa etapa, verificou-se a redução nesse indicador até o nono ano. Para o Ensino Médio, o maior valor observado foi de 32,9%, no primeiro ano, e o menor, de 17,8%, no terceiro ano. Em termos comparativos, o Espírito Santo apresentou taxas de distorção para o Ensino Fundamental sempre menores do que as do Brasil e maiores do que a média da região Sudeste; já para o Ensino Médio, o estado apresentou valores menores do que os observados para o Brasil, mas superiores aos da região Sudeste (ESPÍRITO SANTO/IJSN, 2012).

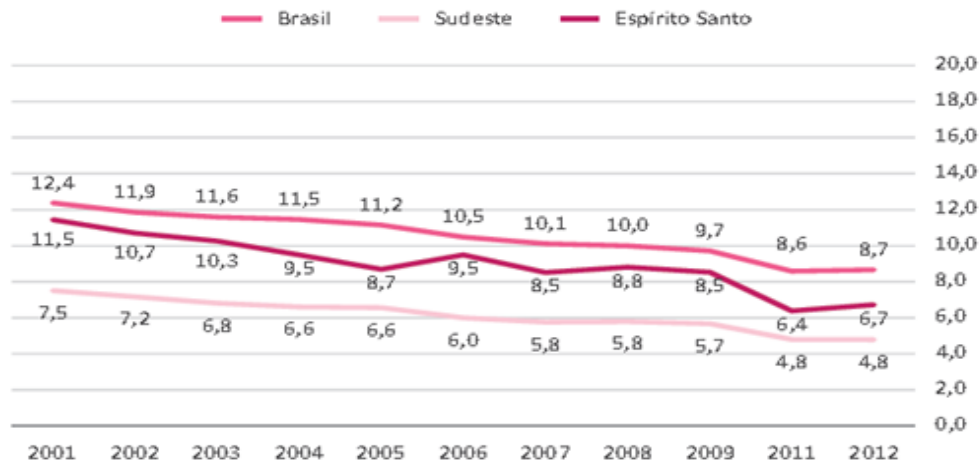
Em relação à taxa de distorção idade-série, o Espírito Santo tem muito a evoluir. Apesar de a maioria das crianças e adolescentes estarem frequentando a escola, as taxas para o Ensino Fundamental chegaram a atingir mais de 20% em determinadas etapas e 32,9% nos primeiros anos do Ensino Médio, o que indica que, em alguns casos, mais de um quarto dos estudantes estão atrasados em relação à série ideal a qual deveriam estar cursando.

Os indicadores de educação com base nos dados das PNADs de 2001 a 2012 e do Censo Escolar de 2012 demonstram que a situação educacional do Espírito Santo vem progredindo, apresentando, em geral, indicadores melhores do que a média

nacional. A escolaridade média da população de 25 anos ou mais saiu de 6 anos de estudo, em 2001, para 7,8 anos, em 2012. A taxa de analfabetismo, que era de 11,5% em 2001, passou para 6,7%, em 2012, ou seja, em onze anos, caiu em aproximadamente 41%. Esse dado revela que o Ensino Fundamental está praticamente universalizado. Entretanto, a questão do analfabetismo poderá ser resolvida com uma política pública mais intensa, específica para esse público-alvo (ESPÍRITO SANTO/IJSN, 2008).

Uma situação um pouco mais delicada é a do analfabetismo funcional, que, segundo a definição do IBGE, são pessoas com menos de 4 anos de escolarização formal. Em 2001, essa proporção era de 24,9% entre as pessoas de 15 anos ou mais e, em 2012, esse número caiu para 15,3%; é uma redução expressiva, mas ainda é um número considerado alto.

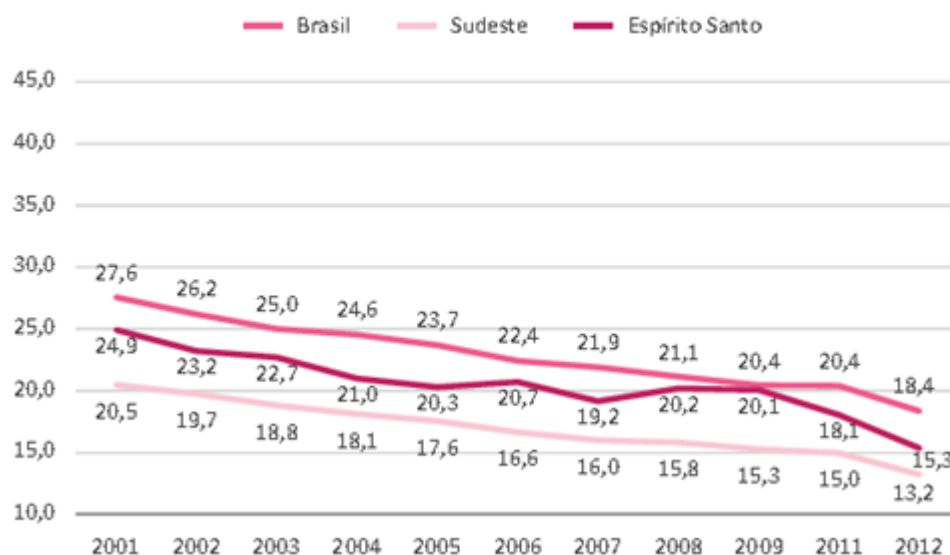
Gráfico 4. Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais de idade), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001-2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

No período de 2001 a 2012, a taxa de analfabetismo apresentou tendência decrescente para o Espírito Santo, Região Sudeste e Brasil. Na comparação entre o Estado do Espírito Santo e a região Sudeste, os dados demonstram uma elevação na taxa de analfabetismo. Entretanto, quando comparado à média nacional, o Estado do Espírito Santo apresenta uma diferença inferior a essa média, representando 2,0%.

Gráfico 5. Taxa de analfabetismo funcional (pessoas com 15 anos ou mais de idade), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001-2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A taxa de analfabetismo funcional representa a proporção de pessoas que não completou o primeiro ciclo de quatro anos do Ensino Fundamental. No período 2001-2012, essa taxa também apresentou tendência decrescente para o Espírito Santo, a Região Sudeste e o Brasil. No Espírito Santo, a taxa de analfabetismo funcional passou de 24,9%, em 2001, para 15,3%, em 2012 (redução de 38,6%), atingindo o menor nível de sua série histórica, nesse mesmo ano. O analfabetismo funcional no Estado, em 2012, ficou 2,1% acima do da Região Sudeste e 3,1% abaixo do analfabetismo funcional do Brasil.

Analisar os indicadores sociais, a partir dos dados educacionais para compreendê-los em sua concretude, leva a refletir sobre as contradições da nossa sociedade, sobre as possibilidades de superação de suas condições adversas, no interior do processo educativo que, ao longo da História da Educação Escolar no Brasil, é marcado pela seletividade e exclusão. Dessa forma, a leitura dos dados atuais requer uma análise crítica dessa realidade. Para tanto, é importante compreender os condicionantes históricos, políticos, econômicos e sociais nesse processo. Isso

perpassa, também, pelo debate sobre o papel da educação, inclusive na Educação Profissional, para a compreensão da relação teoria e prática.

Tais indicadores revelam que, no nível educacional, há um grande desafio para o governo no que se refere à taxa elevada de analfabetismo, em comparação com a Região Sudeste, além de um expressivo número de analfabetos funcionais. Quanto aos dados socioeconômicos, eles apontam para uma crescente necessidade de investimento na Educação Profissional em todos os níveis. Assim, a política pública pode trazer alterações significativas nas relações entre Estado – capital – trabalho – educação, redefinindo orientações para o papel que ocupa a formação humana e, como consequência, a inserção de gerações no mundo do trabalho.

A Educação Profissional e Tecnológica assume um papel relevante nos processos de socialização e da cidadania, promovendo o desenvolvimento humano, consequentemente, a EPT de nível médio torna-se fundamental na promoção da qualificação profissional, configurando-se como uma política de inclusão social.

A organização do sistema de ensino do Espírito Santo foi estruturada, em 1965, pela Resolução Estadual nº 25, de 1966, que originou a Lei Estadual de 1967 – Lei nº. 2.277, com mudanças, em 1976, na Lei Estadual nº. 3.094/76, que dispõe sobre o Sistema do Estado. Assim, até o final da década de 1960, a escola de nível médio, no Estado do Espírito Santo, não demonstrava interesse em ofertar a formação profissional, com exceção das escolas normais e/ou Institutos de Educação. Os ginásios vocacionais denominados polivalentes foram instituídos pela Lei nº 4.024/61, mas só começaram a ser implantados, no Espírito Santo, no início da década de 70.

A construção das escolas polivalentes começou no período da Ditadura Militar no Brasil, após a assinatura de acordos MEC-USAID⁸, por meio dos quais foram disponibilizados recursos financeiros, oriundos dos Estados Unidos, destinados à educação brasileira. Portanto, a criação de tais escolas também fez parte da reforma educacional já prevista pela Lei nº 5.692/71, que reformulou os ensinos de 1º e 2º graus, tornando este último obrigatório e profissionalizante. No Estado do Espírito

⁸ Os acordos MEC-Usaid foram várias ações acordadas, na década de 1960, que tinham como proposta a modernização do Sistema de Ensino Brasileiro da época, embasadas em experiência norte-americana na área educacional (RIBEIRO, 1986, p. 166).

Santo, início dos anos 80, pressionadas pela expansão do Ensino Fundamental, as escolas polivalentes, aos poucos, foram assumindo a oferta da modalidade de Ensino Fundamental, tendo seu espaço, antes utilizado para laboratórios especiais, substituído pela grande demanda de Ensino Fundamental, devido aos baixos investimentos na construção e ampliação da rede escolar para atendimento do Ensino Fundamental.

A partir da Lei nº 5.692/71, que instituiu a profissionalização compulsória, surge uma nova realidade nas escolas de segundo grau do Estado do Espírito Santo, que passam a ofertar cursos profissionalizantes. Registra-se, no final da década de 70, uma exclusão dos jovens de 15 a 18 anos de idade do sistema de ensino, pois, segundo o relatório da Secretaria de Estado da Educação intitulado “Um estudo sobre a educação do Estado do Espírito Santo”:

o ensino de 2º Grau destina-se ao alunado egresso do 1º Grau e visa à profissionalização do aluno (aspecto de terminalidade) e ao acesso ao Ensino Superior (aspecto continuidade). A Faixa Etária normal para este tipo de ensino é de 15 a 18 anos e a população nesta situação alcança um total de 166.983 jovens, o que corresponde a 10,10% da população do Estado. O contingente escolar no Estado é de 52.365 equivalendo a 31,36% da população na faixa etária própria do 2º Grau. Este tipo de ensino é ministrado pelas redes Federal com 8%, Estadual com 40%, Municipal com 1% e Particular com 51%. A maior concentração situa-se na Região I com 59% do Estado e o município de Vitória detém 36,78% do total dos 53 municípios do Estado. Para atendimento a esta população, o Estado conta com 149 estabelecimentos de ensino, sendo que a Região I possui 45%, seguida da Região V com 25% (ESPÍRITO SANTO/SEDU, 1980, s/p).

O relatório da Secretaria de Educação retrata uma realidade do final da década de 1970, na vigência da Lei 5692/71 – que trouxe para a Educação Básica avanços, como a extensão do Ensino Fundamental, instituindo-o em 8 anos. Entretanto, o relatório em questão apontava que a população de jovens na faixa etária de 15 a 18 anos era de 166.983, correspondendo a 16% da população. Mas a oferta de matrículas no 2º grau era de 52.365, correspondendo a 31,36% da população na faixa etária de 15 a 18 anos. Esses dados demonstram que a realidade do 2º grau no Espírito Santo, no final da década de 70, não apresentava grandes avanços no que se refere à elevação da taxa de matrículas.

A tabela 1, a seguir, mostra essa situação de exclusão apontada no relatório da Secretaria de Educação (1977):

Tabela 1. Número de escolas e matrículas de 2º grau, por região administrativa do Espírito Santo em 1977

Região Administrativa	Nº Total de Escolas	Nº Total de Matrículas	Matrículas Rede Federal	Matrículas Rede Estadual	Matrículas Rede Municipal	Matrícula Rede Privada
1-Vitória	67	30.861	3.714	9.608	107	17.432
2- Colatina	20	4.944	-	2.209	-	2.735
3-Nova Venécia	17	3.048	-	1.646	-	1.402
4- Linhares	09	3.166	-	1.761	448	957.
5- Cach. de Itapemirim	36	10.346	222	6.479	-	3.645
Total	149	52.365	3.936	21.703	555	26.171

Fonte: SEDU/ES: Relatório: Um estudo sobre a educação do Estado do Espírito Santo.

Conforme a tabela 1, que ilustra o número de escolas e matrículas de 2º grau, por região administrativa do Espírito Santo, em 1977, percebe-se a predominância, na rede privada, da oferta da modalidade de segundo grau (atual Ensino Médio), principalmente na região metropolitana, região 1 – resultando, nesse período, matrícula significativa nas grandes escolas confessionais tradicionais que, historicamente, sempre foram a referência para os filhos da elite capixaba. Naquele período, era muito comum para os pais matricularem seus filhos para estudarem o segundo grau na capital, preparando-os para o vestibular. Assim, a tabela 1 mostra um pequeno número de matrículas no interior do Estado, o que demonstra uma desigualdade na oferta de matrículas em relação aos centros urbanos, com poucos investimentos do poder público, no sentido de avançar as matrículas desse nível de ensino.

Nesse contexto, percebe-se que a região 1 administrativa (Vitória) foi a que demonstrou maior diversidade na oferta dos cursos profissionalizantes, devido à existência da escola Técnica Federal e de muitas outras escolas da rede privada. Fato diferente nas demais regiões administrativas onde há predominância dos cursos de Habilitação para o Magistério e Técnico em Contabilidade.

Quanto à oferta dos cursos profissionalizantes, a Rede Estadual do Espírito Santo ofertava: Habilitação para o Magistério, Técnico em Contabilidade, Técnico em Administração e Técnico em Secretariado. Assim, a oferta de cursos profissionalizantes na Região Administrativa de Vitória, nas demais regiões Metropolitanas e mais alguns municípios totalizavam 14, foi assim apontada no relatório da Secretaria de Educação: Dos 190 cursos existentes nesta região, com exceção de Vitória, Vila Velha e Cariacica, em que há maior diversidade de cursos para os setores terciários e secundários da economia, observa-se que para os demais municípios a concentração volta-se para o Magistério e Contabilidade, que absorve 25,79% dos cursos (ESPÍRITO SANTO/ SEDU, 1980, s/p.).

O relatório da Secretaria de Educação apresenta grande oferta dos cursos de Magistério e Contabilidade, principalmente no interior do Estado. Essa predominância justifica-se pela ausência de laboratórios específicos mais complexos para os demais cursos técnicos, que também eram ofertados na época. A diversidade maior de cursos na região metropolitana decorre em função da grande oferta da rede privada e da Escola Técnica Federal.

No ano de 1974, a Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo instituiu uma comissão para elaborar o currículo de 2º grau, documento intitulado como Proposta Curricular de 2º grau do Espírito Santo, que teve a profissionalização como elemento impulsionador para o segundo grau da rede estadual de ensino, destacando:

[...] a oferta de habilitações profissionais em nível de 2º grau se reveste de uma importância maior na atualidade brasileira, quando o país em fase de desenvolvimento necessita de mão de obra especializada para atender à demanda do mercado de trabalho emergente, principalmente no Espírito Santo, com a instalação dos grandes complexos industriais. Devemos considerar também, que a parte de formação especial é prevista na lei (5.692/71) como indispensável à formação integral do adolescente, e tem acrescido motivação nova para certas matérias antes puramente teóricas e abstratas, e que funcionam agora, com dosagem diferente e distinto endereço, como disciplinas instrumentais “de carreiras definidas” [...]. O caráter de terminalidade – característica importante dos atuais cursos em nível de 2º grau, não deve, entretanto, obstruir o caminho que leva à Universidade e que constitui em aspiração maior de muitos adolescentes (ESPÍRITO SANTO, 1975).

O documento “Proposta curricular de 2º grau no Espírito Santo” trazia duas diretrizes bem claras quanto ao objetivo do ensino de 2º grau, sendo a primeira o foco na profissionalização, com a oferta de disciplinas visando aos conhecimentos técnico-científicos, denominadas disciplinas instrumentais e a segunda, a formação propedêutica, visando ao embasamento teórico para possibilitar ao aluno o acesso ao ensino superior. Essa proposta curricular foi coordenada pela Secretaria de Educação e contou com a participação de professores, atendendo à determinação da Lei 5.692/71, no que tange a um núcleo de formação geral, mas sem perder de vista a profissionalização compulsória, criando, assim, um refreamento no acesso ao Ensino Superior.

Com a lei nº 7.044/82, a modalidade de educação geral é estabelecida, ocasionada por vários motivos, como a dificuldade de implantar o modelo de Educação Profissional e a não concretização do “milagre econômico” nos patamares esperados de desenvolvimento. Segundo Kuenzer (2007, p. 30), “retorna-se ao antigo modelo que antecede a Lei de 1971 com escolas propedêuticas para as elites e profissionalizantes para os trabalhadores, embora mantenha a equivalência”, pois:

Essa legislação apenas normatizou um novo arranjo conservador que já vinha ocorrendo na prática das escolas, reafirmando a organicidade do Ensino Médio ao projeto dos já incluídos nos benefícios da produção e do consumo de bens materiais e culturais: entrar na universidade (KUENZER, 2007, p. 30).

A partir da promulgação da Lei 7.044/82, percebe-se, no Estado do Espírito Santo, que o processo de profissionalização no 2º grau vai diminuindo sua força, principalmente nas Escolas Estaduais, por falta de laboratórios específicos, profissionais habilitados, enfim, de uma infraestrutura adequada para oferta de cursos técnicos. Esse processo de redução de matrículas para a Educação Profissional se estende até a promulgação da Lei 9.394/96. Desde o período da vigência da Lei 7.044/82 até a atual LDB, a Educação Profissional passou a ocorrer quase exclusivamente nas redes federais e privadas.

Com a vigência da Lei 9.394/96, preceituando a Educação Profissional, nos artigos 39 a 42, no Estado do Espírito Santo, registra-se a ausência dessa modalidade

de ensino, encerrando, de forma definitiva, a oferta dos cursos profissionalizantes por meio da vigência da Lei 5.692/71 e a publicação da Portaria nº 502, de 03/12/98, no Estado do Espírito Santo, conforme segue:

Art. 9º - As unidades escolares que oferecem o curso de 2º Grau, na modalidade Não Profissionalizante, nos termos da Lei Nº 7.044/82 (extinta) deverão adaptar-se ao que preceitua a Lei Nº 9.394/96, a Resolução Nº 03/98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e à Resolução Nº 120/98 do Conselho Estadual de Educação/Espírito Santo.

Parágrafo único - Fica assegurado aos alunos que iniciaram seus cursos de 2º Grau na modalidade Não Profissionalizante até o ano de 1998, o direito de concluírem pelo regime vigente à época do seu ingresso.

Art. 10 – Os cursos profissionalizantes oferecidos nos termos da Lei Nº 5.692/71(extinta) e dos Pareceres que regulamentam, inclusive os cursos de Habilitação para o Exercício do Magistério em 1º Grau, serão encerrados gradativamente, a partir de 1999, tendo em vista as normas dispostas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96).

§ 1º - Fica assegurado aos alunos que iniciaram os cursos profissionalizantes de que trata o “caput” deste artigo, inclusive os que ingressarem no ano de 1998, o direito de os concluírem pelo regime vigente à época do seu ingresso.

§ 2º - É vedado às unidades escolares da rede pública estadual a abertura de novas turmas e efetivação de matrículas novas para a 1ª série dos cursos profissionalizantes, nos termos da Lei Nº 5.692/71(extinta) (Grifos da autora).

Em 1999, inicia-se um governo estadual com a promessa da implantação da Educação Profissional, no Espírito Santo, em consonância com o Decreto 2.208/97, que reforçava a dualidade entre o Ensino Médio de formação geral e o Ensino Técnico e que se conjugava com as reformas neoliberais, que marcaram a educação brasileira nos anos 90. Afinado com as políticas educacionais do MEC, o Governo Estadual assinou um convênio, por meio do PROEP, para implantar a Educação Profissional no sistema estadual de ensino. Apesar do convênio firmado, o retorno dessa modalidade de ensino não passou de uma carta de intenções daquele governo.

A concretização do projeto, ou seja, o retorno da Educação Profissional às Escolas Estaduais no Espírito Santo ocorreu somente no ano de 2005, por meio da criação do Centro Estadual de Educação Técnica Vasco Coutinho, no município de Vila Velha, região metropolitana da grande Vitória – escola estudada nesta dissertação, que

passou a constituir um projeto da Secretaria de Estado da Educação, alinhado com as políticas governamentais.

Nesse contexto, o período de 1999 a 2005 foi marcado pela ausência de uma política efetiva de Educação Profissional na Rede Estadual, sendo a Educação Básica a prioridade das políticas governamentais, durante essa fase, gerando uma necessidade de mão de obra qualificada para assumir as oportunidades que surgiram com o desenvolvimento econômico do Estado.

Dessa maneira, o Estado do Espírito Santo, representado pela SEDU (Secretaria de Estado da Educação), a partir do ano de 2005, acreditando em uma política nacional de retomada da Educação Profissional instituída pelo Governo vigente, passou a oferecer essa modalidade, organizada em cinco diferentes tipos de oportunidades: a) Educação Profissional em escolas de Ensino Médio, na forma concomitante e subsequente: são cursos técnicos ofertados no noturno em escolas de Ensino Médio que não dependem de laboratórios específicos; b) Criação e implantação dos Centros Estaduais de Educação Técnica (CEETs), nos Centros Estaduais de Educação Técnica – CEET Vasco Coutinho, com cursos técnicos em Administração, Informática, Modelagem do Vestuário, Áudio e Vídeo, Rádio e TV e no CEET Talmo Luiz Silva, os cursos técnicos em Mecânica, Eletrotécnica, Informática e Recursos Humanos, com uma oferta de, aproximadamente, 8.000 matrículas; c) Ensino Médio Integrado: são turmas de Ensino Médio que funcionam em diversas Escolas de Ensino Médio do Estado, com duração de quatro anos ou em três anos com atividades no contraturno; d) Oferta da Bolsa SEDU (Secretaria da Educação) para cursos na área industrial e de saúde e que consiste na concessão de bolsas a alunos da rede pública, para cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio, nos Eixos Tecnológicos da Indústria e Saúde, em instituições privadas credenciadas pelo sistema; e) Oferta de Bolsa Técnica na forma concomitante entre SEDU e IFES (Instituto Federal do Espírito Santo). Consiste na oferta de cursos concomitantes, em parceria com o IFES – Campus de Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Piúma e Campus de Venda Nova do Imigrante, que preveem 500 matrículas em cursos técnicos de Mecânica, Eletrotécnica, Administração, Eletromecânica e Mineração.

A tabela 2 demonstra as múltiplas ofertas de matrículas para Educação Profissional, no período de 2010 a 2014.

Tabela 2. Ofertas de matrículas para Educação Profissional no Espírito Santo 2010-2014

OFERTA 2010 a 2014					
FORMAS DE OFERTA	2010	2011	2012	2013	2014
Ensino Médio Integrado	5.011	4.334	5.490	4.614	4.562
Subsequente nas Escolas Estaduais de Ensino Médio	7.467	8.125	10.914	12.799	8.645
Subsequentes nos Centros Estaduais de Educação Técnica – CEET	1.440	1.620	965	800	1330
Bolsa Sedu	1.560	520	720	560	800
Bolsa Técnica	165	133	0	0	0
PRONATEC Estadual (SISUTEC)	0	0	0	0	3.298
PRONATEC Demandante	0	3.205	14.054	19.506	5.370
TOTAL	15.643	17.937	32.143	38.279	24.005
TOTAL 2010 A 2014	128.007				

Fonte: GEP/SEDU-ES.

O conjunto de iniciativas sinaliza que há um investimento no campo da Educação Profissional no estado do Espírito Santo, retomado a partir de 2005. Dessa forma, é pensada uma formação em Educação Profissional com diversas possibilidades, entretanto esse modelo apenas se consolidará com a implantação da carreira docente de profissionais de Educação Profissional, com equipamentos e manutenção das escolas, com atualização dos acervos e dos laboratórios específicos para os cursos ofertados, constituindo, assim, a interiorização e a democratização da política pública estadual.

De acordo com o Plano Estratégico do Governo do Estado do Espírito Santo 2010 – 2014 há um indicativo para investir na qualidade da educação, e não mais somente na quantidade de escolaridade, sendo esta a melhor alternativa para elevar o nível de desenvolvimento estadual. Nesse sentido, para que o Estado do Espírito Santo pudesse continuar ampliando o ritmo das suas conquistas sociais e promovendo o seu desenvolvimento econômico, tornou-se de extrema importância melhorar o nível de escolaridade e investir maiores recursos financeiros no Sistema Educacional.

Quadro 1. Ação para atender às necessidades de formação profissional, técnica e tecnológica

Desafio – Atender às necessidades de formação profissional, técnica e tecnológica do Estado			
Estratégias	Projetos	Ações	
		2011	2012-2014
	Estruturação do Sistema Estadual de Educação Profissional de Nível Básico e Tecnológico e do Sistema de Educação a Distância	Proposta do Sistema Estadual Educação Profissional de Nível Básico e Tecnológico e do Sistema de Educação a Distância elaborada	
	Fortalecimento do “Nossa Bolsa” [graduação] e do Bolsa Técnica”	1.000 novas bolsas de graduação e 1.700 bolsas técnicas	1.000 novas bolsas de graduação e 1.700 bolsas técnicas concedidas
	Ampliação da Rede Estadual dos Centros de Educação Profissional e dos Centros Vocacionais Tecnológicos	10 centros de Educação Profissional e/ou Centros Vocacionais Tecnológicos implantados	20 centros de Educação Profissional e/ou Centros Vocacionais Tecnológicos implantados

Fonte: Quadro retirado do Plano Estratégico 2011-2014 (Governo do Estado do Espírito Santo).

Com o objetivo de regulamentar a Educação Profissional no Estado do Espírito Santo, o governo do Estado, em 28 de dezembro de 2012, assinou a Lei nº. 9.971/2012, que regulamenta a Educação Profissional no Estado, com vistas a trazer benefícios e valorização à Educação Profissional, e que transfere os Centros Estaduais de Educação Técnica Vasco Coutinho e Talmo Luiz Silva, da Secretaria de Estado de Educação (SEDU), para a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho (SECTTI), dada a importância do trabalho realizado pelos CEETs.

Ainda como meta do governo e na busca pela ampliação, interiorização e democratização da oferta de Educação Profissional, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho – por meio do sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec), em parceria com o Instituto Federal do Paraná, está ofertando Cursos Técnicos, públicos e gratuitos, na modalidade a distância.

Os cursos técnicos oferecidos, no primeiro momento da implantação dessa nova proposta de Educação a Distância, são os de Agente Comunitário de Saúde,

Hospedagem e Transações Imobiliárias. A escolha pelos cursos é baseada nas demandas de mercado do Estado e o CEET Vasco Coutinho, objeto de pesquisa deste trabalho, é a instituição responsável pela certificação dada aos alunos concludentes dos cursos técnicos na modalidade de educação a distância de todo o Estado do Espírito Santo.

Diante das propostas estabelecidas, o Governo do Estado do Espírito Santo vem adaptando suas políticas e promovendo mudanças, para melhorar a oferta de qualificação profissional, por meio de diversas possibilidades de formação. Vale ressaltar que, além das diversas formas de ofertas de EPT, tais ações conjugam-se com a expansão dos Institutos Federais do Espírito Santo que, nos últimos anos, elevaram esse número para 22 unidades.

1.3 Cenário da Pesquisa: da Institucionalização do CEET Vasco Coutinho à criação do PPEC nas Escolas Técnicas Estaduais

Tendo decorrido nove anos de implantação do CEET Vasco Coutinho, que se configura como o marco da retomada da Educação Profissional no Estado do Espírito Santo, por meio da oferta de cursos subsequentes distribuídos em quatro Eixos Tecnológicos, essa instituição de ensino tem se consolidado como um centro de formação técnica de nível médio em âmbito estadual. Hoje, porém, a Instituição oferta onze cursos técnicos presenciais, além de cursos técnicos na modalidade a distância, em parceria com o Instituto Federal do Paraná.

A institucionalização do PPEC em 2014 surge como uma proposta para potencializar o currículo de Educação Profissional, tornando-o mais dinâmico e aproximando o aluno do mundo do trabalho. Tal iniciativa, além de cumprir o papel de integração da teoria com a prática, poderá, também, contribuir para superar a dualidade estrutural que marca a Educação Profissional no Brasil.

1.3.1 A criação do CEET Vasco Coutinho, a estrutura normativa da implantação do PEC e a formulação da Política do PPEC

Em busca de suprir o “vácuo” formativo gerado, por um lado, pela expansão da população de 15 a 18 anos nos diversos territórios do Estado do Espírito Santo e, por outro, pela expansão econômica registrada nos diversos Arranjos Produtivos Locais (APLs) existentes em terras capixabas, é que se propõe a retomada da Educação Profissional na Rede Estadual, especificamente, com a criação do CEET (LIMA, 2010).

O novo contexto político nacional e estadual, juntamente com as intensas discussões sobre as questões relativas à Educação Profissional e a sua relação com o mundo do trabalho, pressionaram o Governo, em nível nacional, para uma alteração nas disposições legais. Assim, a promulgação do Decreto nº 5.154/04, que regulamenta os artigos da LDB referentes à relação do Ensino Médio com a Educação Profissional Técnica, tem contribuído para que o aluno possa cursar/concluir, de forma integrada, o Ensino Médio e o Ensino Técnico, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Depois de muitos anos de esvaziamento, o Ensino Médio, na sua vertente profissional, ganhou novos horizontes. Assim, o período de 1998 a 2005, foi marcado por uma ausência da Educação Profissional em nível estadual, por meio da Portaria nº 502, de 03/12/98, que proibiu a matrícula de novos alunos no chamado ensino profissionalizante, no âmbito da Rede Estadual de Ensino. Nesse sentido, houve um processo rápido e progressivo de corrosão dessa modalidade de educação, no Estado do Espírito Santo. No entanto, com a promulgação do Decreto nº 5.154/04, e os esforços do Governo do Estado do Espírito Santo de retomar o projeto dos CEETs renovaram-se as esperanças quanto à oferta do ensino profissionalizante. Essa possibilidade cria nova perspectiva, bem diferente da Lei 5.692/71, que é a articulação orgânica entre educação geral, educação técnica e educação tecnológica.

Nesse cenário, as oportunidades em forma de vagas para a Educação Profissional no Estado do Espírito Santo aumentaram à medida que os anos foram passando. Conforme Lima:

Em 2007, o Estado já contava com 10.102 alunos matriculados em cursos nas áreas de Gestão, Agropecuária, Turismo, Informática, Saúde, Meio Ambiente, Comércio, Comunicação, Secretariado Escolar, Mineração e Construção Civil. Esses números são considerados como insuficientes para dar conta dessa nova etapa da economia capixaba, e a Educação Profissional passou a ser vista como política pública

prioritária para uma viabilidade social do crescimento da economia capixaba (LIMA, 2010, p. 10).

A Educação Profissional tornou-se uma diretriz governamental, figurando entre os vinte e três projetos prioritários do Governo do Estado para o período 2007-2010 e compondo, no Plano Estratégico denominado “Nova Escola”, um dos projetos estruturantes do Governo Estadual para atender a uma demanda reprimida de Educação Profissional, considerando o período de 1998 a 2005, quando o Sistema Estadual de Educação do Espírito Santo deixou de ofertar Educação Profissional Técnica de Nível Médio (LIMA, 2010).

Nesse sentido, no âmbito da SEDU, isso se torna uma realidade, com a criação do CEET Vasco Coutinho, em outubro de 2005, pelo Sistema Estadual de Educação, por meio da portaria nº 151-R, com a perspectiva de oferecer ao jovem e ao adulto oriundos, preferencialmente, do Ensino Médio da Rede Pública a formação profissional em nível técnico na forma concomitante ou subsequente, como possibilidade de garantir-lhes melhores condições de inserção no mundo do trabalho (ESPÍRITO SANTO, 2005).

A justificativa de realizar a pesquisa nesse Centro Técnico se dá em decorrência de ele ser o único Centro Técnico Estadual localizado na Grande Vitória, que oferta somente Educação Profissional de nível médio na forma concomitante e subsequente, com uma relevante contribuição na formação de profissionais qualificados nos quatro Eixos Tecnológicos que somam os onze Cursos Técnicos ofertados, atualmente, para a sociedade capixaba.

O CEET Vasco Coutinho está localizado no centro do município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, e atende a uma clientela formada por alunos da Grande Vitória e de outros municípios do interior, formando profissionais qualificados e cumprindo com o compromisso do poder público de garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. Em um primeiro momento, a escola ofertou os cursos: Técnico em Gestão Empresarial, Técnico em Informática, Técnico em Turismo, Técnico em Vídeo, Técnico em Áudio e Técnico em Confeção e Modelagem, atendendo a uma demanda levantada pelos Arranjos Produtivos Locais.

O CEET Vasco Coutinho oferta, a cada semestre, oportunidade de ingresso para novos cursos. A quantidade de vagas é definida considerando os equipamentos e as dimensões dos ambientes físicos, com preocupação maior na qualidade do ensino. As áreas de atuação do CEET Vasco Coutinho pretendem atender às demandas de formação profissional em nível médio na forma concomitante ou subsequente e contribuir para o desenvolvimento econômico-social do município, ao intensificar a formação de trabalhadores que sejam capazes de dar conta das necessidades do mercado contemporâneo, ao oferecer à sociedade capixaba um profissional qualificado, tanto em nível operacional quanto humanístico.

Nesse contexto, o Plano Estratégico Estadual do Estado do Espírito Santo de 2011-2014, do Governo José Renato Casagrande, além dos investimentos na Educação Básica, prevê investimentos para a Educação Profissional, tendo como interesse ampliar a Rede Estadual dos Centros de Educação Profissional e dos Centros Vocacionais Tecnológicos. Sendo assim, tinha, também, como meta a entrega de 10 Centros de Educação Profissional e/ou Centros Vocacionais Tecnológicos, sendo que, desses, somente dois foram concluídos e estarão em funcionamento em julho de 2015, passando, assim, para quatro Centros Técnicos Estaduais no Estado do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO/PLANO ESTRATÉGICO ESTADUAL DO GOVERNO, 2011- 2014).

1.3.2 A transferência dos CEETs da Secretaria da Educação para a Secretaria de Ciência e Tecnologia

Com a implantação do CEET Vasco Coutinho para a oferta exclusivamente de cursos subsequentes em consonância com o Decreto nº 5.104/04, torna-se necessário discorrer sobre a transferência dessa instituição de ensino da Secretaria de Educação para a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Tal transferência ocorreu por meio da Lei nº 9.971/12.

A justificativa para a transferência do CEET Vasco Coutinho da SEDU para a SECTTI, por meio dessa Lei e do Parecer do CEE nº 3.823/2013, é resultado de uma política de Educação Profissional implantada no âmbito Estadual. O entendimento do governo é o de que a função primordial da Secretaria de Educação é a gestão da

Educação Básica, ao passo que a Educação Profissional ofertada nos níveis de Formação Inicial Continuada (FIC) e Subsequente deve compor a política de EPT, em uma única Secretaria. Dessa forma, a oferta do FIC, que era vinculada à Secretaria de Assistência Social, e os cursos Subsequentes vinculados à Sedu foram incorporados, a partir da promulgação da Lei nº 9.971/12, na então Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECT) que, em 2011, teve sua estrutura reorganizada, conforme Decreto Estadual nº 2896-R, de 18 de novembro de 2011. Desde então, novas atribuições foram conferidas à pasta, que passou a contar com a Inovação e a também ser responsável pela Educação Profissional e Trabalho (ESPÍRITO SANTO/SECTTI, 2013). Nesse sentido, a Secretaria passou a denominar-se Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho – SECTTI.

Com essa nova atribuição, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, além da Inovação, passa a atuar no campo do trabalho. Nesse sentido, a inserção da Educação Profissional nessa pasta torna-se pertinente, uma vez que coloca como desafio para o governo trabalhar a formação profissional integrada às políticas do trabalho, à ciência, a tecnologia e à cultura. Vale ressaltar que a experiência de inserir a Educação Profissional na Secretaria de Ciência e Tecnologia é um fato recorrente em diversos estados da federação.

Dentro dessa nova dinâmica, a Secretaria integrou o Conselho Estadual do Trabalho – CET e o Conselho Estadual Integrado de Educação Profissional do Espírito Santo – COINTEC.

Com a promulgação da Lei nº 9.971/12, os CEETs foram transferidos para a SECTTI e a Educação Profissional ganha respaldo legal no Estado do Espírito Santo, conforme estabelece artigo 1º:

Ficam transferidos da Secretaria de Estado da Educação – SEDU para a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho – SECTTI os Centros Estaduais de Educação Técnica – CEET:

I – Vasco Coutinho, no Município de Vila Velha; e

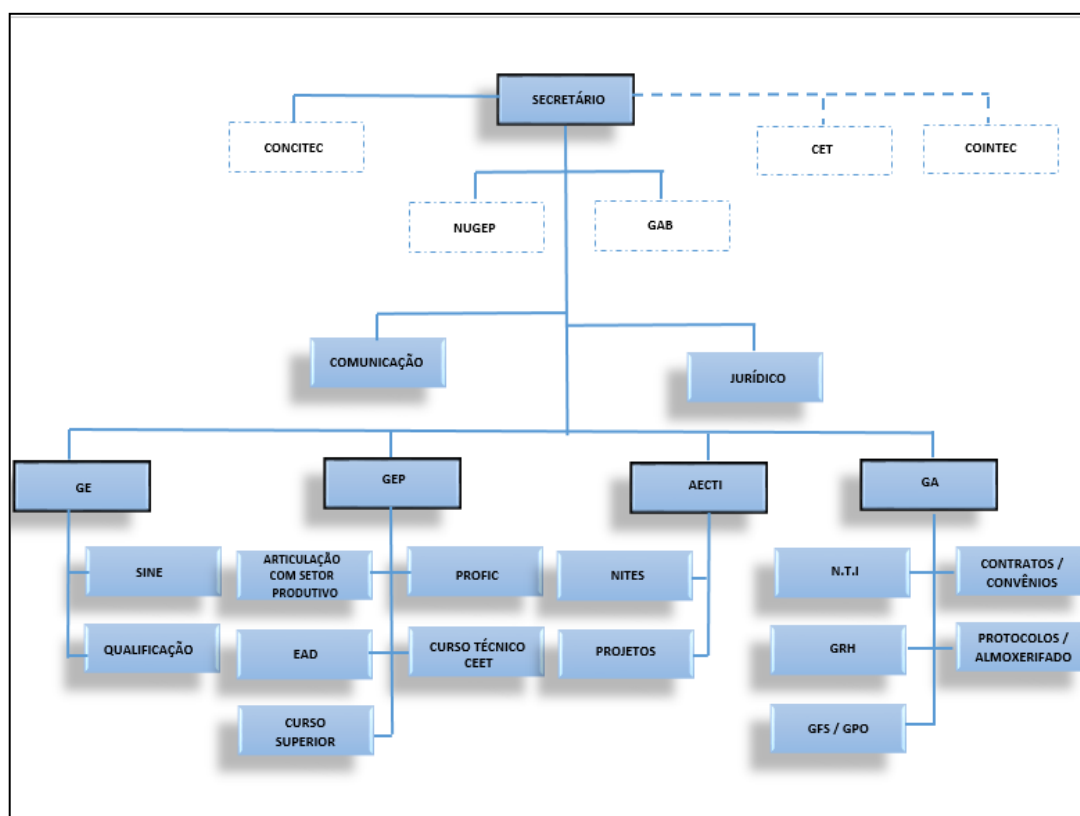
II - Talmo Luiz Silva, no Município de João Neiva (ESPÍRITO SANTO, 2012).

Assim, essa Lei traz, em seus artigos 4º, 5º, 6º e 7º, uma organização estrutural tanto de pessoal, quanto de recursos financeiros, que garantam à SECTTI a oferta de

Educação Profissional e Tecnológica que atenda, de fato, à especificidade de uma escola técnica, por meio da criação dos cargos temporários de Pedagogos, Coordenador Escolar, Coordenador de Curso, Coordenador de Polo de Ensino a Distância, Coordenador de Ensino a Distância, Professor de Educação Profissional e Tecnológica e Professor Tutor de Ensino a Distância, buscando garantir o quantitativo de vagas, nomenclatura, qualificação, remuneração, carga horária e atribuições. Vale ressaltar, ainda, que a contratação desses profissionais será por meio de edital e a remuneração deles terá como referência o subsídio percebido pelo magistério estadual, nos moldes do artigo 6º dessa Lei (ESPÍRITO SANTO, 2012).

Além desses profissionais, a Secretaria conta, também, com uma equipe responsável por desempenhar as atividades estratégicas, conforme o organograma da figura 1.

Figura 1. Organograma da SECTTI



Fonte: SECTTI, ES, 2014.

A partir da Lei que proporcionou a transferência dos CEETs para a SECTTI, as experiências dos projetos na Educação Profissional, em particular o PEC, que se referia à aproximação do alinhamento da teoria à prática, ganharam legitimidade, conforme estabelece a Lei nº 9.971/12, em seu artigo:

Art. 8º A carga horária do professor de que trata o inciso VI do artigo 7º desta Lei é constituída de horas-aula, horas atividade e projeto de enriquecimento curricular aplicado à Educação Profissional, sendo que:

I - o tempo destinado a horas-aula corresponderá a, no máximo, 2/3 (dois terços) da carga horária semanal;

II - o tempo destinado a horas-atividade corresponderá a, no máximo, 1/3 (um terço) da carga horária semanal e deverá ser cumprido em atendimento aos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional;

III - considerar-se-á, para efeito de remuneração, o total de horas efetuadas do somatório das horas-aula, horas-atividade e de projeto de pesquisa;

IV - considera-se para efeito desta Lei que o órgão central é a Secretaria de Estado em cuja jurisdição esteja a unidade de ensino.

Parágrafo único. Poderá ser destinado, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária total para desenvolvimento do projeto de enriquecimento curricular aplicado à Educação Profissional, mediante regulamentação específica e aprovação do órgão central (ESPÍRITO SANTO, 2012).

Dessa forma, a Lei de transferência também trouxe como contribuição a institucionalização do PPEC. Esse projeto expressa um novo desenho de uma política pública com a proposta de trazer mais uma oportunidade de revitalizar os currículos dos cursos técnicos, alinhando a teoria à prática e potencializando a pesquisa no curso técnico.

Essa política tem a intenção de cumprir com alguns dos pressupostos das Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, abstraindo-se o fato de que a qualidade da escola, em sentido amplo, só pode resultar de condições favoráveis para que os sujeitos da escola "se produzam" e produzam o processo formativo com autonomia, buscando superar a dualidade (ALGEBAILLE, 2004).

Para o desenvolvimento desta seção, será relatado como surgiu a política do PEC, assim como sua estrutura e o seu desenvolvimento na Rede Estadual do ES, culminando na criação dos CEETs e sua regulamentação. Dessa forma, para discorrer

sobre a política do PPEC, faz-se necessário entender sua trajetória, desde sua primeira experiência, quando ainda era denominado PEC e não tinha respaldo legal.

1.3.3 A gênese do PEC

A composição do quadro docente constitui um desafio para o domínio da Educação Profissional nos Estados que contratam, em regime de designação temporária, professores precariamente preparados para a formação técnica, haja vista que esses são professores de disciplinas específicas que são, em sua maioria, bacharéis e, por isso, não receberam em sua graduação a formação para a docência.

No final do ano de 2005, a Educação Profissional foi retomada no Estado do Espírito Santo com a criação de um Centro Estadual de Educação Técnica, considerando que a maioria dos profissionais que atuam na Educação Profissional é de bacharéis e, com a ausência de uma política de remuneração específica para esses docentes, a contratação desses profissionais foi em caráter temporário.

Para efetivar a contratação dos professores bacharéis, a Secretaria de Educação baseou-se na remuneração prevista no Estatuto do Magistério. Com essa forma de contratação, os salários dos profissionais bacharéis são inferiores aos dos professores licenciados. Esse fato contribuiu para uma escassez de profissionais qualificados para atuarem na docência da Educação Profissional. Como forma de solucionar essa situação em caráter emergencial, a Secretaria de Educação adotou um critério diferenciado para realizar a contratação dos professores de Educação Profissional, resultando em um contrato de trabalho composto de 50% de docência e 50% de planejamento, conforme documento que se encontra no Anexo A desta dissertação.

Nesse contexto, essa remuneração de forma diferenciada para o Centro Técnico acabou gerando a insatisfação, por parte de um professor, que atuava no CEET Vasco Coutinho e em outra escola de Educação Básica que ofertava o ensino técnico da Rede Estadual, e que não era remunerado da mesma maneira nas duas escolas. Esse fato levou-o a questionar junto à sua diretora o motivo pelo qual existia essa diferença. A diretora resolveu procurar a subsecretária da época, pedindo-lhe explicações em relação à situação apresentada pelo professor. Então, a partir dessa ocorrência, surgiu a explicação de que tal diferença em relação ao que vinha sendo aplicado no CEET se

dava pelo fato de que sua equipe docente desenvolvia Projetos de Enriquecimento Curricular (PEC).

Assim, a diretora que fez o questionamento solicitou à subsecretária a autorização para que também apresentasse projetos semelhantes aos que vinham sendo desenvolvidos no CEET, passando a ter uma carga horária e remuneração para os professores de sua escola equivalentes ao que estava sendo praticado no CEET Vasco Coutinho. Dessa forma, para justificar os salários diferenciados pagos aos professores que atuavam no CEET, a então subsecretária autorizou a escola que levantou o questionamento a apresentar seu projeto, que passou a ser o primeiro Projeto de Enriquecimento Curricular (PEC) da Secretaria de Educação. Diante da justificativa dada em relação à remuneração de forma diferenciada para os professores do CEET, ficou assim definido pela Secretaria de Educação que todos os professores do CEET Vasco Coutinho e demais escolas que ofertavam Educação Profissional teriam que apresentar seus PECs (ESPÍRITO SANTO/SEDU, 2013).

Esse procedimento acabou se expandindo para as demais escolas que ofertavam Educação Profissional e, sendo assim, a SEDU solicitou que as escolas elaborassem seus projetos e apresentassem nas Superintendências Regionais, para que fossem apreciados e aprovados, como forma de justificar, na Procuradoria Geral do Estado, o salário diferenciado para os professores, bacharéis ou não, do regime em Designação Temporária da rede que atuavam nesses projetos (ESPÍRITO SANTO/SEDU, 2013).

Vale ressaltar que essas informações foram apresentadas por meio de relatos do corpo técnico da Unidade Central que trabalha com a Educação Profissional. Como afirma Costa, 2002:

Se não contarmos nossas histórias a partir do lugar em que nos encontramos, elas serão narradas desde outros lugares, aprisionando-nos em posições, territórios e significados que poderão comprometer amplamente as nossas possibilidades de desconstruir os saberes que justificam o controle, a regulação e o governo das pessoas que habitam espaços culturais e hegemônicos (COSTA, 2002, p. 94).

Assim, todas as escolas que ofertavam a Educação Profissional passaram a ter que elaborar os seus PECs, como forma de justificar e respaldar a remuneração de forma diferenciada para os professores que atuavam nos cursos técnicos.

Para realizar a tarefa investigativa do PPEC, é preciso entender a história do PEC, concebido pelos professores, coordenadores, alunos e equipe técnica dos cursos técnicos, dando visibilidade e destaque aos cursos ofertados pela Rede Estadual de Ensino do Estado Espírito Santo.

O projeto que tinha como objetivo a ampliação da carga horária dos docentes e, conseqüentemente, a sua remuneração, além de trazer a proposta de integrar alunos, professores e toda a escola, beneficiava, também, a comunidade escolar e o seu entorno. A ideia do PEC acabou se tornando uma prática que sinalizava para a Secretaria de Educação uma estratégia que buscava o alinhamento entre a teoria curricular e a prática profissional.

Sabe-se que o que se tem de informações e documentos que contam a história dessa política são apenas relatos dos atores, que viveram a experiência dos projetos, assim como os relatórios com os resultados. Durante sua existência, não houve documentos que garantissem a legalidade dessa política pública.

O programa foi desenvolvido por um período de cinco anos, com profissionais em regime de designação temporária, apresentando divergências de opiniões de alguns profissionais da área de Educação. O projeto não contemplava os profissionais do regime estatutário, gerando insatisfação por parte dos mesmos, o que levou a denúncias na Procuradoria Geral do Estado, contribuindo, assim, para a suspensão do programa, a partir do ano de 2012 (ESPÍRITO SANTO/SEDU, 2013).

Relatar a trajetória do PEC nas Escolas Estaduais torna-se necessário para ajudar o leitor a entender o PEC e os seus desdobramentos que, na singularidade⁹ de uma escola, foi a primeira experiência de consolidação dessa política de EPT. Abordar o PEC sob o enfoque da institucionalização desse projeto de pesquisa não significa descuidar dos aspectos instituintes, pois os PECs são espaços de construção diferenciados de escola para escola, decorrentes da estrutura interna que os sujeitos constroem na busca de qualificar os currículos de EPT, contribuindo, assim, para superar, mais uma vez, a dualidade.

⁹A Escola Clovis Miguel com o Curso Técnico de Informática foi a primeira escola estadual a desenvolver o PEC denominado “Produção de Recursos Digitais”, que, dessa experiência instituinte, posteriormente, foi o marco da institucionalização do PPEC.

1.3.4 Estrutura e desenvolvimento do PEC na Rede Estadual do ES

O PEC foi um projeto de caráter interdisciplinar que teve como participantes/ elaboradores os coordenadores de cursos, professores, alunos e equipe pedagógica, realizando um trabalho integrado e por meio de práticas sociais, dentro das escolas estaduais do Estado do Espírito Santo.

O projeto visava a um forte incremento à pesquisa, além de incentivar a inovação tecnológica, promovendo a ampliação de conhecimentos e aliando as teorias adquiridas em sala de aula às práticas do mundo do trabalho. Segundo Relatório da Gerência da Educação Profissional da SEDU:

Esse projeto visava cumprir a função primordial de aproximar os alunos da prática profissional, prevalecendo saberes que valorizavam o mundo do trabalho, ampliando o horizonte do conhecimento específico de formação no eixo tecnológico do curso, visando o empreendimento que dá visibilidade e destaque ao curso pelo compartilhamento de esforços intencionados, planejados, executados e avaliados (ESPÍRITO SANTO/SEDU, 2012).

Nesse sentido, o PEC tinha a finalidade de desenvolver protótipos na área específica dos cursos, de modo a beneficiar toda a comunidade escolar e o entorno, utilizando metodologia diversificada e tecnologias avançadas do eixo de referência, propondo uma melhoria nos resultados e na formação técnica. Conforme Relatório da Gerência da Educação Profissional da SEDU:

Os coordenadores de curso juntamente com os professores estruturavam um projeto científico, deixando claro: objetivo geral, objetivos específicos, justificativa, metas, metodologia de trabalho, cronograma de execução, desenvolvimento do projeto, e prognóstico dos resultados e a sistematização da avaliação. Essa estrutura visava sempre ao atendimento das necessidades do curso alinhando a teoria à prática ao currículo, à ampliação do conhecimento de forma interdisciplinar na área técnica profissional, ao desenvolvimento das habilidades e competências do aluno para o mundo do trabalho (ESPÍRITO SANTO/SEDU, 2012).

Dessa forma, a culminância desses projetos deveria ser feita por meio de apresentações de atividades como: Seminários, Portfólios, Visitas Técnicas, Palestras, Pesquisa de Extensão, *Workshops*, Exposições, Feiras Científico-Culturais, Oficinas, Capacitação e outras. Como finalização da avaliação do projeto, o coordenador de

curso ainda deveria produzir relatório final com registros dos eventos e das ações, como também registros fotográficos (Anexo C).

Nesse sentido, a criação do PPEC, em 2014, como resultado de uma experiência iniciada no ano de 2007, faz com que a avaliação desse projeto se configure em uma prática pedagógica, tornando o currículo do curso técnico mais significativo e inovador, consequentemente, resultando em uma política de EPT instituída pela Lei nº 9.971/12 e regulamentada pelas portarias 015-R e 020-S/2014 (ESPÍRITO SANTO, 2014).

O objeto de pesquisa nesta proposta de estudo se evidencia na afirmação de que há experiências instituintes na educação que apontam, muitas vezes, para práticas exitosas. Sobre essa dimensão instituinte, Linhares (2002, p. 56) afirma a necessidade de as pesquisas na área de educação evidenciarem a dimensão ou o movimento das experiências educacionais, que venham ao encontro de uma perspectiva emancipatória, criativa, dialógica, solidária de valorização da vida e dos seres humanos, sem perder de vista o seu caráter contraditório, mas destacando as suas possibilidades de transformação da realidade.

1.4 A reestruturação do PPEC e suas bases legais

Tendo decorrido cinco anos da implantação do PEC nas Escolas Estaduais que ofertam Educação Profissional, o que se percebe, na prática, é que esse projeto está a cada dia se consolidando como um instrumento no cumprimento da prática profissional, dentro do currículo dos cursos técnicos da rede Estadual. Com a resolução nº 6/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o Governo do Estado do Espírito Santo propõe uma política que procura atender ao art. 21 dessa resolução que estabelece:

A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnicos e correspondentes às etapas de qualificação e de especialização profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2012, p. 6).

As portarias nº 015-R, de 10 de fevereiro de 2014, e nº 020-S, de 08 de abril de 2014, da SEDU e da SECTTI, respectivamente, regulamentam o artigo 8º da Lei nº 9.971, de 27/12/2012, alterada pela Lei nº 10.039, de 10/06/2013, publicada no Diário Oficial, em 11/06/2013. Assim, em ambas as Portarias, o texto estabelece, nos artigos 1º ao 4º, a regulamentação do PPEC:

Art. 1º Estabelecer as normas que regulamentam o Projeto de Pesquisa de Enriquecimento Curricular PPEC aplicado à Educação Profissional, objetivando a valorização da produção científica e o estímulo à interação entre teoria e prática, no âmbito da formação profissional articulada com o mundo do trabalho e as práticas sociais.

Art. 2º O PPEC destinado à Educação Profissional nas escolas estaduais refere-se a um projeto de caráter educativo, cultural, científico e técnico com o objetivo específico de trabalhar a teoria por meio de sua aplicabilidade prática, buscando a excelência do processo ensino-aprendizagem.

§ 1º O PPEC será planejado e executado pelos professores, coordenadores de cursos, alunos e equipe pedagógica dos Centros Estaduais de Educação Técnica (CEET) com aprovação e apoio da direção da escola. § 2º A execução do PPEC contempla atividades que serão desenvolvidas em horário diferenciado das aulas do curso, com carga horária específica e prazo determinado.

Art. 3º A carga horária para o desenvolvimento do PPEC poderá ter um acréscimo de até 50% ao somatório das horas/aula e horas/atividade que constituem a carga horária curricular dos professores envolvidos, não podendo ultrapassar 50 horas/aula semanais na totalidade do contrato.

Art. 4º Para subsidiar o trabalho docente e pedagógico de elaboração do PPEC, a Direção do CEET prestará assessoria aos PPEC e dará as orientações emanadas do setor competente – GEP/SECTTI na forma do anexo único quanto à estrutura, ao conteúdo e à apresentação do documento para o início das atividades na unidade de ensino (ESPÍRITO SANTO, 2014).

A partir dessa legislação, fica determinado que o PPEC seja elaborado pelo coordenador de curso, pela equipe docente e pedagógica do CEET, baseando-se nos seguintes critérios: relevância do tema, no que se refere a questões relacionadas à cidadania e ao objetivo da formação profissional, quanto ao significado e à simetria entre o mundo do trabalho, às novas tecnologias, à convivência social e à sustentabilidade; articulação com Plano do Curso técnico componente da proposta pedagógica e com a prática empreendedora; desenvolvimento da relação entre teoria e prática, relacionando os conteúdos com o exercício profissional e envolvimento de alunos, professores, comunidade escolar na articulação de atividades práticas

compatíveis com uma formação para o favorecimento da inserção dos estudantes no mundo do trabalho; organização de atividades estruturadas de forma multidisciplinar que contemplem e integrem as diversas disciplinas dos cursos técnicos; priorização de competências, habilidades e bases tecnológicas constantes do Plano de Curso aprovado pelo Conselho Estadual de Educação; diversificação de metodologias que promovam a aproximação entre teoria e prática laboral; e apropriação dos instrumentos de legislação e materiais didáticos de prevenção de acidentes do trabalho, que promovam estudos sobre a temática da melhoria da saúde e da segurança do trabalhador, por meio de cursos, oficinas, *workshops*, palestras e outros (ESPÍRITO SANTO, 2014).

Para a implementação do projeto, é necessário que haja análise e aprovação da direção da escola e a validação da GEP/SECTTI. O projeto poderá ser planejado e desenvolvido com a integração de mais um curso num mesmo CEET, contemplando uma forma interdisciplinar de atuação de todos os seus agentes executores. Assim, o tempo de execução da proposta será previsto em cronograma a ser seguido a partir de sua aprovação, e o seu desenvolvimento se processará durante o período do curso técnico ao qual o PPEC está vinculado.

Para o desenvolvimento do PPEC, alguns dispositivos devem ser respeitados, conforme o art. 7º da port. nº 020-S:

- I - na execução de um PPEC admitir-se-á agregar alunos de módulos distintos ou turmas intercursos com as atividades desenvolvidas em horário diferenciado da carga horária do currículo regular, de acordo com o espaço disponível e a dinâmica adotada pela unidade escolar;
- II - a frequência dos alunos e as atividades desenvolvidas deverão ser registradas em documento próprio, especialmente organizado para esse fim, considerando a carga horária semanal com o número de horas destinadas ao PPEC;
- III – constatado o abandono de um contingente significativo de alunos e as turmas apresentarem um quantitativo menor do que 15 (quinze) alunos envolvidos no projeto, o PPEC será extinto com retorno à carga horária original dos professores;
- IV- a avaliação da aprendizagem dos alunos não tem caráter de promoção, devendo ocorrer ao longo do processo, com acompanhamento contínuo e sistemático;
- V - as atividades desenvolvidas no PPEC deverão ser registradas no verso do histórico escolar do aluno, com a respectiva carga horária e o título do projeto;

VI - a execução da proposta deverá corresponder ao período de duração do módulo ou estender-se a todo o tempo de duração do curso, finalizando com o término do mesmo (ESPÍRITO SANTO, 2014).

Segundo as Portarias nº 015-S e 020-R do PPEC, o gestor escolar é o responsável pelo acompanhamento das etapas de desenvolvimento do projeto, incluindo frequência, relatórios, registros fotográficos, avaliações dos alunos envolvidos, avaliação dos resultados dos projetos, diante de seus objetivos especificados previamente, dentre outros. Para a realização desse trabalho, existe a integração de vários atores, como professores, coordenadores de cursos, alunos, equipe pedagógica, SECTTI e comunidade.

A partir da institucionalização do PEC, percebe-se que o mesmo tem se constituído como uma importante atividade interdisciplinar. Para Santomé (1998, p. 225), “a interdisciplinaridade dá um novo significado ao conteúdo escolar, quando rompe com a divisão hermética das disciplinas.” Percebe-se que hoje a interdisciplinaridade está conquistando seu espaço como uma proposta de alternativa para substituir a forma de produzir e transmitir o conhecimento, propondo caminhos de restauração de um novo saber.

Hoje, pode-se dizer:

A interdisciplinaridade é uma exigência do mundo contemporâneo. Ela não só auxilia na compreensão do movimento de abertura frente ao problema do conhecimento e das transformações contínuas da contemporaneidade, mas busca dar sentido, principalmente nas instituições de ensino, ao trabalho do professor, para que ambos – professor e aluno – delineiem o caminho que idealizaram, revejam-se no sentido de juntos elaborarem o traçado de novas atitudes, novos caminhos, novas pesquisas, novos saberes, novos projetos (FAZENDA, 2008, p. 135).

A análise de Fazenda (2008) acerca da importância da interdisciplinaridade no mundo contemporâneo subsidia a análise do PPEC como proposta pedagógica, que tem contribuído para o enriquecimento do currículo de EPT. O enfoque interdisciplinar do PPEC torna-se de grande importância na construção do diálogo entre as diversas disciplinas e o mundo do trabalho, constituindo-se em novos saberes para os alunos e professores.

Nesse contexto, a Educação Profissional possui objetivos, tais como: a preparação para técnicos de nível médio, a qualificação e a atualização permanente dos profissionais atuantes ou não no mundo do trabalho, de forma a proporcionar constante atualização e aprimoramento das habilidades, visando à sua atuação profissional. Para tanto, torna-se imprescindível que esses objetivos se traduzam na interiorização, democratização e expansão de uma política pública de Educação Profissional.

Tendo o PPEC como instrumento fundamental na consolidação da política de EPT do Estado do Espírito Santo, ocorreram várias reuniões entre as secretarias, SEDU e SECTTI, com o objetivo de elaborar os critérios de definição para Portaria que regulamentasse a implementação do PPEC (Projeto de Pesquisa de Enriquecimento Curricular) nas Escolas Técnicas Estaduais.

Em fevereiro de 2014, a SEDU publicou a Portaria 015-R e, em abril do mesmo ano, a SECTTI publicou a Portaria nº 020-S. A partir da publicação dessas Portarias, as escolas passaram a divulgá-las por meio da equipe pedagógica, disseminando a informação de que, daquele momento em diante, os projetos, anteriormente realizados nas escolas pelos alunos e professores, poderiam ser formalizados, por meio de uma estrutura documentada, pré-organizada e definida pelas Secretarias às quais as escolas envolvidas estão vinculadas, além de mobilizarem os agentes, incentivando-os para a realização de novos projetos orientados pelos professores.

Nesse sentido, esses projetos deveriam constar de etapas pré-definidas, a serem executadas ao longo do desenvolvimento dos cursos de que os alunos envolvidos faziam parte. Esses projetos são sempre orientados pelos professores e acompanhados pelos coordenadores dos cursos, conforme Portaria 020-S/2012. A ideia é a de que, por meio do Projeto de Pesquisa de Enriquecimento Curricular (PPEC), a Prática Profissional prevista pelo documento intitulado “Diretrizes Curriculares de EPT”, proposto pelo MEC, pudesse tornar-se mais uma oportunidade de acontecer, além de propiciar aos educandos maior integração entre teoria e prática, visto o envolvimento deles em relação aos trabalhos realizados.

Na busca de melhorar os cursos técnicos e de propor uma formação técnica que atenda aos anseios do mundo do trabalho, o PPEC se apresenta como uma

possibilidade nas relações currículo-mundo do trabalho, conforme a legislação, quando diz no art. 21 da Resolução nº 06/2012:

§ 1º A prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivências, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras (BRASIL, 2012).

Por se tratar de uma política pública muito recente na Educação Profissional do Estado do Espírito Santo, em sua nova versão, num universo de 141 escolas do Estado que ofertam Educação Profissional, 110 projetos foram apresentados para apreciação de suas Secretarias, sendo que 77 foram aprovados e estão sendo desenvolvidos e executados atualmente.

Esses projetos abrangem diversos temas, visando a uma formação técnica, científica e mais humana para o exercício da cidadania, atendendo às novas exigências do mundo do trabalho, possibilitando aos alunos a relação entre os conhecimentos adquiridos no processo de ensino com a prática, alavancando o desenvolvimento profissional e pessoal, por meio da interdisciplinaridade e da geração de conhecimentos.

Nesse cenário, os dois centros técnicos sob a jurisdição da SECTTI apresentam 15 projetos em desenvolvimento, sendo doze no CEET Vasco Coutinho e três no CEET Talmo Luiz Silva, representando 16% dos projetos em execução no Estado. Nesta pesquisa, destacam-se os PPECs desenvolvidos no CEET Vasco Coutinho, implementados a partir do mês de junho de 2014, e que foram programados para serem finalizados, em cronograma pré-definido, até dezembro do corrente ano.

Aplicar, proporcionar, possibilitar, interagir, capacitar, dar visibilidade, fortalecer, estimular, promover, possibilitar, desenvolver, incentivar, preparar, levar, garantir, ampliar, aprender, fomentar, sensibilizar, disseminar, aproximar, criar, oferecer, despertar e organizar são alguns dos verbos que conduzem o PPEC nas escolas estaduais do Espírito Santo, o que demonstra que o projeto está alinhado com as demandas do mundo do trabalho, que exigem não apenas o conhecimento técnico dos profissionais, mas também um profissional com senso humanístico e crítico. Conforme

apontam as tabelas (Anexo B), o PPEC já é uma realidade nas escolas estaduais que ofertam cursos técnicos, e isso significa que, cada vez mais, os alunos têm a possibilidade de vivenciar a integração entre os conteúdos das disciplinas teóricas e das disciplinas práticas, por meio de atividades realmente significativas, e em curto prazo.

Na observação dos títulos dos projetos apresentados, percebe-se a preocupação com temas atuais e fundamentais para a nova organização política e social do país. São títulos que remetem a trabalhar, independentemente da área, com questões ambientais, sociais, históricas, inclusivas e empreendedoras que, além de qualificar melhor o aluno, têm o poder de formar um senso de ética e cidadania, por meio de atividades interdisciplinares e que só podem trazer benefícios, tanto para os alunos, que são o foco do projeto, quanto para a comunidade escolar e para a comunidade externa que só têm a ganhar com tais iniciativas.

Pensando em um currículo para a Educação Profissional que busque aproximar, cada vez mais, a teoria da prática, as escolas técnicas da Rede Estadual do Espírito Santo contam com a possibilidade do PPEC, que tem a intenção de se apresentar como uma complementação curricular. Nesse sentido, o PPEC pode possibilitar ao gestor a busca de diálogo entre a instituição de ensino e empresas locais, mantendo pesquisas de mercado atualizadas para embasar a constante atualização curricular, a partir da realidade de cada curso.

O PPEC pode ser mais um instrumento de enriquecimento curricular que possibilita uma educação integrada, que visa contribuir para a formação de sujeitos autônomos que possam compreender o mundo e atuar por meio do trabalho com uma visão sustentável.

Assim, considerando que, no ano de 2014, o PPEC foi institucionalizado por meio das Portarias 015-R e 020-S, pode-se ressaltar a importância dessa política pública como possibilidade de revitalização do currículo de EPT. Por outro lado, há que considerar as limitações, no sentido de buscar alternativas para superá-las, visando ao avanço dessa prática pedagógica.

Os indícios observados como gestora deste CEET, desde o início da implementação dessa política, já fazem perceber algumas fragilidades em relação à

parte da normatização, dentre elas: a predominância de professores de EPT, em sua maioria, constituída por professores bacharéis, conforme dados levantados nos contratos de docentes¹⁰, e a falta de formação pedagógica desses, o que tem dificultado o processo de entendimento da Portaria e, conseqüentemente, a escrita dos projetos – PPEC. Outro ponto que também é possível elencar, por meio da observação, trata da limitação de alguns professores em lidar com projetos de enfoque interdisciplinar, uma vez que há os que abrangem mais de um curso, como o projeto intitulado “Um passeio turístico virtual no município de Vila Velha”. São projetos que envolvem os cursos técnicos em Programação em Jogos Digitais, Eventos e Serviços de Restaurante e Bar.

Outra dificuldade observada na execução do PPEC refere-se à realização dos projetos no contraturno. Conforme a orientação das Portarias das Unidades Centrais (SEDU, SECTTI), os projetos deverão ser realizados em turnos contrários ao das aulas, dificultando, assim, o retorno da maioria dos educandos, já que estes encontram dificuldades para retornarem à escola, em outro momento, pois não são contemplados pela gratuidade do passe escolar, principalmente por estarem frequentando o curso técnico na forma subsequente, e pelo fato de que a realidade é atender aos alunos que, em sua maioria, são alunos com idade superior a 24 anos, o que não corresponde às exigências da gratuidade, cuja legislação vigora, por meio do Decreto nº 3252-R, de 13 de março de 2013, no Estado do Espírito Santo.

Com a obrigatoriedade de se ter no mínimo 15 alunos por projeto, do início à conclusão do mesmo, conforme preveem as Portarias, observa-se que, por conta de atividades paralelas, como o pré-Enem, ingresso no curso superior, inserção no mercado de trabalho, os discentes acabam desistindo de dar continuidade aos projetos, trazendo uma alternância de alunos, durante a execução dos mesmos.

Diante dessa realidade, torna-se importante uma análise mais minuciosa dessa política, para saber até que ponto os PPECs estão articulados com as orientações das Diretrizes Curriculares da EPT, com os Planos de Ensino e até mesmo com as organizações curriculares de cada curso técnico, possibilitando o alinhamento da teoria

¹⁰No período de 2005 a 2014, foram contratados 514 professores bacharéis e 138 professores licenciados.

à prática. No entanto, esse assunto será desenvolvido, com maior atenção, no segundo capítulo deste trabalho.

Neste capítulo, a Educação Profissional foi abordada dentro de seu contexto histórico, por meio de um recorte com a realidade do Estado do Espírito Santo, incluindo dados socioeconômicos para subsidiarem a fundamentação teórica acerca do PPEC. Refletir sobre a gênese do PPEC e sua construção no decorrer de um ano de implementação teve como objetivo apresentar elementos plausíveis para a construção do segundo capítulo, em que serão abordados os conceitos de currículo, dialogando com o currículo de EPT, trabalho como princípio educativo e o PPEC como elemento fundamental na construção de uma proposta pedagógica, que vincule a ciência, a cultura, a tecnologia e o trabalho, tornando-se um instrumento na busca da superação das dualidades.

As descrições apresentadas até aqui mostraram um panorama histórico da Educação Profissional no Brasil, com recorte da Educação Profissional do Estado do Espírito Santo, além de uma abordagem acerca da implementação do PPEC como política pública nas Escolas Técnicas. Esse percurso teórico é essencial para que haja uma articulação com a metodologia desta pesquisa. Dessa forma, no segundo capítulo, apresenta-se o enfoque metodológico adotado na pesquisa, as categorias centrais que nortearão a fundamentação teórica, bem como a análise de dados dos sujeitos que participaram deste trabalho.

2 O PPEC NO CEET VASCO COUTINHO

Ao discorrer sobre os aspectos históricos da EPT em âmbito nacional e estadual, bem como a gênese do PPEC, a intenção foi a de trazer elementos que pudessem contribuir para a reflexão acerca da implementação do PPEC no CEET Vasco Coutinho. Após esse panorama histórico da EPT, o capítulo dois apresenta o universo pesquisado, o CEET Vasco Coutinho, compondo, assim, a primeira seção. Nessa seção, também serão abordados o currículo de EPT, o panorama histórico da implantação do PPEC, o papel do gestor conjugando com os desafios da Educação Profissional, respectivamente. A segunda seção deste capítulo trata da concepção do PPEC sob o ponto de vista dos alunos, conforme coleta de dados, e, na terceira seção, é abordada a concepção do PPEC na perspectiva dos professores.

Para buscar as opiniões de alunos e professores, foi realizada uma técnica de coleta de dados que trata do recorte de investigação da implementação do PPEC até os dias atuais, com o objetivo de subsidiar, nas análises da contribuição desse projeto, na superação das dualidades, no âmbito do CEET Vasco Coutinho/Vila Velha – ES. Para fundamentar essas análises e como organização da metodologia, foi necessário fazer um estudo qualitativo e quantitativo, por meio de entrevistas semiestruturadas com os coordenadores de curso, e questionários com os alunos, respectivamente, conforme dados e resultados importantes que nortearão a construção de um Plano de Ação e Intervenção e que serão apresentados no terceiro capítulo.

Desse modo, em um primeiro momento, utilizou-se a entrevista semiestruturada, em consonância com o que defende Minayo (2010, p. 261), ao conceituar a entrevista como técnica de comunicação e coleta de dados:

[...] é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo.

Ao longo do segundo semestre letivo de 2014, foram desenvolvidos 13 (treze) PPECs, sob a orientação de 43 (quarenta e três) professores, tendo cada um deles um

coordenador geral, que também poderia coordenar mais de um PPEC. Devido ao grande número de sujeitos e à técnica escolhida, utilizou-se como critério de inclusão e exclusão que o professor atuasse como coordenador de curso. Desse modo, para abordar o tema em profundidade, foram entrevistados 10 (dez) professores que atuam como coordenadores de curso.

Para a participação na entrevista, foi solicitado a cada sujeito que assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D). Além disso, o roteiro de entrevista (Apêndice B) foi entregue, previamente, para que o coordenador aprovasse as perguntas que seriam feitas a ele. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, com posterior análise dos resultados obtidos.

Além dos coordenadores de curso e dos professores, o PPEC foi executado pelos alunos. Daí a importância de também se verificar a percepção deles em relação à experiência vivenciada enquanto participantes do projeto – afinal, o PPEC foi criado para enriquecer o currículo do aluno, procurando fazer a triangulação dos elementos apontados pelo professor/coordenador, pelo aluno e pela teoria existente.

Nos 13 (treze) PPECs desenvolvidos, obteve-se o universo de 195 (cento e noventa e cinco) alunos participantes. Dessa forma, a técnica que melhor atende à obtenção e à análise dos dados obtidos seria o *survey*, pois, segundo Babbie (1999), “envolve a coleta e a quantificação dos dados, os quais se tornam fonte permanente de informações”.

Para a aplicação do questionário, foi feita uma reunião com os 195 alunos, informando o objetivo da pesquisa e a importância da participação de cada um para a melhoria do PPEC no ano seguinte. Após explicar o processo de pesquisa e sanar as dúvidas existentes, foi entregue, individualmente, um questionário (Apêndice A) para cada sujeito. Desses, foram respondidos e devolvidos 71 (setenta e um) questionários, totalizando 35% (trinta e cinco por cento) dos questionários entregues. Os dados obtidos foram compilados e descritos em forma de gráficos.

Ressalta-se, ainda, que, para este estudo, utilizou-se a integração entre as técnicas quantitativa e qualitativa, atendendo às características e às abordagens realizadas. Para Fonseca (2002, p. 20), “a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir

isoladamente”. Nesse sentido, unindo as duas formas – qualitativa e quantitativa – podem-se perceber as lacunas existentes em cada técnica utilizada e lançar mão de dados que permitem fazer inferências, unindo, analisando e sintetizando os dados obtidos.

Indo ao encontro das ideias de Babbie (2003), as perguntas fechadas “dão maior uniformidade de respostas e são mais facilmente processadas”, com intuito de tornar mais objetiva a análise das informações, visando a uma colocação do entrevistado em relação ao projeto pesquisado, de modo a transcrever suas ideias, sem perder o foco do contexto em questão. Em se tratando das entrevistas, as perguntas são abertas e, segundo Babbie (2003, p. 156), “se o entrevistado não entender a intenção das perguntas ou indicar que não a entendeu, o entrevistador pode clarear o assunto e assim obter respostas mais relevantes”. Sendo assim, ambos os instrumentos, ao se complementarem, adquirem maior possibilidade de entendimento do que se pretende atingir.

Nessa abordagem, foram levantadas questões relativas ao currículo de EPT, o enfoque do trabalho e da pesquisa como princípios educativos que serão objetos de investigação neste capítulo. Para tanto, manteve-se interlocução com os autores Frigotto (1985-2014), Ciavatta (2005), Ramos (2004-2014), Kuenzer (1997-2007), Oliveira (2012), Saviani (2012) e Araújo (2013), para fundamentar a concepção de trabalho como princípio educativo, como uma categoria central no estudo do PPEC.

Outra categoria que também é importante em uma visão de EPT, sugerindo romper com as dualidades, é a pesquisa como princípio educativo que, neste trabalho, fundamenta-se nas concepções de Ramos (2014), Demo (2001- 2004) e nas Diretrizes Curriculares de EPT (BRASIL, 2012).

A Gestão Escolar também se apresenta, nesta pesquisa, como um elemento relevante e central, uma vez que se ressalta a importância de uma Gestão Escolar de EPT, que se coaduna com uma concepção de formação técnica comprometida com uma educação emancipadora e, conseqüentemente, com a superação das dualidades entre teoria e prática. Os autores que fundamentam essa abordagem de Gestão Escolar são Dourado (2007), Ferreira (2004) e Paro (2015).

A inserção desses autores no campo da Gestão Escolar encontra-se em consonância com o objeto estudado, que tem o gestor como protagonista dessa política pública. E também por serem autores que abordam uma concepção política que supera uma visão tradicional de administração escolar, propondo um diálogo com os desafios contemporâneos da gestão escolar.

Esse percurso teórico fundamenta-se na perspectiva de consolidação de uma EPT comprometida com a superação das dualidades, reconhecendo que

a escola é muito mais que apenas um espaço de socialização e de divulgação de saberes; ela é, antes de tudo, um espaço de reconstrução do ser social. Consequentemente, não cabe pensar a escola ou a educação profissional, voltadas apenas para dimensão da vida humana: o trabalho assalariado ou a formação de um agente econômico. A educação profissional, assim como a educação básica ou o ensino superior, é um espaço – não único, mas fundamental – para a elaboração de uma identidade agregadora de várias dimensões, sejam estas políticas, afetivas, físico-intelectuais ou econômicas (OLIVEIRA, 2012, p. 97).

A questão trazida por Oliveira (2012), no que se refere à escola de Educação Profissional, pode ser um meio de superação das dualidades que marcam a Educação Profissional no Brasil. Nesse sentido, o PPEC, ao agregar novas informações acerca do mundo do trabalho, pretende contribuir para a formulação de um novo currículo de EPT, associando a cultura, a ciência e o trabalho.

Para avançar na tarefa investigativa, tendo como foco a implementação do PPEC no CEET Vasco Coutinho, serão abordados alguns aspectos desse projeto, a partir de sua implantação, bem como a fundamentação do PPEC à luz de duas categorias centrais: o trabalho e a pesquisa como princípios educativos. Além disso, será analisado o papel do gestor escolar na implementação do programa, já que esse profissional pode ter um papel decisivo na consolidação do PPEC, enquanto política de EPT.

2.1 O Universo estudado: o PPEC na Escola

O foco da seção é apresentar o objeto de estudo: o CCET Vasco Coutinho, descrevendo sua importância para o Estado, assim como a elaboração de seus planos

de cursos, conjugados com o mundo do trabalho. Ainda na sequência desta seção, apresenta-se a relação dos PPECs com o universo estudado, apresentando seus objetivos, além de propor a importância do gestor na implementação dessa política pública.

A justificativa de realizar a pesquisa nesse Centro Técnico se dá em decorrência de ser o único Centro Técnico Estadual localizado na Grande Vitória, que oferta somente Educação Profissional de nível técnico, na forma concomitante e subsequente¹¹, com uma relevante contribuição na formação de profissionais qualificados, nos quatro Eixos Tecnológicos que somam os onze Cursos Técnicos ofertados, atualmente, para a sociedade capixaba. Essa realidade se dá pelo número de alunos egressos, conforme tabela 3:

Tabela 3. Quantitativo de ofertas de vagas no CEET Vasco Coutinho

MATRÍCULAS OFERTADAS VASCO COUTINHO 2005-2014			
ANO	VAGAS	MATRÍCULAS	EGRESSOS
2005	815	781	-
2006	665	659	285
2007	775	782	289
2008	875	880	623
2009	1070	1043	369
2010	860	871	475
2011	1085	1082	359
2012	1155	1191	457
2013	1005	1052	447
2014/1	480	449	189
2014/2	580	547	Em curso
TOTAL GERAL	9365	9337	3445

Fonte: CEET Vasco Coutinho, 2014.

Atualmente o CEET Vasco Coutinho funciona nos três turnos, com um total de 1124 alunos, ofertando, além da modalidade Técnica de Nível Médio, na forma

¹¹ As nomenclaturas concomitante e/ou subsequente são fundamentadas pelo Decreto 5.104/04, no Art. 4º, § 1º II – concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio; III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

concomitante e subsequente, oportunidades no segmento do Ensino a Distância, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR). São 29 turmas que estão distribuídas nos três turnos, com os seguintes cursos: Técnico em Administração, Comércio Exterior, Eventos, Hospedagem, Informática, Modelagem do Vestuário, Serviços de Restaurante e Bar, Programação em Jogos Digitais, Produção de Moda, Rádio e TV, Redes de Computadores, Transações Imobiliárias, Agente Comunitário de Saúde.

Para tanto, partiu-se da noção de que as atividades econômicas do Estado do Espírito Santo estão voltadas tanto para o setor comercial como industrial, possuindo um intenso movimento, especialmente no setor de serviços, em que se destacam as atividades relacionadas com o comércio, serviços de turismo e hospitalidade, confecção, comunicação, informática, gestão, entre outros. Como decorrência dessas atividades e pela importância econômica e social que as mesmas têm para o Estado, essas foram as áreas escolhidas para a atuação do CEET Vasco Coutinho, pretendendo atender às demandas de Formação Profissional Técnica em Nível Médio nesses setores, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado, intensificando a busca por trabalhadores que apresentem o novo perfil de um profissional qualificado.

Assim, para a elaboração dos Planos de Cursos do CEET Vasco Coutinho, torna-se imprescindível seguir as orientações provenientes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que deverão ser organizadas conforme o art. 3º e § 5º da Resolução nº 06/2012:

As bases para o planejamento de cursos e programas de Educação Profissional, segundo itinerários formativos, por parte das instituições de Educação Profissional e Tecnológica são os Catálogos Nacionais de Cursos mantidos pelos órgãos próprios do MEC e a Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, 2012, p. 2).

Dessa forma, o CEET Vasco Coutinho visa atender às orientações estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação na elaboração de seus planos de cursos, propondo uma organização curricular que possa superar a dualidade entre o ensino propedêutico e o ensino técnico, e que procure incluir o aluno no mundo do trabalho, com uma visão mais humanística, tendo como dimensões indissociáveis a

aprendizagem, a cidadania, o trabalho, as comunicações, a ciência e a tecnologia, dentre outras. A oferta dos cursos técnicos, dentre os Eixos Tecnológicos de Informação e Comunicação, Gestão e Negócios, Produção Cultural e Design e Hospitalidade e Lazer, vem ocorrendo desde outubro de 2005.

A Escola possui, em seu organograma, uma equipe formada por 135 profissionais, organizados em três turnos, conforme a figura a seguir:

Figura 1. Organograma de Funcionários do CEET Vasco Coutinho

Funcionários	Quantidade
Coordenadores de cursos	27
Coordenadores de turno	04
Diretor	01
Pedagogos	03
Professores	87

Fonte: CEET Vasco Coutinho, 2014.

O foco da seção é o PPEC na escola, sendo abordado, também, o currículo de EPT, com o intuito de destacar o Ensino Profissional como uma importante modalidade de ensino para os alunos que estão concluindo ou já concluíram o Ensino Médio. E, também, reconhecer que a formação técnica no Brasil, atualmente, está conjugada com as novas exigências do sistema produtivo, profundamente referenciadas pelo conhecimento científico e tecnológico dos agentes de produção (trabalhadores). Dessa forma, essa etapa de escolarização torna-se uma alavanca para o desenvolvimento científico e tecnológico de nossa população.

Para a consolidação de uma formação técnica que dialogue com as novas tendências do mundo do trabalho, torna-se fundamental potencializar o trabalho como princípio educativo e a educação como formação humana. Nessa perspectiva, Saviani (2012) ressalta:

Tendo em vista que é o trabalho que define a essência humana, podemos considerar que está aí a referência ontológica para se compreender e reconhecer a educação como formação humana. O homem se constitui como homem, ou seja, se forma homem no e pelo trabalho. Esse processo de produção do homem, que coincide com o seu processo de formação, vai se complexificando ao longo da história dando a origem a diversas modalidades de trabalho, entre as quais assume particular relevância a diferenciação entre trabalho manual e

intelectual ou entre trabalho material e não material (SAVIANI, 2012, p. 132).

Para a concretização de uma formação técnica conjugada com os desafios contemporâneos, é importante discutir o currículo de Educação Profissional, e focá-lo como princípio norteador de uma formação técnica humanística, que rompe com a dualidade estrutural, conhecimento geral *versus* conhecimento técnico, e integra o trabalho, a ciência, a técnica, a tecnologia, e a cultura geral. Ressalta-se, também, a importância de se considerar que a construção do currículo da Educação Profissional, na atualidade, exige uma mudança de postura pedagógica do modo de agir não só dos professores, mas também dos gestores e alunos. Significa uma ruptura com um modelo cultural que hierarquiza os conhecimentos e que confere menor valor e até uma conotação negativa àqueles de ordem técnica, associados, de forma preconceituosa, ao trabalho manual, fato que remete aos primórdios da Educação Profissional no Brasil.

Segundo Gramsci:

[...] significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (GRAMSCI, 1991 apud FRIGOTTO, 2005, p. 84).

Nesse enfoque de trabalho como princípio educativo e da pesquisa como princípio pedagógico, a Educação Profissional possui diversos objetivos como: a preparação para técnicos de nível médio, a qualificação e a atualização permanente dos profissionais atuantes ou fora do mundo do trabalho, de forma a proporcionar constante atualização e aprimoramento das habilidades, visando à sua atuação profissional. É de grande importância que esses objetivos se traduzam na interiorização, democratização e expansão de uma política de Educação Profissional, nos termos colocados por Ramos:

Nesse sentido, é necessário potencializar o fortalecimento da relação entre o ensino e a pesquisa, na perspectiva de contribuir com a edificação da autonomia intelectual dos sujeitos frente à (re) construção do conhecimento e outras práticas sociais, o que inclui a conscientização e a autonomia diante do trabalho. Isto significa contribuir, entre outros aspectos, para o desenvolvimento das capacidades de, ao longo da vida, interpretar, analisar, criticar, refletir,

rejeitar ideias fechadas, aprender, buscar soluções e propor alternativas, potencializadas pela investigação e pela responsabilidade ética assumida diante das questões políticas, sociais, culturais e econômicas (2014, p. 94).

A partir da visão da autora, pode-se afirmar que a concepção de currículo defendida neste trabalho vai além das deliberações conscientes e formais a respeito daquilo que deve ser ensinado, tais como leis, regulamentos, normas, guias curriculares, e também leva a pensar nos processos informais e interacionais pelos quais aquilo que é legislado e interpretado de diferentes formas é frequentemente subvertido ou transformado. Sacristan afirma:

Quando definimos currículo, estamos descrevendo a concretização das funções da própria escola e a forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado, para um nível de modalidade de educação numa trama institucional (2000, p. 15).

Com essa visão de currículo como uma construção histórica, ainda acrescenta o autor:

O currículo relaciona-se com a instrumentalização concreta que faz da escola um determinado sistema social. Pois é através dele que lhe dota de conteúdo, missão que se expressa por meio de usos quase universais em todos os sistemas educativos, embora por condicionante histórico e pela peculiaridade de cada contexto, se expressa em ritos, mecanismos etc., que adquirem certa especificidade em cada sistema educativo (SACRISTAN, 2000, p. 15).

Nesse sentido, Lopes (2005) ressalta a concepção de currículo como uma construção histórica, que tende a incorporar os discursos circulantes de diversas correntes de pensamento. Pode-se, então, afirmar que o documento intitulado “Diretrizes Curriculares de EPT”, proposto pelo MEC, também é resultado de múltiplas (re) interpretações que determinam e/ou influenciam na construção do currículo de cada instituição.

As Diretrizes Curriculares para o Ensino Técnico propõem ao estudante, no art. 5º, “conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais” (BRASIL, 2012, p. 2).

No que se refere ao currículo de EPT, esse documento, em seu artigo 15, destaca:

O currículo, consubstanciado no plano de curso e com base no princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, é prerrogativa e responsabilidade de cada instituição educacional, nos termos de seu projeto político-pedagógico, observada a legislação e o disposto nestas Diretrizes e no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (BRASIL, 2012, p. 5).

Em consonância com os princípios norteadores da legislação da Educação Profissional, o Projeto Político Pedagógico (ESPÍRITO SANTO/PPP, 2014) deste Centro Técnico tem o intuito de oferecer cursos com a perspectiva de inserção de jovens e adultos no mundo do trabalho, além de atender, também, aos profissionais que já estão no mercado, mas que sentem falta de uma melhor qualificação para exercerem suas atividades. Dessa forma, o Centro Estadual de Educação Técnica Vasco Coutinho possui como filosofia o desenvolvimento de propostas pedagógicas que privilegiam currículos organizados de maneira integrada, com o objetivo de garantir a construção de competências e o conhecimento técnico, que propiciarão as bases para o exercício da cidadania e da inclusão no mundo do trabalho (ESPÍRITO SANTO/PPP, 2014).

Assim, a laboralidade trata da prática profissional incorporada à vida social, de modo a promover a cidadania, produzindo benefícios em forma de produtos e serviços, acompanhando as constantes mudanças e transformações do mercado de trabalho. Atualmente, porém, para se pensar em uma Educação Profissional comprometida com o nosso tempo, torna-se necessária a elaboração de um currículo que tenha a clareza dos conceitos e das concepções que devem embasar essa modalidade de ensino, considerando que

mesmo reconhecendo a importância da Educação Profissional estar mais sintonizada com as mudanças no mundo do trabalho e objetivar qualificar profissionais para atuar competentemente no exercício laboral, é fundamental o desenvolvimento de uma prática coletiva que contribua para a construção de um projeto de desenvolvimento nacional em cuja elaboração os diversos setores da sociedade, historicamente excluídos do desfrute da produção material e cultural, sintam-se envolvidos, tendo-o como propulsor de expectativas reais de exercitar a cidadania (OLIVEIRA, 2012, p. 102).

A questão enfocada por Oliveira (2012) possibilita pensar em um currículo de EPT que atenda aos desafios da contemporaneidade, contribuindo para que os alunos egressos dos cursos técnicos sintam-se mais qualificados e atualizados para se

inserir no mundo do trabalho. Nesse sentido, o PPEC, pelos diversos temas abordados, pode atender ao seu papel de trazer para o cotidiano do CEET Vasco Coutinho uma proposta pedagógica alinhada ao art.15, inciso VI, da Resolução 06/12, ao determinar que os currículos dos cursos de EPT devem proporcionar aos estudantes:

Fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho (BRASIL, 2012).

Além da qualificação dos alunos que participam do PPEC, este projeto de pesquisa pode ser importante, também, para a prática profissional dos professores envolvidos, pois o PPEC, conforme sua normatização, dá oportunidade aos docentes de atuarem, de forma crítica e reflexiva, possibilitando um desdobramento do ensino/aprendizagem, trazendo para o contexto uma articulação entre teoria e prática. Desse modo, Knauss (2001, p. 68) contribui com esse pensamento, ao afirmar que “o envolvimento dos professores com pesquisas serve como pretexto pedagógico-prático e tece uma rede de conhecimentos”.

A aprovação do PPEC está condicionada ao previsto na Portaria 020-S/2014, que trata da aproximação entre teoria e prática nos cursos técnicos ofertados por essa Instituição de Educação Técnica. Essa Portaria também ressalta uma possibilidade maior de integração entre escola e comunidade em geral, além de valorizar a produção científica e articular os conhecimentos pertinentes aos cursos técnicos com o mundo do trabalho (ESPÍRITO SANTO, 2014).

O PPEC pode ter como objetivo a promoção da prática como forma de consolidar as competências previstas na formação de um profissional que atenda aos anseios do mundo do trabalho, buscando aplicá-las nos vários setores em que se fazem necessárias. Além disso, o projeto também pode se configurar como um instrumento que tem cumprido seu papel de agregar mais conhecimentos, incluindo atividades práticas, que possibilitam atender ao que preceituam as Diretrizes Curriculares da Educação Profissional, no que se refere à autonomia da Escola, no sentido de incorporar temas relevantes locais/regionais, e que contribuem para a aproximação entre a teoria e a prática profissional.

Assim, a expansão da experiência entre os projetos “PEC e PPEC” no CEET Vasco Coutinho pode ser discutida pelos possíveis desdobramentos com a institucionalização dos PECs, por meio da Lei nº 9.971/2012 e as Portarias nº 015-R e 020-S/2014. Dessa forma, de acordo com o que foi tratado no capítulo 1, a concepção do PEC não ocorreu como materialização de uma política pública para a EPT, em âmbito Estadual, mas a sua implementação foi se consolidando, gradativamente, tornando-se necessária a institucionalização desse projeto, uma vez que a experiência que surgiu em uma determinada escola, em 2007, foi se estendendo para as demais escolas, conforme tabela a seguir:

Tabela 4. Quantitativo de PEC das Escolas Estaduais que ofertam Educação Profissional

ANO	Nº de PECs
2007	07
2008	39
2009	45
2010	74
2011	108
2012 e 2013	Suspenso, aguardando regulamentação legal

Fonte: GEP/SEDU, 2011.

A tabela 4 expressa a expansão dos PECs e, conseqüentemente, o aumento de profissionais envolvidos nos projetos. Registra-se, nesse período, um aumento expressivo de recursos financeiros no que se refere à folha de pagamento dos sujeitos envolvidos com a Educação Profissional. Com essa alteração orçamentária, tornou-se necessário um diálogo entre a Secretaria de Educação e as Secretarias da Fazenda (Finanças) e de Gestão e Recursos Humanos (RH). Esse resultado culminou na institucionalização dos PECs, com o objetivo de normatizar os projetos iniciados em 2007, em uma Unidade de Ensino.

Ainda em relação à tabela 4, percebe-se que, nos anos de 2012/2013, não há registro de PECs. Esse fato vincula-se ao momento em que houve a interlocução da Secretaria de Educação com as outras esferas do Governo Estadual, na tramitação da legislação que, futuramente, viria para institucionalizar o PEC. A partir do momento em

que a Secretaria da Educação constatou que havia um grande impacto na folha de pagamento com um projeto que ainda não tinha respaldo legal, foi determinada, pelo então Secretário da Educação, a suspensão da autorização dos projetos nas escolas até a promulgação de uma Lei que, finalmente, os regulamentasse.

Sendo assim, a singularidade dessa experiência, que surge apenas em uma escola, contribui para evidenciar uma questão: há construção de experiências instituintes “na educação, que apontam para práticas importantes no cotidiano escolar e, que muitas dessas experiências fundamentam o processo de institucionalização de uma política pública” (LINHARES, 2002, p. 57).

Ainda sobre a dimensão instituinte, fundamenta-se o processo de institucionalização de uma política pública, por meio das experiências instituintes, afirmando que “estão sempre num devir, pisando em um terreno movediço, sem certezas e comprovações da história, mas enfrentando e infiltrando-se nas tramas instituídas, aproveitando frestas e contradições” (LINHARES, 2007, p. 157). Essas práticas ainda desconstroem certezas, reafirmam possibilidades e, muitas vezes, podem subsidiar o poder público na elaboração de suas políticas, como ocorreu na trajetória dos PECs, na Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo.

A trajetória dos PECs, que culmina na institucionalização, por meio das referidas legislações, despertou o interesse de transformar esse assunto em objeto de estudo no Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, por acreditar que essa política possibilita a construção de uma concepção de educação emancipatória, pois tende a ampliar os canais de diálogo, de democratização na educação e, em se tratando de Educação Profissional, representa um avanço acerca da aproximação da teoria com a prática. Coloca-se, portanto, a motivação em pesquisar os PPECs no currículo de EPT principalmente no trabalho pedagógico dos profissionais de educação e dos alunos envolvidos nos referidos projetos, contribuindo, assim, para a fundamentação de uma prática, que se articula com

[...] a teoria sobre o trabalho como princípio educativo, porque é através dele que o ser humano produz a si mesmo, produz a resposta às necessidades básicas, na interação do mundo com a natureza, mas também e não separadamente às necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas. É a construção de um processo educativo que conduz as novas gerações a entender o caráter

cada vez mais inviável da sociedade capitalista centrada na competição, desperdício, consumo e na violência (FRIGOTTO, 2009, p. 133).

Dessa forma, o PPEC se constitui na execução de uma proposta pedagógica que tem no trabalho o princípio educativo. Assim, esse projeto tem a intenção de ir além da visão utilitarista da Educação Profissional, que é a de formar o aluno para o mercado do trabalho, mas também a proposta de um maior aprofundamento dos conhecimentos científicos. Nessa concepção do trabalho como princípio educativo, além dos conteúdos laborais, se expressa, também, uma preocupação com uma formação integral na articulação dos conteúdos científicos, sem perder de vista as habilidades profissionais. Além disso, sua execução cotidiana tem se constituído como um fator importante para a superação das dualidades que, historicamente, marcam a Educação Profissional do País.

Na busca de propor uma formação técnica que atenda aos anseios do mundo do trabalho, o PPEC torna-se uma possibilidade para a concretização de um currículo mais dinâmico, que pode expressar uma sintonia com esse mundo. Esse projeto insufla um diálogo profícuo entre a instituição e empresas locais, visando a uma constante atualização curricular, a partir da realidade de cada curso. Dessa forma, na consolidação do PPEC, surge a oportunidade de se colocar em prática o que determinam as Diretrizes Curriculares, no art. 6º, quando tratam dos princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: a relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas; o respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional; o trabalho assumido como princípio educativo, integrando a ciência, a tecnologia e a cultura, tendo a pesquisa como princípio pedagógico; a indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem, assim como entre teoria e prática, no processo de ensino/aprendizagem; a interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular (BRASIL, 2012).

A estrutura curricular dos Cursos Técnicos do CEET Vasco Coutinho é proposta em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Quanto aos Planos de

Cursos, são organizados por módulos de estudos, em etapas significativas, que propõem a sequência curricular, dentro de um princípio de interdisciplinaridade, buscando o desenvolvimento de competências para o desempenho profissional.

Dessa forma, o Centro Estadual de Educação Técnica Vasco Coutinho, ao oferecer os cursos Técnicos em Administração e Comércio Exterior, do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios, tem como objetivo formar profissionais para desempenhar funções de planejamento, organização, coordenação, comando e controle, contribuindo, assim, com a competência no processo de aperfeiçoamento das empresas, que visam atender às necessidades da sociedade. Os profissionais formados podem atuar nos mercados nacional e internacional (ESPÍRITO SANTO/PPP, 2014).

Nesse sentido, o PPEC articula-se com o Eixo Tecnológico apresentado no “Projeto *Insight* Empreendedor”, que pretende complementar os saberes adquiridos ao longo do desenvolvimento dos referidos cursos, por meio da criação de oficinas abertas à comunidade e aos alunos do Centro Estadual de Educação Técnica Vasco Coutinho, com a intenção de desenvolver o perfil empreendedor dos discentes, por meio do trabalho sinérgico entre professores e alunos dos Cursos Técnicos em Administração e Comércio Exterior, buscando melhorar a oratória dos envolvidos e incentivando a pesquisa e a disseminação do conhecimento adquirido. Ainda nesse eixo, o PPEC denominado “Energia Autossuficiente: Projeto de Iluminação Pública” tem o intuito de orientar as entidades públicas a utilizarem a energia, de maneira simples e econômica, trazendo um excelente resultado para a economia do Município, Estado ou País, no que se refere ao consumo da energia elétrica, de maneira organizada, controlada e planejada, apresentando ideias que façam uso de materiais recicláveis, inovando e criando possibilidades e alternativas que sejam viáveis, tanto para esses governos, quanto para a sociedade em geral (Anexo E/ PPEC, 2014).

Quando relacionado ao Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, constituído pelos cursos Técnicos em Eventos, Hospedagem e Serviços de Restaurante e Bar, esse tem como foco principal a formação de profissionais qualificados para atender às demandas desse segmento, alinhado com as exigências específicas de sua habilitação, como a atuação em meios de hospedagem, em atividades que visam à

operacionalização de eventos diversos, como também a de desempenhar atividade de recepção, encaminhamento e atendimento em bares e restaurantes (ESPÍRITO SANTO/PPP, 2014).

Dessa forma, ainda no Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, o PPEC intitulado “Um passeio turístico virtual no município de Vila Velha” tem o intuito de propor, por meio da integração entre os cursos técnicos em Programação de Jogos Digitais, Eventos e Serviços de Restaurante e Bar, a construção de um jogo digital, com a finalidade de apresentar o município de Vila Velha com seus principais atrativos turísticos, de hospitalidade, feiras gastronômicas e outras atividades (Anexo F/PPEC, 2014).

O Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design, composto pelos Cursos Técnicos em Rádio e TV, Modelagem do Vestuário e Produção de Moda, tem como objetivo desenvolver a ética, raciocínio lógico, estético, empreendedorismo, normas técnicas e educação ambiental, como também promover a atuação em equipes com iniciativa de criatividade e de sociabilidade (ESPÍRITO SANTO/PPP, 2014).

Esse eixo contribui com o PPEC “Web TV Experimental”, organizado pelo Curso Técnico em Rádio e TV, mostrando como os avanços tecnológicos fazem com que o mundo e as comunicações estejam cada vez mais digitais, interativos e dinâmicos, estando, também, mais presentes no Audiovisual e em várias tecnologias como: MP 3, 4, 5..., Televisão, Internet, Rádio, Cinema, Celulares etc. O projeto busca vivenciar a prática da cobertura de eventos, levando o aluno a praticar e assimilar as formas de expressão e de comunicação visual com a capacidade analítica do raciocínio, durante a gravação do produto audiovisual e da disponibilização do material no *site* do CEET (Anexo G/PPEC, 2014).

Esse eixo, também, por meio do curso Rádio e TV, traz o projeto: “Olhar Capixaba”, que visa divulgar belas paisagens e muitas histórias pesquisadas de norte a sul do Estado do Espírito Santo. O projeto tem como objetivo promover pessoas, lugares, culinária, dia a dia, passeios alternativos e pontos turísticos que compõem esse Estado cheio de belezas. Com a mochila nas costas e uma máquina nas mãos, espera-se que os alunos envolvidos dominem a linguagem técnica específica de cada etapa da produção de um documentário, assim como a possibilidade da inserção

destes no universo de disseminação da cultura, da educação, da publicidade e propaganda, da diversão, dos serviços e dos meios eletrônicos de massa (Anexo G/PPEC, 2014).

Ainda buscando contribuir com esse eixo tecnológico, os cursos Técnicos em Modelagem do Vestuário e de Produção de Moda, com o projeto “Bolsas Recicladas”, procuram mostrar que a reciclagem é um meio de extrema importância para a preservação ambiental, no sentido de incentivar o uso de materiais reciclados, desenvolvendo a criatividade na produção de objetos decorativos, a partir do aproveitamento de materiais descartados pelas empresas, do lixo (*banner* de propagandas), e das casas (peças de roupas que não se usam mais), para ampliar a qualidade de vida e a visão sobre o mundo (Anexo G/PPEC, 2014).

No mesmo eixo, temos, também, o projeto “Moda e Arte”, que propõe aos alunos dos cursos Técnicos Produção de Moda e Modelagem do Vestuário a possibilidade de atuarem no mercado de moda em seus diversos segmentos, como moda praia e de ginástica, sendo que estes, em sua maioria, não trabalham e não possuem renda. Sendo assim, quando optam pelo curso, os alunos vislumbram uma possibilidade de inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido, o PPEC surge como uma oportunidade de ampliar os conhecimentos curriculares e extracurriculares, agregando valor criativo e empreendedor, buscando promover a capacitação dos alunos em oficinas de moda e de arte, de customização de acessórios e de roupas em geral, incentivando sua participação em feiras e eventos, como também melhorar a integração entre os cursos do eixo (Anexo G/PPEC, 2014).

Quanto ao Eixo Tecnológico Informação e Comunicação, compreendido pelos Cursos Técnicos em Informática, Redes de Computadores e Programação em Jogos Digitais, o projeto visa formar profissionais para atuarem na área de informática, que atendam às demandas das empresas e da sociedade, mediante uma sólida formação humana e técnica, que lhes permita atuarem em funções de operacionalização de atividades de concepção de projeto, desenvolvimento, manutenção, gerência, administração e operação confiável e segura de Redes de Computadores Locais e de Longa Distância, e dos serviços por elas oferecidos, por meio de uma abordagem

estruturada e integrada aos aspectos teóricos e práticos (ESPÍRITO SANTO/PPP, 2014).

Contribuindo nessa perspectiva de conhecimento técnico, para além da formação prevista para o perfil do egresso do curso de informática, previsto no Plano de Curso da Instituição, o PPEC “Inclusão Digital para Comunidade” visa promover a capacitação do uso de ferramentas computacionais para as camadas sociais menos favorecidas, ao oportunizar a aprendizagem necessária para utilizar, com competência, os recursos de informática no seu dia a dia, que possam melhorar as suas condições de vida e de trabalho, como também qualificar todas as pessoas envolvidas nesse processo. Ainda nesse eixo, o curso técnico em Redes de Computadores está desenvolvendo o projeto “Robótica e confecção de peças artesanais para decoração usando sucata eletrônica”. O projeto tem como premissa evitar o descarte do lixo eletrônico, pois o mesmo contém vários metais pesados que, quando descartados em ambientes inadequados, em contato com o solo e com a chuva, podem contaminar os lençóis freáticos. Busca, também, estimular o empreendedorismo e o uso de sucatas eletrônicas para a geração de renda, como também propõe a produção de robôs programados na plataforma *Arduino*, a fim de trazer inovação e atender à necessidade da população. A proposta é a de confeccionar um *site* para a venda dos produtos desenvolvidos (Anexo H/PPEC, 2014).

Já o projeto “Oficina de Montagem e Manutenção de Redes e Computadores”, desenvolvido pelos Cursos Técnicos em Informática e Redes de Computadores, oportuniza aos alunos vivenciarem a experiência prática, por meio dos conteúdos do primeiro módulo do curso, como forma de consolidação do conhecimento teórico adquirido em sala de aula e nos laboratórios à prática do dia a dia, visualizando o mercado de trabalho e elevando a qualidade dos serviços prestados à sociedade e ao Estado, por meio da aplicabilidade de oficinas de manutenção e montagem de redes e computadores, bem como os princípios básicos da computação, por meio de profissionalização e interação com a tecnologia (Anexo H/PPEC, 2014).

Ainda nesse sentido, esse eixo traz o projeto “Lixeira de Coleta Inteligente”, cujo principal objetivo é o de separar os materiais nela depositados com o auxílio de uma interface visual, sonora e motora, conforme sua composição (papel, metal, vidro ou

plástico) e depositá-los em seu recipiente específico, otimizando, assim, a coleta seletiva e proporcionando meios para facilitar a vida de pessoas com limitação física (Anexo H/PPEC, 2014).

Colaborando com mais um projeto, o Curso Técnico em Informática apresenta, também, como proposta para aprimorar o conhecimento teórico previsto no currículo do curso em questão, uma prática inovadora, por meio do projeto “Linux educacional na EAD”, com o objetivo de potencializar a utilização do ambiente de *software* livre com o sistema Linux educacional instalado na biblioteca, inserindo a comunidade escolar no processo de aprendizagem com apoio das tecnologias digitais, favorecendo a inclusão digital da comunidade escolar (Anexo H/PPEC, 2014).

Ainda possibilitando aproximar cada vez mais a teoria da prática e tornar o conteúdo mais significativo, os cursos Técnicos em Rede de Computadores e Informática estão desenvolvendo o projeto “Aplicativo Mobile para Bares e Restaurantes”, buscando criar sistemas de Gestão Comercial para o mundo do trabalho e procurando envolver os discentes, ao colocarem em prática ideias, princípios e técnicas que têm sido incorporados aos modelos de gestão nas empresas. Possibilitam também a conscientização dos alunos sobre os princípios e práticas que visam proporcionar a sustentabilidade do empreendimento, construindo um sistema capaz de prover maior conforto aos clientes de um restaurante, eliminando a necessidade de depender do garçom para realizarem seus pedidos, que poderão ser feitos diretamente de suas mesas (Anexo H/PPEC, 2014).

Dessa forma, os Cursos Técnicos do CEET Vasco Coutinho propõem uma formação de profissionais que possam atuar em suas áreas, de forma competente e crítica, tendo como princípios norteadores a Flexibilidade, a Empregabilidade e a Prática Profissional, para estarem de acordo com a Resolução CNE/CEB 06/2012, no que diz respeito aos princípios orientadores, de acordo com art. 6º, inciso VIII:

Contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas (BRASIL, 2012, p. 2).

Os Eixos Tecnológicos nos quais os cursos do CEET Vasco Coutinho estão inseridos pelos projetos interdisciplinares e integradores em desenvolvimento na Instituição e que propõem troca de saberes encontram novas possibilidades de ensinar e aprender, enquanto o conhecimento transita por áreas aparentemente distintas. Tais diferenças podem descortinar novos caminhos e novas formas de ver o desempenho dos profissionais, pois uma proposta como a do PPEC pode contribuir para aproximar a teoria da prática. Além disso, a integração dos projetos também possibilita a criatividade, característica que um profissional da atualidade não pode ignorar.

Assim sendo, percebe-se que os projetos descritos anteriormente, e que estão sendo desenvolvidos nesta Instituição de Ensino estão articulados com as orientações das Diretrizes Curriculares da EPT, com os Planos de Ensino dos Cursos Técnicos e até mesmo com as Organizações Curriculares de cada curso, possibilitando uma relação entre teoria e prática.

A descrição de alguns trechos dos PPECs, neste capítulo, tem a intenção de oferecer uma visão mais ampla dos desdobramentos desses projetos, dialogando com diversas áreas do conhecimento, assim como destacar a importância na ressignificação do currículo de EPT, vislumbrando um egresso do curso técnico mais preparado para se inserir no mundo do trabalho.

O grande desafio das instituições de ensino, a partir da década de 1990, passou a ser a busca de melhores resultados educacionais, já que o Sistema de Avaliação evidenciava a necessidade de mudanças e cabia às instituições a construção de ações que pudessem ser revertidas nos resultados almejados. Nesse contexto, a figura do gestor escolar passa a ter um papel cada vez maior de protagonista no processo, visto que este pode colaborar de forma articulada para o cumprimento da agenda de políticas educacionais brasileiras. Vale ressaltar que a educação, direito estabelecido constitucionalmente e indispensável ao desenvolvimento social e cultural do homem, deve ser garantida por políticas públicas e por uma gestão organizada para o cumprimento das ações com qualidade, conforme preceito constitucional. Para tanto, é necessário “o envolvimento e o comprometimento de diferentes atores, incluindo gestores escolares aos diferentes sistemas de ensino” (DOURADO, 2007, p. 922).

Nesse sentido, a gestão escolar visa à tomada de decisões, inspeção, direção, orientação e supervisão da escola como um todo. Assim, “[...] é preciso contemplar maneiras de conceber a direção escolar que transcendam a forma usual de concentrá-la nas mãos de apenas um indivíduo que se constitui o chefe geral de todos” (PARO, 2015, p. 119).

Ainda sobre as atribuições do gestor, segundo Ferreira (2004), cabe ao mesmo:

Tomar decisões, organizar e dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania, no contexto da complexa cultura globalizada. Isso significa aprender com cada ‘mundo’ diferenciado que se coloca suas razões e lógica, seus costumes e valores que devem ser respeitados, por se constituírem valores, suas contribuições que são produção humana (FERREIRA, 2004, p. 1241).

Partindo dessa premissa, percebe-se que a função do gestor escolar, ao mesmo tempo em que supervisiona e coordena responsabilidades, precisa, também, garantir a efetividade das mesmas, estando sempre empenhado em melhorar o desempenho da instituição e do sistema de ensino/aprendizagem.

Considerando a abordagem acerca da gestão escolar trazida pelos autores citados no decorrer desta seção, e contextualizando com a função desempenhada pela pesquisadora e gestora da escola, que toma o conceito de gestão com base na obra “Diretor Escolar: Educador ou Gerente?”, de Vitor Paro (2015), percebe-se que, pela complexidade do cotidiano da escola hoje e das interfaces de um projeto como o PPEC, sua função tem que ser para além dos aspectos gerenciais, ou seja, uma postura técnica e política, conforme expresso no texto a seguir:

E as dimensões fundamentam-se em razões técnicas e políticas, embora seja muito difícil distinguir umas das outras – visto que as razões técnicas estão impregnadas de conotações políticas, e as razões políticas não podem ser dissociadas de suas implicações técnicas. Assim, é por motivos políticos (convivência entre sujeitos com interesses diversos) que desejamos um diretor cuja ação esteja articulada ao bom desenvolvimento de um ensino comprometido com a construção de personalidades humano-históricas e que seja à base da formação do cidadão; mas são as razões técnico-administrativo as (adequação entre meios e fins) que nos convencem da necessidade do caráter dialógico-democrático (convivência entre sujeitos que se afirmam como tais) das relações que se dão no processo pedagógico, o qual determina e é determinado pela ação do diretor (PARO, 2015, p. 109).

Nessa abordagem, conjugam-se as funções técnicas e políticas do gestor escolar que podem resultar em ações para além da Instituição Escolar, em que o papel do gestor é fundamental, como afirma a professora G entrevistada:

No cotidiano a relação estabeleceu-se com reuniões marcadas pela gestora para que fossem direcionadas as ações nas quais os projetos pudessem fluir de forma organizada. Das reuniões participavam membros da SECTTI e todos os coordenadores dos projetos, assim eram discutidos os assuntos relacionados ao caminhar de cada projeto. Foram determinadas planilhas e formas de relatórios para que fossem preenchidas pelos professores aplicadores do projeto e professor coordenador. Desta forma a gestora conseguia acompanhar todas as ações e diagnosticar eventuais falhas (PROFESSORA G, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Nesse contexto, a relação entre gestor e professor na execução do PPEC pode ser um importante elemento de integração entre o aluno e o conhecimento adquirido, possibilitando transformar a escola, assim como proporcionar ao aluno condições fundamentais para a sua inclusão no mundo do trabalho, integrando a tecnologia, o conhecimento e a cultura.

Enfim, cumpre destacar, nesta seção, que a função do gestor escolar no processo de implementação do PPEC tem um papel fundamental, considerando que as experiências vivenciadas como gestora e pesquisadora podem contribuir para a compreensão e o comprometimento do gestor escolar, como mediador de uma formação que tem a intenção de potencializar a Educação Profissional para atender às expectativas do mundo do trabalho.

2.2 O PPEC na visão dos alunos

A presente pesquisa exigiu a escolha de sujeitos com possibilidade de olhares e diferentes vozes acerca desse projeto como estratégia para dar visibilidade ao PPEC. A escolha dos alunos para participarem da pesquisa justifica-se pela crença de que esses sujeitos são os principais beneficiados com a implementação e execução dessa política.

Considerando que o retorno da EPT no Estado do Espírito Santo é recente – datado de 2005 – trazer dados que revelam o perfil dos alunos de um Curso Técnico de

Nível Médio, bem como sua concepção acerca do projeto em questão, tem como objetivo suprir uma lacuna no que se refere à pesquisa no campo da EPT.

Outra questão histórica relevante para que se possa pensar a Educação Profissional técnica de nível médio diz respeito ao entendimento sobre quem são os alunos a que ela se destina. Historicamente, a Educação Profissional no Brasil foi marcada pela dualidade de oferta aos menos favorecidos, enquanto o ensino propedêutico era oferecido aos mais ricos, que tinham como objetivo a continuidade dos estudos. Uma política pública como o PPEC pode ser uma alternativa para superar essa dicotomia, incorporando a ciência, a cultura e o trabalho como eixos norteadores da prática pedagógica da EPT.

Vale ressaltar que os sujeitos que compõem o quadro discente do CEET Vasco Coutinho são, em sua maioria, trabalhadores e alunos oriundos da escola pública, conforme estabelece o edital para o processo seletivo de 2014/2:

[...] candidatos que tenham concluído o Ensino Médio Regular, ou EJA/EM, inclusive CEEJA, em qualquer rede de ensino, aos candidatos concluintes do Ensino Médio Regular; da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio; ou da Educação de Jovens e Adultos. Serão admitidos candidatos que estejam cursando a 3ª série do Ensino Médio Regular, ou 3ª etapa de Educação de Jovens e Adultos, desde que assinem termo de compatibilidade de horário, no ato da matrícula (ESPÍRITO SANTO, 2014, p. 19).

Para a efetivação desta pesquisa, os dados revelados representam uma amostra com 71 alunos distribuídos em três turnos e seis cursos técnicos. Para obtenção dos dados, aplicou-se um questionário composto por dois blocos de perguntas. O primeiro bloco contém uma breve caracterização dos alunos quanto ao sexo, idade, curso e módulo que estão cursando. Já o segundo bloco refere-se à avaliação do aluno em relação ao PPEC, em onze itens, com notas de 1 a 5, sendo 1 a pior nota, e 5 a melhor nota, a se observar no quadro a seguir:

Quadro 2. Percepção dos alunos em relação à participação no PPEC

Percepção dos alunos em relação à participação no PPEC	
Números	Itens
1	Relação entre professor, coordenador e alunos no projeto de que você participa.
2	Aplicabilidade em sua vida profissional dos conteúdos desenvolvidos em sala e no PPEC.
3	Aproximação entre os conteúdos tratados em sala de aula e as necessidades de conhecimento postas pelo mundo do trabalho.
4	Relação entre os conteúdos das disciplinas do ensino médio regular/propedêutico e o PPEC.
5	Relação entre os conteúdos das disciplinas do ensino médio subsequente/profissional e o PPEC.
6	Aumento das oportunidades de participação no PPEC e ampliação de oportunidades profissionais em função disso.
7	Adequação dos espaços físicos (laboratórios, biblioteca, auditório) e dos equipamentos do CEET Vasco Coutinho às necessidades do PPEC.
8	Enriquecimento do currículo do seu curso por causa da existência do PPEC.
9	A contribuição do PPEC na revitalização do currículo como instrumento de aproximação do mundo do trabalho.
10	Importância do PPEC para a formação profissional.
11	Resultados alcançados pelo PPEC.

Fonte: Elaboração própria.

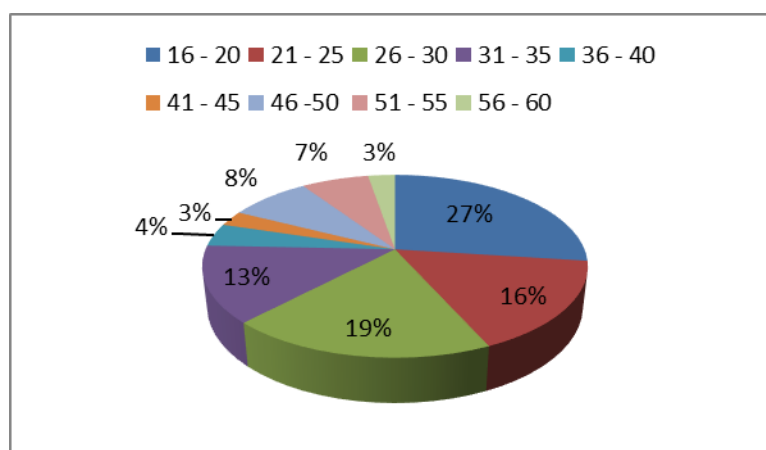
A escolha dos itens da pesquisa, que serão apresentados a seguir tem como objetivo buscar pistas que levem ao levantamento de algumas hipóteses que poderão subsidiar o debate acerca de uma concepção de Educação Profissional que contribua para a superação das dualidades. Outra contribuição que se espera desta pesquisa é a de que possa fornecer dados para fundamentar uma avaliação acerca da implantação

do PPEC enquanto política pública, tendo em vista a elaboração de um plano de intervenção para que esse projeto seja aprimorado e monitorado.

Os sujeitos da pesquisa correspondem a todos os alunos que participaram do PPEC em 2014. O questionário foi distribuído e aplicado em março de 2015. Os alunos foram colocados em salas de aula, separados por eixos e cursos, para esse fim. Nesse dia, participaram 71 alunos que responderam e devolveram o instrumento.

O gráfico 6, que trata da caracterização dos alunos envolvidos no PPEC, mostra, conforme os primeiros processos seletivos do CEET Vasco Coutinho, que estes se destinavam especificamente a alunos egressos de escola pública, e que já tinham concluído o Ensino Médio, ou seja, a oferta era exclusivamente subsequente. A partir do ano de 2007, o processo seletivo incluiu a modalidade na forma concomitante, permitindo, assim, que os alunos que já tinham concluído o 2º ano do Ensino Médio ou a III Etapa da EJA também participassem da seleção. Com a inserção dos alunos ainda cursando o Ensino Médio, começa a mudar o perfil dos discentes no que se refere à idade, com predominância de um grupo cada vez mais jovem estudando em um curso técnico no CEET Vasco Coutinho.

Gráfico 6. Idade



Fonte: Elaboração própria.

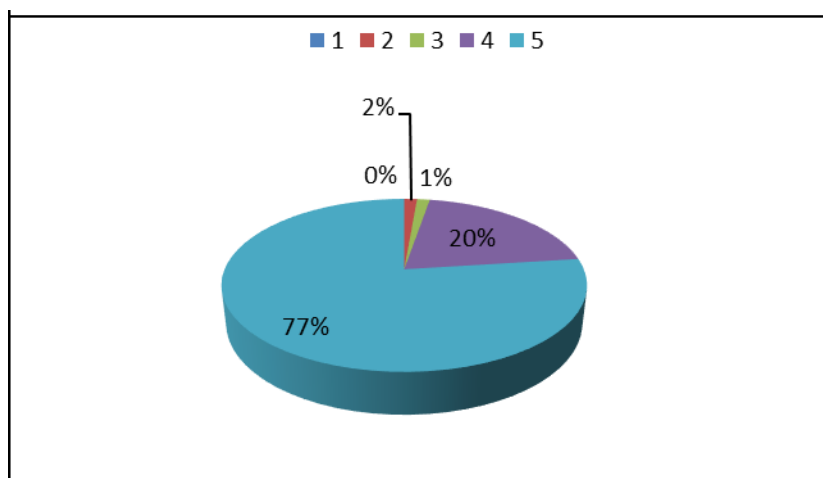
Analisando o gráfico 6, as três primeiras classificações apresentadas entre as faixas etárias de 16 – 20; 21 – 25; 26 – 30 somam 62% dos sujeitos da pesquisa. Esses dados revelam a predominância de um público mais jovem na participação no PPEC.

A pesquisa revela também a participação de 73% de sujeitos do sexo feminino, muito expressiva em relação ao sexo masculino, com 27%. Esse dado reflete a realidade desse Centro de Ensino, que aponta para a predominância de alunos do sexo feminino, visto que, na matrícula atual, 61% dos matriculados são do sexo feminino, ao passo que 39% são do sexo masculino. Outro fator que pode ter contribuído para o número tão expressivo do sexo feminino em relação ao sexo masculino na participação no PPEC pode ser justificado pela maior concentração desses alunos em três cursos cujo perfil favorece a predominância do sexo feminino, que são: Modelagem do Vestuário, Produção de Moda e Eventos.

O item relação entre coordenador, professor e alunos no projeto, para o instrumento de avaliação do PPEC, parte da premissa de que, para o projeto se tornar uma experiência exitosa, depende da articulação do trabalho entre o coordenador de curso, os professores e os alunos, considerados como seus três principais agentes. A natureza do PPEC pode dar sentido à “completude, de compreensão das partes de um todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que se concretizam os processos educativos” (CIAVATTA, 2005, p. 84).

Embora esse projeto seja flexível quanto à adesão do aluno, sua execução no cotidiano da escola expressa uma participação efetiva dos sujeitos envolvidos. Esse fato pode contribuir para uma maior integração entre os professores, os coordenadores e os alunos, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 7. Relação entre Professor, Coordenador e alunos no Projeto de que você participa



Fonte: Elaboração própria.

A predominância de 77% da nota 5 nesse item, seguida da nota 4, com 20%, demonstra uma avaliação satisfatória. É importante destacar que o fato de o projeto ter, na sua operacionalização, um número reduzido de alunos que participam de forma voluntária pode ser um diferencial nessa avaliação positiva. Outro fator relevante a ser considerado como satisfatório na avaliação pode ser a predominância da prática no projeto, contribuindo para uma maior interatividade entre alunos e professores.

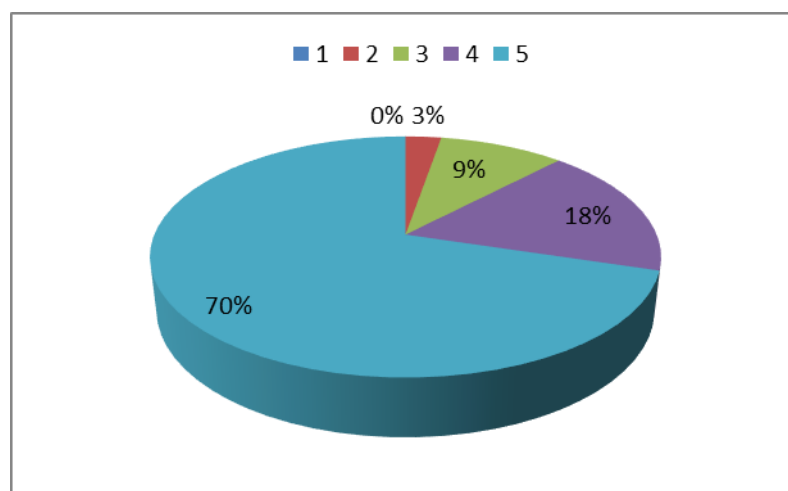
Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2012), instituídos e organizados pelo Ministério da Educação, ou por uma ou mais ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). O plano de curso coerente com o Projeto Político Pedagógico da escola deverá expressar no item “perfil do egresso” uma formação desejada para cada curso proposto pela instituição escolar.

A ideia de aplicabilidade na vida profissional, que compõe o questionário respondido pelos alunos que estão envolvidos diretamente no PPEC, propõe a superação do entendimento do ser humano dividido historicamente, pela divisão social do trabalho, entre a ação de executar e a ação de pensar. Trata-se da defesa de um ensino técnico que tem por objetivo “disponibilizar aos jovens que vivem do trabalho a

nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura” (KUENZER, 2007, p. 43).

A escola, ao cumprir o que a autora propõe no que se refere à função da EPT, contribui, também, para que se vislumbre a aplicabilidade dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula e no PPEC, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8. Aplicabilidade em sua vida profissional dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula e no PPEC



Fonte: Elaboração própria

Atualmente, a visão utilitarista de formar o aluno para o mercado do trabalho ainda está presente no imaginário social, mas também é importante destacar a conexão entre os conteúdos estudados e a sua aplicabilidade na vida profissional.

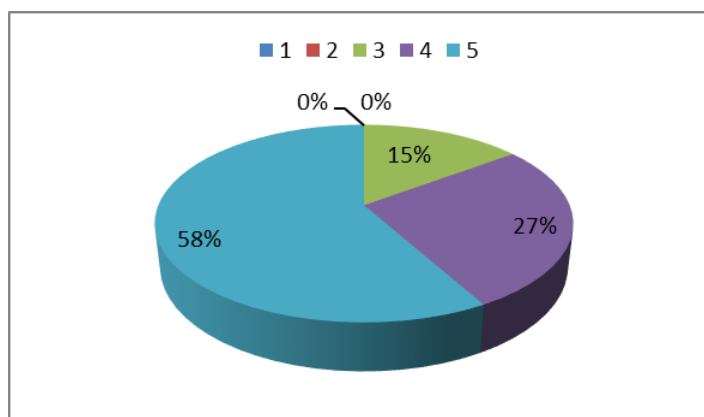
Considerando que 70% dos alunos entrevistados atribuíram nota 5 a esse item e tendo em vista que o grande número de alunos considera que há no projeto indícios de aplicabilidade na vida profissional, é possível afirmar que um dos preceitos do PPEC está tendo algum tipo de efeito prático, já que se pode considerar, segundo a opinião destes, que o PPEC seja um instrumento capaz de cumprir com o papel de aproximar a teoria da prática.

O grande desafio hoje na Educação Profissional é romper com a visão utilitarista de formar técnicos para o mercado de trabalho. Entretanto, há que se pensar em uma formação mais ampla como

[...] um projeto pedagógico inspirado na ideia gramsciana de escola unitária, sem confundir-se com ela, de conteúdo democrático, pois busca articular a formação aos interesses dos trabalhadores da sociedade. Politicamente, portanto, contrapõe-se a lógica hegemônica, de conteúdo liberal-pragmático, que visa subordinar os processos formativos às demandas específicas e imediatas do mercado (ARAUJO, 2013, p. 27).

Entendendo o currículo como uma construção histórica, é possível afirmar que a proposta de revitalização do currículo de EPT por meio do PPEC também é resultado de múltiplas interpretações que determinam e/ou influenciam na sua prática cotidiana. A percepção dos alunos quanto a essas diferentes concepções em relação à organização curricular de um curso técnico, tendo em vista a aproximação dos conteúdos relacionados com as necessidades do mundo do trabalho, é expressa no gráfico a seguir.

Gráfico 9. Aproximação entre os conteúdos tratados em sala de aula e as necessidades de conhecimento postas pelo mundo do trabalho



Fonte: Elaboração própria.

Os dados da pesquisa revelam que 58% dos alunos deram nota 5 ao considerarem que os conteúdos tratados em sala de aula relacionam-se com as necessidades do mundo do trabalho, seguidos de 27%, com nota 4. Isso demonstra, segundo os discentes, que a política pública do PPEC vem confirmando seu desempenho, podendo criar maior proximidade com o mundo do trabalho. Nesse sentido, o pensamento de Frigotto (1989, p. 8) resgata a teoria do trabalho como princípio educativo que “implica superar a visão utilitarista, reducionista de trabalho.

Implica inverter a relação, situando o homem e todos os homens como sujeitos do seu devir”. Vale ressaltar que nenhum aluno marcou as notas 1 e 2, mostrando que, nessa escala de 1 a 5, todos os alunos que responderam ao questionário consideraram o projeto como um instrumento de aproximação dos conteúdos ao mundo do trabalho, registrando como menor nota o item 3.

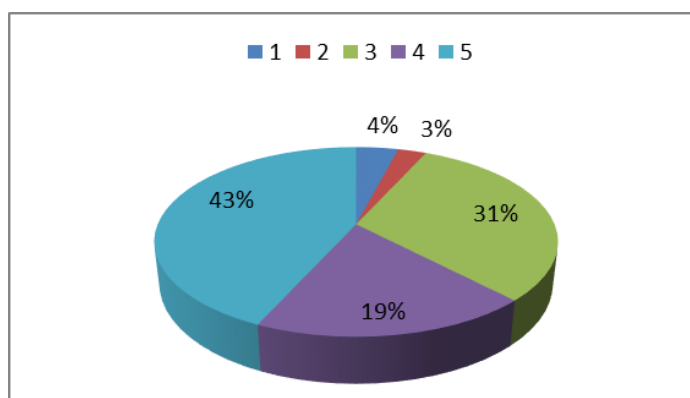
Ao considerar o gráfico 8, que se refere à aplicabilidade do PPEC na vida profissional do aluno, quando somadas as notas 4 e 5, que representam 88%, percebe-se uma aproximação desses dados com o item em questão, quanto à aproximação entre os conteúdos tratados em sala de aula e as necessidades de conhecimento postas pelo mundo do trabalho, que somam 85%.

Historicamente, o Ensino Médio é marcado por indefinições no que se refere à sua identidade, que oscila entre várias alternativas, tais como: aprofundar os conhecimentos desenvolvidos no Ensino Fundamental, preparando o aluno para a continuidade de estudos em nível superior, ou oferecer profissionalização, com caráter de terminalidade e, em determinadas épocas, desenvolvendo as duas dimensões (MURARO, 2007). Entretanto, quando se aborda esse item no questionário do aluno, a relação entre os conteúdos e as disciplinas do Ensino Médio propedêutico considera as duas possibilidades do Ensino Médio: a continuidade de estudos em nível superior e a preparação para o mundo do trabalho,

[...] para garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p. 85).

A questão trazida por Ciavatta pressupõe pensar em um Ensino Médio rico em conteúdos científicos para subsidiar o aluno na formação técnica. O gráfico a seguir revela a percepção do aluno quanto à função do Ensino Médio em sua vida estudantil.

Gráfico 10. Relação entre os conteúdos e as disciplinas do Ensino Médio regular propedêutico e o PPEC



Fonte: Elaboração própria.

Considerando que a LDB preceitua como função do Ensino Médio, no art. 35, inciso IV: “a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina” (BRASIL, 1996), espera-se dos alunos concludentes do Ensino Médio um aprofundamento dos conhecimentos científicos, visando à continuidade dos estudos em cursos técnicos na forma subsequente ou superior.

A avaliação quanto ao cumprimento desse item no projeto mostra que 43% dos alunos consideram satisfatória a relação entre os conteúdos e as disciplinas do Ensino Médio regular propedêutico e o PPEC. É importante destacar que número significativo de alunos, representando um percentual de 31%, já não a considera tão positivamente, atribuindo-lhe nota 3. Vale ressaltar que as notas que correspondem a 1 e 2 nesse gráfico representam como insatisfatória a finalidade do Ensino Médio, equivalendo a 7%. Percebe-se, então, nesse item, que, quando somadas, as notas 1, 2 e 3 totalizam 38%, revelando pouca relação dos conteúdos do ensino propedêutico com o PPEC para um número expressivo de alunos. Entretanto, há que se considerar que a avaliação satisfatória, com as notas 4 e 5, soma 62%.

A ênfase dada à questão da relação entre os conteúdos das disciplinas ministradas no cotidiano dos cursos técnicos e a relação com o PPEC significa potencializar as disciplinas ofertadas nos cursos técnicos que são oferecidos pela escola. Portanto, o grande desafio do PPEC deve ser a integração entre a teoria e a

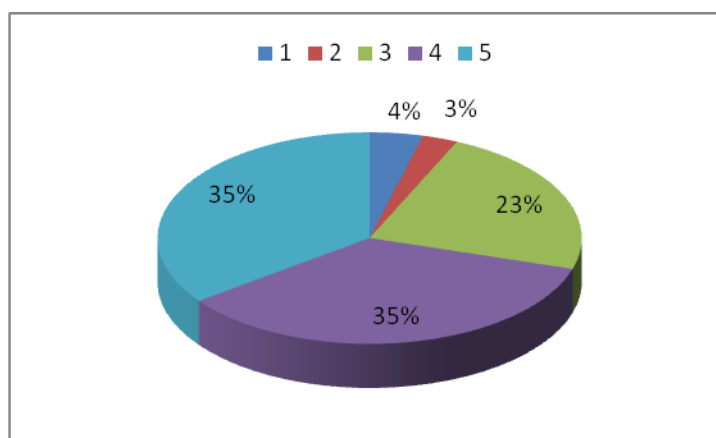
prática, algo desejável e necessário na formação técnica, considerando a superação dessa dualidade.

A constituição do currículo de EPT, além de atender às determinações legais expressas nas legislações de EPT, é fundamentada, também, na construção de um novo currículo, na busca do entendimento de que

[...] os saberes científicos, técnicos e operacionais que estão na base dos fenômenos naturais e das relações, e que se constituem em objetos de ensino das diferentes áreas do conhecimento, devem se organizar em programas escolares considerando que um corpo de conhecimentos obedece às suas próprias regras internas de estruturação. Isso confere à dinâmica escolar determinada ordem mais ou menos condicionante dos discursos em que se dá a conhecer, além de certa relação de pré-requisitos que devem ser atendidos com vistas à sua aquisição, associada ao desenvolvimento cognitivo dos estudantes (RAMOS, 2005, p. 121-122).

A contribuição da autora coaduna-se com a concepção de EPT, que vai além de uma formação essencialmente técnica, ou seja, propõe a inserção de alguns pré-requisitos traduzidos em saberes científicos, técnicos e operacionais. Dessa forma, se consolida um ensino técnico mais significativo e rico em conteúdos científicos.

Gráfico 11. Relação entre os conteúdos das disciplinas do Ensino Médio subsequente/profissional e o PPEC



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o gráfico, 70% dos alunos atribuíram notas 4 e 5, afirmando que o PPEC apresentou, de forma satisfatória, a relação entre os conteúdos das disciplinas do Ensino Médio subsequente/profissional e o PPEC, tornando o projeto grande

colaborador da teoria apresentada em sala de aula. O percentual equivalente a 23% desses discentes registrou nota 3, seguido de 7% que atribuíram, juntos, o total referente às notas 2 e 1.

O percentual de 30%, correspondente às notas 1, 2 e 3, expressa o entendimento de pouca conexão no que se refere aos conteúdos ministrados nos cursos subsequentes. Esse fato retrata um dado que merece destaque, quanto à reestruturação do currículo de EPT. Embora não sendo a maioria dos alunos que tenha expressado a desconexão dos conteúdos do PPEC com os conteúdos propostos nos planos de cursos ofertados pela escola, o percentual de 30% atribuindo notas 3, 2, e 1 é um dado significativo para subsidiar o plano de intervenção, no que se refere à organização curricular e à estruturação dos novos PPECs, tendo em mente a aproximação entre a teoria e a prática. Entretanto, os números que apontam para uma relação positiva dos conteúdos dos cursos ofertados com o PPEC correspondem às notas 4 e 5 que, somadas, totalizam 70%.

Não há dúvidas de que o aluno, ao participar do PPEC, reconhece que o projeto contribui para que ele tenha uma formação complementar que poderá favorecer o enriquecimento do seu currículo profissional. Dentre as muitas contribuições, duas podem ser destacadas: a formação prática e a formação interdisciplinar.

Ao focalizar o PPEC centrado na solução de situações-problema e na ação, superando o ensino centrado na transmissão de conteúdos por disciplina, “a interdisciplinaridade se configura como necessidade e como problema nas ciências sociais” (FRIGOTTO, 1995).

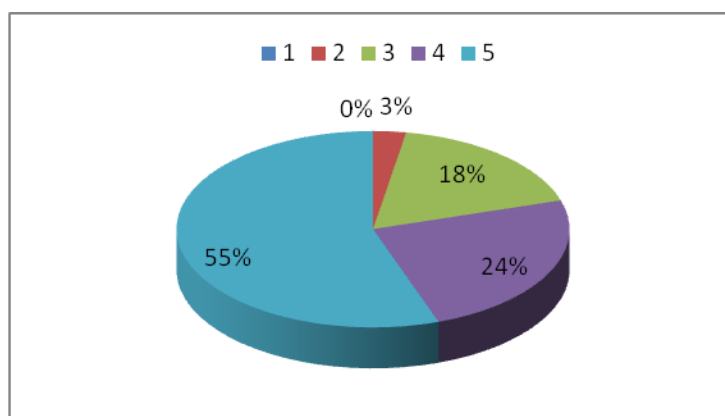
A perspectiva de interdisciplinaridade presente nos trabalhos de Fazenda é focada na interação entre sujeitos, entre subjetividades, com destaque para as atitudes:

O projeto interdisciplinar surge, às vezes, de uma pessoa (aqui que já possui em si a atitude interdisciplinar) e espalha-se para outras e o grupo. Geralmente deparamos com múltiplas barreiras – de ordem material, pessoal, institucional e gnosiológica – que, entretanto, podem ser transpostas pelo desejo de criar, de inovar, de ir além (FAZENDA, 1991, p. 18).

Essas evidências no campo da interdisciplinaridade destacadas por Fazenda (1991), no que se refere aos aspectos atitudinais, convergem com o que se percebe na

execução do PPEC, para além da integração dos conteúdos e/ou disciplinas; nota-se também uma integração dos sujeitos envolvidos: alunos, professores e coordenadores. Essa integração se coaduna com uma das novas exigências do mundo do trabalho, que é o trabalho em equipe. Nesse sentido, o projeto poderá contribuir para o aumento das oportunidades profissionais, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 12. Aumento das oportunidades de participação no PPEC e a ampliação de oportunidades profissionais



Fonte: Elaboração própria.

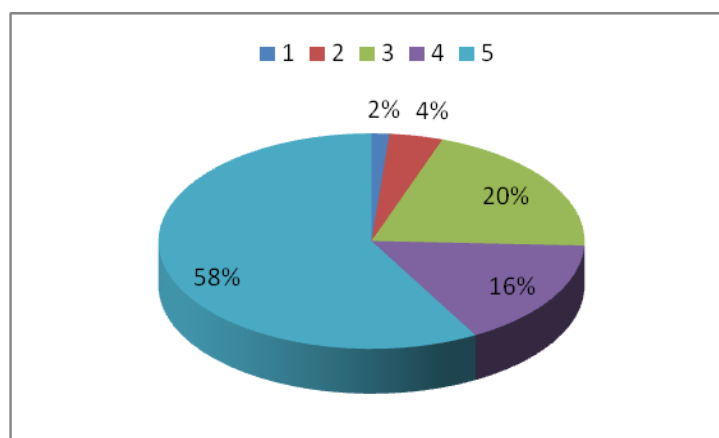
Quanto à ampliação de oportunidades profissionais, 79% dos discentes pesquisados atribuíram notas 4 e 5, revelando indícios de que essa política pública de EPT poderá ser um fator importante no aumento das oportunidades profissionais. Os percentuais de 18%, seguido do de 3%, registraram, respectivamente, notas 3 e 2, demonstrando entendimento de pouca contribuição do PPEC quanto a essas oportunidades. Esse dado pode ter uma relação com o perfil dos alunos no que se refere à idade, tendo em vista que 27% dos sujeitos da pesquisa estão no grupo de 16 a 20 anos, constituindo, assim, um número significativo que ainda não está inserido no mercado de trabalho.

Para a execução de um curso técnico que atenda às novas exigências do mundo do trabalho, torna-se fundamental a conjugação de um currículo bem estruturado com professores qualificados e bem remunerados e com um acervo bibliográfico atualizado, além de laboratórios específicos para cada curso. O plano de curso e o Projeto Político Pedagógico de cada instituição proponente são peças fundamentais no processo para a

aprovação do Conselho Estadual de Educação, no âmbito de todo o Sistema Estadual de Ensino.

O plano de curso, coerente com o Projeto Político Pedagógico da escola, deverá ser composto de dez itens, de acordo com o art. 20 da Resolução nº06/12 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2012). Portanto, este se configura como um documento norteador do curso ofertado pela instituição escolar, constando no item VIII a descrição do acervo e dos laboratórios da instituição. O gráfico, a seguir, expressa a percepção dos alunos quanto às condições dos espaços físicos e dos equipamentos para a execução do PPEC.

Gráfico 13. Adequação dos espaços físicos e dos equipamentos às necessidades do PPEC



Fonte: Elaboração própria.

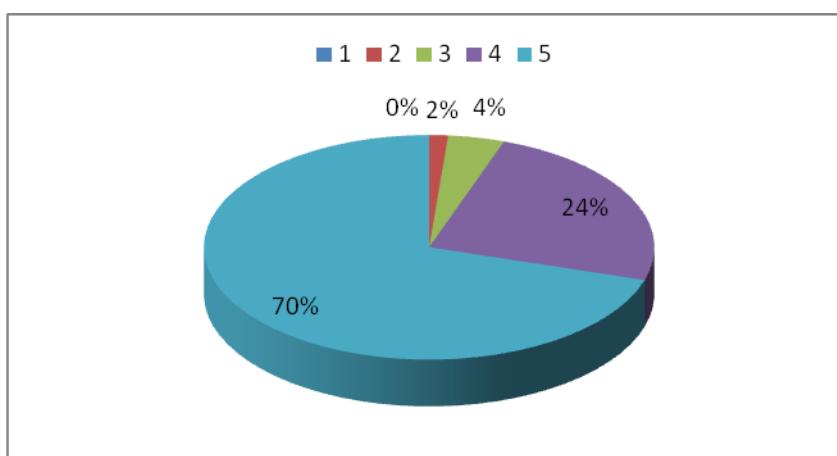
Mesmo com um percentual expressivo de 58% atribuindo nota 5, acrescido de 16% com nota 4, é importante destacar que 20% atribuíram nota 3 e 6%, notas 1 e 2. Esses dados são significativos ao se repensar o investimento para a melhoria dos espaços e equipamentos.

Os cursos ofertados no CEET Vasco Coutinho estão vinculados a quatro Eixos Tecnológicos, com carga horária que varia entre 800 e 1200h. Nos cursos, o estágio curricular não é obrigatório, embora seja recomendado. Muitos alunos são encaminhados para instituições que os direcionam ao mercado de trabalho para atuação em estágios remunerados. Entretanto, o número de vagas é limitado e o PPEC

pode se configurar como uma alternativa para os alunos que têm disponibilidade de retorno à escola em outro turno.

Nessa perspectiva, a integração entre a teoria e a prática proposta pelo PPEC poderá possibilitar aos alunos uma visão integral do ser humano na completude de seu desenvolvimento sócio-histórico e cultural. E, conseqüentemente, poderá ser uma possibilidade de enriquecimento do currículo dos cursos ofertados nesse Centro Técnico, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 14. Enriquecimento do currículo do curso e o PPEC



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a pesquisa realizada com os alunos, esse item apresenta um percentual de 70% para nota 5, o que é bastante significativo em relação ao enriquecimento do currículo por meio do PPEC, seguido de 24% que atribuíram nota 4. Já 4% dos alunos apontaram nota 3, seguidos de 2% com nota 2.

Devido a não haver obrigatoriedade de estágios nos cursos técnicos no CEET Vasco Coutinho, o PPEC pode se configurar como uma alternativa para aproximar a teoria com a prática e, conseqüentemente, pode contribuir para o enriquecimento do currículo, conforme a avaliação dos alunos.

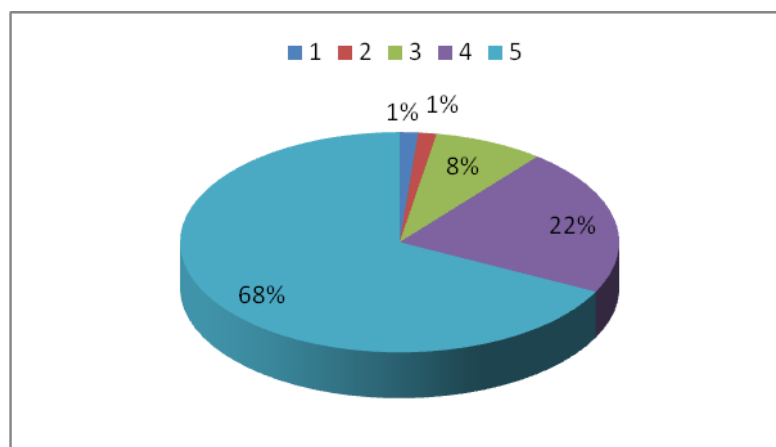
O ponto de partida do PPEC é estabelecer uma conexão entre o perfil do aluno egresso do curso com as respectivas disciplinas. Partindo dessa conexão, o currículo se inova pelo modo de se trabalhar o conhecimento, religando os aspectos que ficaram isolados uns dos outros pela fragmentação das disciplinas e, com isso, possibilitando

ao aluno alcançar uma visão mais ampla e mais próxima da sua realidade. Só a partir da concepção desse novo olhar para o currículo será possível buscar, de fato, novas possibilidades para consolidar uma formação técnica, pensando a pesquisa como princípio educativo, que na visão de Ramos (2014):

Está intimamente relacionado ao trabalho como princípio educativo, o qual ao ser assumido em uma educação integrada contribui para a formação de sujeitos autônomos que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, nele atuar, por meio do trabalho, transformando a natureza em função das necessidades coletivas da humanidade e, ao mesmo tempo, cuidar de sua preservação face às necessidades dos demais seres humanos e das gerações futuras (RAMOS, 2014, p. 85).

Demo (2001, p. 16) defende que a “pesquisa é o processo que deve aparecer em todo o trajeto educativo, como princípio educativo que é”. Para o autor, pesquisa não é só busca de conhecimento, nem pode ser um ato isolado, mas igualmente atitude política e processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem. O autor acrescenta ainda que, “se educar é, sobretudo, motivar a criatividade do próprio educando, para que surja o novo mestre, jamais o discípulo, a atitude de pesquisa é parte intrínseca” (DEMO, 2001, p. 18). Assim, a pesquisa no PPEC poderá ser um instrumento de revitalização do currículo, aproximando o aluno do mundo do trabalho, o que é expresso no gráfico a seguir:

Gráfico 15. A contribuição do PPEC na revitalização do currículo como instrumento na aproximação do mundo do trabalho



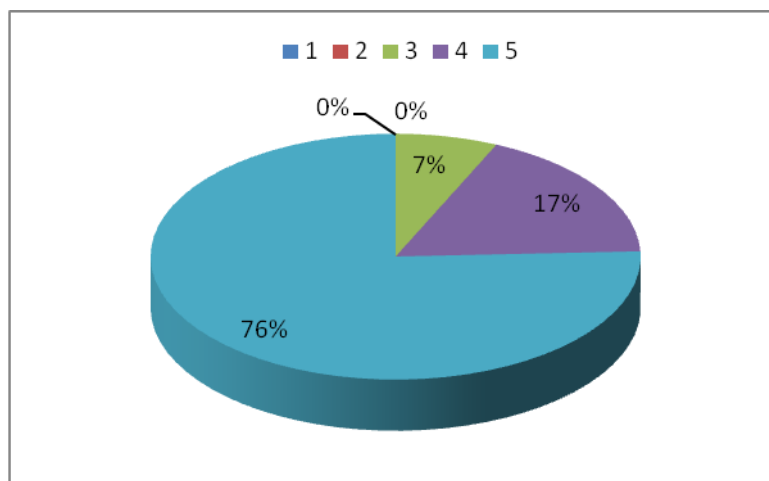
Fonte: Elaboração própria.

Em relação à contribuição do PPEC na revitalização do currículo, 68% dos alunos pesquisados responderam com nota 5, demonstrando ser o projeto um importante instrumento na aproximação do mundo do trabalho. A segunda nota mais conferida foi 4, o que corresponde a 22% dos alunos que responderam ao questionário, o que também reafirma como favorável a aplicação dessa política pública. Apenas um percentual de 10%, com notas 3, 2 e 1, demonstrou ser pouco favorável a importância do projeto nesse item.

A inclusão do item 'quanto à importância do PPEC para a vida profissional' no questionário justifica-se por ser importante captar a percepção dos alunos no que se refere à relevância do projeto na sua formação profissional. A ênfase da gestão da escola juntamente com sua equipe de professores, pedagogos e coordenadores de cursos a esse projeto fundamenta-se na concepção de que:

É a partir desses fundamentos que abordamos o trabalho como princípio educativo, a orientar um projeto de educação profissional comprometido com a formação humana, concluindo que a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas. Apresentados esses pressupostos, defendemos que o projeto unitário de educação profissional não elide as singularidades dos grupos sociais, mas se constitui como síntese do diverso, tem o trabalho como o primeiro fundamento da educação como prática social (RAMOS, 2014, p. 85).

Essa contribuição de Ramos (2014) se coaduna com um dos princípios do PPEC, que é o da consolidação de uma Educação Profissional que dialogue com as novas exigências do mundo do trabalho. Outro ponto trazido pela autora que também se reflete na prática desse projeto é o investimento na formação humana para além do ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho. Dessa forma, o aluno envolvido no projeto destaca sua importância no gráfico a seguir:

Gráfico 16. Importância do PPEC para a vida profissional

Fonte: Elaboração própria.

Nesse momento, a pesquisa em relação à importância do PPEC para a formação profissional dos alunos pesquisados registra um dado relevante de sujeitos que perceberam a contribuição do PPEC para a vida profissional. Esse dado revela que 76% destes atribuíram nota 5, seguidos de 17% de sujeitos com nota 4, demonstrando, assim, ter sido o projeto de grande relevância para a melhoria de suas vidas profissionais. Apenas 7% atribuíram nota 3, demonstrando aproveitamento regular em relação a esse quesito.

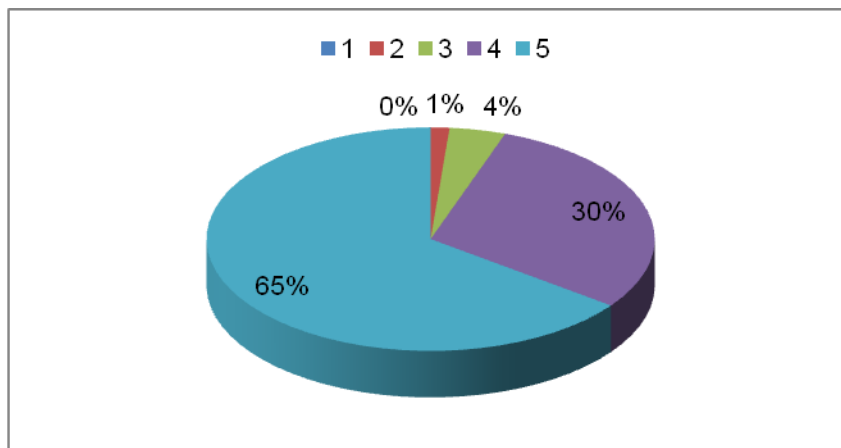
Quanto aos resultados alcançados pelo PPEC, o item questionado com os alunos teve como objetivo oportunizar a expressão do ponto de vista em relação à sua concepção do PPEC, enquanto projeto implantado ao longo do curso. As respostas que estão expressas no gráfico a seguir representam uma visão global acerca do projeto. Potencializar a participação do aluno nesse projeto significa que

a educação profissional não pode ter seu início e seu fim definidos, exclusivamente, pelo que é demandado pelo mercado de trabalho. A educação, qualquer que seja seu predicado, terá que sempre se pautar pela ampliação dos limites da intervenção humana, e jamais ser um instrumento de minimização do potencial humano (OLIVEIRA, 2012, p. 101).

Nesse sentido, a contribuição do autor corrobora a ideia de uma formação

técnica para além da visão utilitarista de formar para o mercado de trabalho. No item pesquisado, na visão da maioria dos alunos, o PPEC alcançou como resultado 76 % dos alunos atribuindo nota 5, o que pode ser também um elemento importante para potencializar uma formação técnica como a que foi defendida por Oliveira (2012).

Gráfico 17. Resultados alcançados pelo PPEC



Fonte: Elaboração própria.

A atribuição de nota 5 por 65% dos alunos entrevistados, seguida de 30% atribuindo nota 4, é bastante elucidativa no que se refere à percepção do aluno em relação ao PPEC no cumprimento de seus objetivos. É importante destacar que as respostas dos alunos envolvidos neste trabalho indicam que a proposta do PPEC, como política pública de Educação Profissional na Rede Estadual de Ensino, representa desafios e, ao mesmo tempo, expressa um instrumento facilitador para a escola, na medida em que a integração entre a teoria e a prática curricular tem proporcionado espaços de reflexões e de questionamentos das contradições do mundo do trabalho. Isso contribui para que se vislumbrem perspectivas de qualificação do ensino técnico na Rede Pública de Ensino, com a inclusão de muitos jovens no mundo do trabalho.

Ao discorrer sobre a concepção dos alunos em relação ao PPEC, por meio do instrumento de coleta de dados, fica evidente pela pesquisa um grau satisfatório, com a predominância das notas 5 e 4 em todos os itens. Entretanto, é importante considerar que esta pesquisa expressou, também, dados significativos no que se refere à relação do Ensino Médio propedêutico com o PPEC, apontando para a necessidade de uma

reflexão acerca do papel do Ensino Médio quanto à função de aprofundamento dos conhecimentos científicos. Em relação ao Ensino Subsequente com o PPEC, a pesquisa revelou dados que podem subsidiar uma discussão acerca da necessidade de se repensar o currículo dos cursos subsequentes.

Outra situação avaliada pelos alunos que merece um olhar cuidadoso reflete a necessidade de mais investimentos em relação aos espaços físicos e equipamentos para atender melhor à execução dos PPECs.

2.3 A concepção do PPEC sob o ponto de vista dos professores

Para a concretização desta pesquisa, o instrumento de coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada aplicada para 10 (dez) professores que atuam em 06 (seis) cursos técnicos, nos dias 31 de março e 02 de abril de 2015, nas dependências da própria escola. O roteiro da entrevista é composto por quatro blocos, conforme modelo (Apêndice B). No primeiro bloco, busca-se a identificação dos profissionais envolvidos na pesquisa; o segundo bloco tem como objetivo verificar a atuação dos atores da gestão escolar e dos professores ao receberem a política do PPEC. Avaliar os efeitos da política do PPEC no alinhamento da teoria com a prática nos currículos de EPT constitui o objetivo do terceiro bloco. Já o quarto bloco busca investigar a contribuição do PPEC na revitalização do currículo como instrumento de aproximação ao mundo do trabalho.

A escolha dos itens da pesquisa que será apresentada a seguir tem como objetivo obter dados referentes ao PPEC, sob a ótica do professor, a partir de sua implementação. Essa pesquisa possibilita ao professor expressar seu posicionamento em relação ao PPEC, compreendendo as etapas de elaboração, aprovação do Órgão Central e execução. O resultado da pesquisa pode contribuir para a elaboração de um plano de intervenção como proposta concreta de aprimoramento do projeto.

2.4 Caracterização dos professores

Os professores que participaram da amostragem da pesquisa compõem um quadro bastante diversificado no que se refere à formação acadêmica, sendo 07 (sete)

professores bacharéis e com pós-graduação na área específica em que atuam, 01 (uma) mestranda e 02 (dois) mestres. Todos são profissionais contratados em regime de Designação Temporária, conforme quadro a seguir:

Quadro 3. Identificação dos Professores Entrevistados

Identificação do Professor	Idade	Sexo F(Feminino)/ M(Masculino)	Tempo de Atuação na Rede (Anos)	Formação	Curso em que Atua	PPEC em que Atua
A	37	M	09	Bacharel em Administração	Administração e Comercio Exterior	<i>Insight Empreendedor</i>
B	27	M	03	Mestre em Informática	Programação em Jogos Digitais	Um Passeio Virtual no Município de Vila Velha
C	43	F	07	Mestre em Informática	Administração	Inclusão Digital para a Comunidade
D	32	F	07	Bacharel em Administração	Administração	Energia Autossuficiente
E	38	F	08	Sistemas de Informação	Informática	EaD “Linux Educacional”
F	38	F	09	Bacharel em Design em Modas	Modelagem do Vestuário	Bolsas Recicladadas
G	45	F	08	Bacharel em Design em Modas	Modelagem do Vestuário	Bolsas Recicladadas e Moda e Arte
H	32	M	10	Comunicação Social	Rádio e TV	Web TV Experimental
I	31	F	03	Jornalismo	Rádio e TV	Olhar Capixaba
J	37	M	07	Sistemas de Informação	Informática	Oficina de Montagem e Manutenção de Computadores

Fonte: Elaboração própria.

Esse quadro não difere da realidade global da escola no que se refere à formação dos professores, que hoje conta com 81 (oitenta e um) docentes contratados em Regime de Designação Temporária, visto que, no Estado do Espírito Santo, não há concurso para contratação de professores no Regime Estatutário para atuar na Educação Profissional. Segue a tabela com a formação dos professores do CEET Vasco Coutinho.

Tabela 5. Relação de Professores do CEET Vasco Coutinho

Professores	Quantidade
Bacharelado	14
Licenciatura	04
Bacharelado com Complementação Pedagógica e Pós-Graduação	46
Mestrado	15
Doutorado	02
Total de Professores	81

Fonte: CEET Vasco Coutinho, 2014.

Uma situação recorrente nas escolas que ofertam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é a que trata da inserção de profissionais de diversas áreas que assumem a profissão docente, mas que não são profissionais do magistério – fato bastante comum quando se trata de Educação Profissional no Brasil. Esse movimento das diversas áreas do saber humano constitui um importante diálogo entre os professores bacharéis e os professores licenciados, tornando-se um espaço privilegiado com diferentes correntes de pensamentos que contribuem para uma formação integrando a cultura, a ciência e a técnica.

É importante, também, ressaltar que a composição do quadro docente constitui uma fragilidade do domínio da Educação Profissional nos Estados que contratam professores em Regime de Designação Temporária, o que se justifica pela ausência da institucionalização de um plano de carreira para a EPT.

Assim, os professores das disciplinas específicas que, em sua maioria, são professores bacharéis, não receberam em sua graduação uma formação inicial para a docência, isso se constituindo numa fragilidade quanto à formação docente.

Moura (2014) ressalta:

É fundamental buscar a melhor formação profissional desses docentes tanto na perspectiva dos conhecimentos específicos da área profissional em que atuam como no que se refere à formação didático-político-pedagógica e, sempre que possível, conjugar o atendimento às duas necessidades em um único processo (MOURA, 2014, p. 82).

A situação trazida pelo autor remete a uma formação docente para a EPT que conjuga os conhecimentos específicos na área profissional com a formação pedagógica. Esse perfil profissional potencializado pelo autor é um problema crucial na maioria dos Estados que ofertam Educação Profissional, portanto, precisa ser enfrentado pelo poder público, tanto na esfera Federal quanto na Estadual.

2.4.1 Atuação da Equipe Pedagógica e professores com a implantação do PPEC

O item que trata da atuação da equipe pedagógica e de professores com o PPEC teve como objetivo problematizar a implantação do projeto tendo em vista a concepção desses atores. Para compor esse bloco de questões, a intenção foi a de captar o olhar dos sujeitos envolvidos a partir das relações internas dos profissionais que constroem cotidianamente a escola pública, como na relação entre o professor e o gestor da escola, a percepção inicial do professor em relação ao PPEC, como se deu a implantação do projeto, a percepção do professor ao fazer uma conexão do PPEC com os cursos ministrados pela escola, assim como as estratégias adotadas pela gestão escolar na organização do PPEC.

Com as respostas obtidas nas falas dos sujeitos da pesquisa, destacam-se as mais diversas visões acerca da implantação do PPEC, ora reafirmando o seu posicionamento de credibilidade no projeto como um elemento importante que pode contribuir na revitalização do currículo de EPT, ora tecendo algumas críticas necessárias para o seu desenvolvimento.

No que se refere à relação entre o professor e o gestor, a professora F destaca:

A estratégia da gestora foi identificar junto de outros profissionais, áreas de interesse dos alunos e do mercado de trabalho. Como base, esse projeto incorporou os cursos ministrados na rotina dos alunos e deu o suporte necessário para que fossem realizados com excelência, através de aquisição de materiais, disponibilizando o espaço adequado e equipamentos específicos (PROFESSORA F, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Por se tratar de novas diretrizes da Unidade Central em relação ao PPEC, a professora I ressalta:

A estratégia adotada foram as reuniões utilizadas em todo o processo, desde o começo, com a divulgação do mesmo, o andamento com esclarecimento ao longo do trabalho, até a finalização do projeto (PROFESSORA I, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Percebe-se, na fala das professoras, que, para a implantação do PPEC, após a sua institucionalização, o papel do gestor foi importante para o esclarecimento e para o levantamento de possibilidades para a execução desse projeto.

As primeiras reuniões sobre as novas diretrizes para a implantação do PPEC se deram inicialmente por agrupamento, por temas de forma interdisciplinar, envolvendo os cursos que,

através de afinidade, os professores formaram grupos e projetos afins a cada área para a realização inicial do PPEC. Nesse primeiro momento, não houve envolvimento com a comunidade, apenas com os discentes – me refiro no caso ao PPEC Web TV Experimental. Já as reportagens foram em campo, o que proporcionou várias atividades na comunidade (PROFESSOR H, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

A questão trazida pelo professor se coaduna com a perspectiva interdisciplinar como um aspecto atitudinal, o que tem resultado em uma experiência em que a interdisciplinaridade tem contribuído para superar os malefícios notórios da compartimentalização do conhecimento. Para tanto, é importante considerar que:

A prática interdisciplinar pressupõe uma desconstrução, uma ruptura com o tradicional e com o cotidiano tarefeiro escolar. O professor interdisciplinar percorre as regiões fronteiriças flexíveis onde o “eu” convive com o “outro” sem abrir mão de suas características, possibilitando a interdependência, o compartilhamento, o encontro, o diálogo e as transformações. Esse é o movimento da interdisciplinaridade caracterizada por atitudes ante o conhecimento (TRINDADE, 2008, p. 82).

Outro passo importante para a divulgação do PPEC, na concepção dos professores, foi sua propagação para os alunos. Nesse sentido, destaca uma professora:

[...] os alunos foram convidados a participar dos projetos a partir dos seus interesses pelos temas. A comunidade acadêmica participou por meio de reuniões de abertura oficial, com apresentação das propostas e do plano de ação para o desenvolvimento das atividades, tendo toda a comunidade escolar do CEET dando apoio para cada segmento (PROFESSORA F, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Ainda em relação à implantação do projeto, a professora G traz o exemplo dos PPECs “Bolsas Recicladas” e “Moda e Arte”, ao afirmar:

[A] Implantação do PPEC de Bolsas Recicladas surgiu da necessidade de reciclar materiais que eram descartados na natureza, desta forma foram recolhidos *banners* e retalhos para a execução das bolsas. No PPEC de Moda e Arte, peças do vestuário em desuso ganharam cara nova, e foram reavivadas com bordados utilizados de várias maneiras. Diretamente a comunidade não teve envolvimento nos projetos, mas colheu o benefício de não ter, no meio ambiente, quilos e mais quilos de materiais que antes iriam poluir o meio em que vivem (PROFESSORA G, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

A concepção de projeto que tem como foco a Educação Ambiental torna-se necessária porque

[...] é fundamental que essa (re)produção de conhecimento esteja orientada por um sentido ético. Desse modo, é imprescindível potencializar uma concepção de pesquisa, aplicada ou não, assim como de ciência e de desenvolvimento tecnológico comprometidos com a produção de conhecimentos, saberes, bens e serviços que tenham como finalidade melhorar as condições da vida coletiva e não apenas produzir bens de consumo para fortalecer o mercado e privilegiar o valor de troca em detrimento do valor de uso, concentrando riqueza e aumentando o fosso entre os incluídos e os excluídos (RAMOS, 2011, p. 34).

No que se refere a outro exemplo prático, é destacado, pela professora I, no projeto “Olhar capixaba”:

Os professores que têm maior envolvimento entre si desenvolveram a ideia de divulgar o Estado do Espírito Santo e, com isso, fomos em busca de alunos que se identificassem com o projeto. O objetivo era difundir o potencial turístico e cultural do Espírito Santo, englobando o histórico de cada ponto turístico, arte, culinária, lazer e hospedagem que o capixaba tem como referencial. Passamos todas as etapas que seriam realizadas, mas deixamos os alunos à vontade para escolherem o local

selecionado para ser divulgado. A partir desse momento foi realizado um cronograma com as etapas a serem cumpridas, desde a elaboração do roteiro (técnico e literário), procedimento de autorização (imagem e locação), captação de imagem, escolhas de trilhas e edição de imagem/som. No projeto Olhar Capixaba, não teve o envolvimento direto da comunidade, a inclusão foi feita com participação indiretamente, como, por exemplo, autorização de gravação em determinados lugares, ou até mesmo autorização de imagens cedidas pelo fotógrafo Joel Miranda, muito bem sucedido no Estado do ES (PROFESSORA I, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

A concepção dos professores que enfatizam a importância atribuída ao PPEC em relação aos cursos ofertados pela escola é destacada pela professora G, do curso de Modelagem do Vestuário, ao afirmar:

É importantíssimo que tenhamos políticas voltadas para projetos como o PPEC. O desempenho dos alunos na parte prática de operacionalização do maquinário, manuseio do corte e utilização de tecidos melhorou incondicionalmente, além do que a responsabilidade social em colaborar com o meio em que vivemos com uma atitude sustentável trouxe bastante reflexão para os mesmos. Também é relevante mencionarmos que o aluno desenvolveu um senso crítico e criativo através dos bordados trabalhados nas roupas (PROFESSORA G, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

A análise feita pela professora do curso de Modelagem do Vestuário destaca dois elementos importantes na execução de um curso técnico: o avanço dos alunos em relação à operacionalização do maquinário e o desenvolvimento do senso crítico. A percepção da professora pode ter uma relação com o número reduzido de alunos que participaram do projeto, possibilitando um maior manuseio das máquinas, o que é fundamental quando se trata de um curso técnico.

A composição do item no instrumento de coleta de dados aplicado aos professores tem como foco o alinhamento da teoria com a prática nos currículos dos cursos técnicos. Ainda nesse item, buscou-se captar situações motivacionais do professor em relação ao PPEC, a observação do professor em relação ao conteúdo das disciplinas cursadas no Ensino Médio e no curso técnico na forma subsequente. Também foram avaliadas as condições de laboratórios e de materiais destinados à execução do PPEC. Por fim, procurou-se perceber a concepção do professor em relação ao enriquecimento curricular, como proposta do PPEC.

Para a consolidação de uma Educação Técnica de qualidade, faz-se importante a integração entre a teoria e a prática. Dessa forma, além dos conhecimentos científicos, a técnica torna-se fundamental no processo formativo, conforme aponta Ramos (2011), que tem como foco o trabalho como princípio educativo, o que também é fundamentado por Frigotto (2005). Sendo assim, nesse processo de formação técnica, deve-se levar em consideração que:

A Educação Profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sociais produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas (RAMOS, 2011, p. 30).

Assim, a habilitação de pessoas para o exercício autônomo da profissão proposta pela autora pode ter no PPEC essa possibilidade, conforme relato do professor A, uma vez que

os projetos são uma extensão prática a partir das referências dos conhecimentos adquiridos pelos alunos dos cursos técnicos, e que possibilitam o aprofundamento dos alunos nas áreas e temas contemplados pelo PPEC, além de estimularem a prática de pesquisa por parte dos alunos envolvidos (PROFESSOR A, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 31/03/2015).

Considerando a praticidade do PPEC, a professora F destaca o alinhamento entre a teoria e a prática:

Existe o desejo de compartilhar informação com os alunos em uma atividade extracurricular, servindo de laboratório, agregando conhecimento teórico e principalmente prático aos participantes, uma vez que a carga horária é bem apertada dentro de cada ementa trabalhada. A relação com a disciplina é que ela segue moldes estruturais e curriculares, e no PPEC aliam-se as competências e habilidades adquiridas no curso, dentro de cada ementa por disciplina, ampliando novas possibilidades e campo de trabalho (PROFESSORA F, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

O estímulo à prática da pesquisa pelos alunos pode encontrar na motivação do professor um elemento fundamental para sua formação, como afirma a professora G do Curso de Modelagem do Vestuário:

Sou uma profissional apaixonada por minha profissão, creio que temos que primar pelo bom desempenho dos nossos alunos, sendo assim, políticas educacionais que venham fortalecer o crescimento intelectual dos nossos alunos só têm a agregar. Os alunos também souberam compor mais cores e texturas de tecidos e manuseá-los. Fortaleceram o lado criativo para criação de modelos de roupas e tornaram-se pessoas mais sensíveis com o próximo e com a natureza (PROFESSORA G, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Ainda em relação à questão da motivação pelo professor, e considerando que o curso de Rádio e TV oferece um espaço privilegiado para o exercício da comunicação e da criatividade, a professora I destaca:

A principal motivação foi acompanhar de perto a evolução do processo de ensino-aprendizagem dos nossos alunos do Curso de Rádio e TV. Verificar o crescimento e amadurecimento de cada aluno envolvido, no decorrer desses meses, foi algo surpreendente para os professores. Foram quatro meses de aprendizado envolvendo funções essenciais no dia a dia do radialista, com momentos de aprendizado pessoal e profissional, tanto para os alunos, quanto para os professores. A principal relação existente no projeto Olhar Capixaba com a disciplina de Introdução à Comunicação é o conhecimento da história dos meios de comunicação, distinção das características estéticas das diferentes propostas audiovisuais, além de coletar elementos, analisar e interpretar ideias, propostas, concepções ou expectativas que caracterizem iniciativas voltadas à produção audiovisual (PROFESSORA I, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

No que se refere à relação dos conteúdos aplicados no Ensino Médio/propedêutico, a professora G comenta:

É necessário que haja essa relação de conhecimentos do ensino médio para que o aluno alcance um resultado satisfatório através do projeto, então se percebe que dentro das disciplinas básicas trabalhadas no ensino médio o aluno desenvolve o pensamento do quebra-cabeça da modelagem de uma roupa, quantas vezes deve ser cortado cada molde para formar uma peça de roupa, como repetir a quantidade em um enfiado para produzir uma grade de um determinado tamanho. Como trabalhar as cores primárias para produzir uma cor para estampar uma peça de roupa. Saber referenciar os moldes e organizá-los através da escrita e catalogação, entre outros (PROFESSORA G, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

A análise feita pela professora dialoga com três conteúdos/conhecimentos fundamentais como pré-requisitos em um curso técnico de Modelagem do Vestuário, que são: raciocínio lógico, conhecimento da teoria das cores e escrita. Outro fator que

agrega conhecimentos adquiridos no Ensino Médio/propedêutico é ressaltado pelo professor B, quando afirma:

Um projeto de química ou matemática pode utilizar conceitos de lógica matemática para trabalhar com robótica ou a disciplina de ciência trabalhar com experimentos de química e elementos químicos envolvendo a tabela periódica (PROFESSOR B, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 31/03/2015).

Já em relação aos conteúdos das disciplinas do curso técnico na forma subsequente com o PPEC, a professora I relata:

A relação existiu em todas as etapas propostas. Os alunos colocaram em prática todo o conteúdo estudado em sala de aula, sendo feito não apenas com um foco determinado de uma disciplina e sim do curso inteiro. Os discentes tiveram oportunidade de desenvolver na prática as disciplinas estudadas em sala de aula, desde a pré-produção, passando pela produção, até a pós-produção. Como, por exemplo, o desenvolvimento das escolhas das pautas e locações a serem gravadas (sempre acompanhado de um professor), de acordo com a delimitação dos municípios propostos, além das autorizações de locações e imagem, além da captação e edição de imagem/som. Todos os alunos participaram da mesma função (produtor, roteirista, diretor, câmera e editor), porém, em momentos diferentes, colocando em prática o aprendizado de sala de aula (PROFESSORA I, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Ainda em relação à conexão dos conteúdos do PPEC com as disciplinas dos cursos técnicos, destaca a professora G:

Os conteúdos trabalhados dentro do projeto estão em consonância com as disciplinas ministradas nos cursos e desenvolvem habilidades e competências pertinentes às futuras atividades do mundo do trabalho (PROFESSORA G, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Considerando-se que a aplicabilidade dos projetos que estão em execução não demanda materiais dispendiosos e nem laboratório complexo, a avaliação foi unânime em ressaltar que a atual estrutura da escola, atendeu ao projeto de forma satisfatória, conforme depoimento da professora I do curso de Rádio e TV:

Todos os materiais utilizados para o desenvolvimento do projeto foram disponibilizados pela escola. Para cada gravação, foi utilizada uma câmera e um microfone *shot gun*. No caso da iluminação, o equipamento foi de acordo com a necessidade do local, já que muitos pontos turísticos necessitavam de gravação interna, sendo o local escuro. Também utilizamos o laboratório de informática do curso de

RTV, para editar as gravações do projeto (PROFESSORA I, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Para concluir esta seção, coloca-se em evidência a concepção dos professores no que se refere ao currículo de EPT e à contribuição do PPEC para o enriquecimento curricular dos cursos técnicos ofertados pelo CEET Vasco Coutinho. A visão de currículo de EPT defendida pelos professores se coaduna com pensamento de Ramos (2011, p. 83-84):

A concepção curricular aqui defendida afirma a educação como meio pelo qual as pessoas se realizam como sujeitos históricos que produzem sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade dada, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura com sua ação criativa.

Ainda nessa ótica, acrescenta a autora:

Nosso objetivo não é, sobretudo, a formação de técnicos, mas de pessoas que compreendam a realidade e que possam também atuar como profissionais. A presença da profissionalização no ensino médio deve ser compreendida, por um lado, como uma necessidade social e, por outro lado, como meio pelo qual a categoria trabalho encontre espaço na formação como princípio educativo (RAMOS, 2011, p. 84).

Na perspectiva do reconhecimento da profissionalização como necessidade social trazida pela autora, a professora F do curso de Modelagem do Vestuário corrobora com essa visão, quando enfatiza:

Essa extensão curricular (PPEC) permite ao aluno ampliar sua área de pesquisa e colocar em prática os conteúdos que aprenderam no curso de Técnico de Modelagem do Vestuário. Além do enriquecimento teórico e prático, o PPEC serve de laboratório de experimentação, permitindo aos envolvidos práticas que só encontrariam no mercado de trabalho, considerando que este discente se coloca como parte integrante de um projeto de sucesso (PROFESSORA F, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Seguindo esse pensamento, a professora I do curso Técnico em Rádio e TV destaca:

[...] no projeto, foram colocados em prática exatamente os procedimentos (pré-produção, produção e pós-produção) realizados no mundo do trabalho, como, por exemplo, roteiro, gravação e edição. Um setor que participou dessa política foi o fotógrafo Joel Miranda, que cedeu as imagens de Vitória e Vila Velha feitas por um *drone*. Outros setores poderiam ser envolvidos, como, por exemplo, secretaria de

turismo, mas pelo fato da carga horária ter sido menor do que achávamos necessário, e tínhamos um cronograma a seguir, com dois vídeos por mês, não foi feita nenhuma participação desse setor (PROFESSORA I, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Ainda que a avaliação do professor tenha trazido elementos positivos, é necessário ressaltar, também, algumas limitações, como a carga horária insuficiente para a produção do projeto. Esse fato contribuiu para um resultado que poderia ter alcançado um nível mais elevado de satisfação.

Concluindo o instrumento de coleta de dados aplicado aos professores, o quarto bloco tem como objetivo a percepção do professor em relação à contribuição do PPEC para a revitalização do currículo como instrumento de aproximação ao mundo trabalho.

Ao ser questionado se o PPEC afetou o desempenho dos alunos e o trabalho do professor, o docente H relatou:

Em alguns casos, sim. Tivemos situações em que o aluno se ausentou do projeto para poder se dedicar melhor ao curso, já outros diminuíram a carga horária ou fizeram atividades em casa, como roteiro, edição, e tudo era monitorado pelo nosso grupo no *Facebook*, que foi a ferramenta escolhida para trocarmos informações além das reuniões semanais (PROFESSOR H, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Na fala desse professor, fica evidente a rotatividade dos alunos na participação no PPEC, como também o afastamento de alguns alunos por terem encontrado dificuldades de conciliar o curso com o projeto. Outro fator que também reduziu o número de alunos, conforme informado pelo professor, justifica-se pela natureza desse projeto possibilitar algumas atividades *online*.

Ainda nesse item do 4º bloco, a professora F foi enfática ao ressaltar que o PPEC

afetou de forma positiva. Além do conhecimento adquirido no PPEC, o projeto incentiva a pesquisa por conta do aluno e do professor, que excitados pela prática, buscam aperfeiçoar seus talentos para melhoria contínua (PROFESSORA F, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

A análise dessa professora, que destaca de forma relevante o PPEC como incentivo à pesquisa, possibilita-nos perceber o cumprimento de um princípio da EPT no que se refere à integração da teoria com a prática.

Ainda considerando a concepção do professor em relação ao PPEC na aproximação da teoria com a prática, a professora G afirmou:

As ações desenvolvidas nos PPECs já fazem parte da Proposta Político-Pedagógica e das ementas curriculares dos cursos da área da moda do CEET Vasco Coutinho. Dentro do projeto trabalhamos as práticas com materiais alternativos, assim o aluno aprende a trabalhar várias possibilidades de materiais e elucidar soluções alternativas. Consegue compreender e aprimorar mais a arte de modelar. Tem uma melhor destreza no manuseio das máquinas, entre outras (PROFESSORA G, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Em relação ao questionamento do PPEC e sua semelhança com o currículo dos cursos técnicos, o professor H analisa:

Assemelha-se na medida em que os professores envolvidos escutam os alunos, discutem o que deverá ser feito e colocam o discente como protagonista e não somente realizar aquilo que os discentes discutiram. Cabe ao professor dar esse direcionamento, e foi isso que fizemos, discutimos formatos, trocamos ideias até chegar ao ponto que não só agradasse aos alunos, mas também estivesse de acordo com a proposta de aprendizado que fosse dar esse “*up grade*” que é a proposta oferecida (PROFESSOR H, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Já o professor A não percebe essa semelhança, quando ressalta:

Não, ele não se assemelha, mas ele deve ser estruturado aos cursos em questão. Cada projeto deve se enquadrar nos requisitos para o desenvolvimento e aprimoramento das habilidades e competências dos futuros profissionais. Um exemplo seria trazer a realidade de uma produção de uma fábrica de confecções e todas as etapas utilizadas para o desenvolvimento dos produtos (PROFESSOR A, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 31/03/2015).

Em relação a esse item, percebe-se nas respostas certa divergência entre os professores pesquisados, uma vez que, ao serem questionados sobre se o PPEC se assemelha ao currículo dos cursos técnicos, observa-se que, dos dez professores entrevistados, seis afirmaram que percebem essa semelhança, enquanto quatro não concordam que ela exista.

A divergência apresentada pelos professores em relação à semelhança do PPEC com o currículo do curso técnico pode ser justificada pela natureza dos PPECs executados pelos sujeitos da pesquisa, ou seja, há projetos em que é perceptível uma relação direta com os currículos, por exemplo, o aplicativo desenvolvido pelos alunos

do curso técnico em Redes de Computadores. Entretanto, há outros projetos que, devido à sua abrangência, não apresentaram uma semelhança tão direta com os componentes curriculares. Talvez esse fato possa justificar a divergência.

Com o objetivo de obter subsídios para propor um plano de intervenção e tendo em vista um aprimoramento do PPEC, foram abordados, nesse item, as dificuldades e os avanços do projeto. Nesse sentido, o professor H argumenta:

Uma das maiores dificuldades é que o PPEC não está direcionado à nota do aluno e sabemos que por mais que haja interesse a pontuação ainda é algo importante para eles. A carga horária vai para o diploma deles, porém deveria estar incorporada à nota. Outra questão é a utilização do contraturno, pois alguns alunos não puderam continuar devido a questões de passagens e almoço; em alguns momentos tivemos que tentar contornar essas dificuldades estendendo os horários do turno para facilitar os custos dos discentes, então o aluno do matutino ficava até às 12h e do vespertino, até às 18h e para quem tinha computador em casa poderia editar lá (PROFESSOR H, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Uma das fragilidades do projeto apontada pelo professor refere-se à dificuldade de o aluno retornar à escola no contraturno, devido ao custo do transporte e da alimentação. Outra dificuldade também relatada é a de que o aluno não é avaliado quantitativamente, ou seja, não é atribuída ao seu trabalho uma nota. Isso pode ser fruto de uma concepção de avaliação bastante conservadora, que ainda permeia o imaginário de muitos professores e que, contraditoriamente, é uma exigência do atual sistema de ensino da avaliação quantitativa. Ao pensar em outra possibilidade de avaliação, o PPEC pode ser um espaço importante para construir uma avaliação qualitativa, sem atribuir um valor numérico, possibilitando um crescimento do aluno e, consequentemente, superando as limitações da avaliação quantitativa tradicional.

Nessa perspectiva, Demo (2004) considera:

A avaliação qualitativa pretende ultrapassar a avaliação quantitativa, sem dispensar esta. Entende que no espaço educativo os processos são mais relevantes que os produtos, não fazendo jus à realidade, se reduzida apenas às manifestações empiricamente mensuráveis. Estas são mais fáceis de manipular metodologicamente, porque a tradição científica sempre privilegiou o tratamento mensurado da realidade, avançando, por vezes, de maneira incisiva, em algumas disciplinas sociais, como a economia e psicologia. Todavia, não se pode transferir a limitação metodológica à pretensa redução do real. Este é mais complexo e abrangente do que sua face empírica. A avaliação

qualitativa gostaria de chegar até à face qualitativa da realidade, ou pelo menos de se aproximar dela (DEMO, 2004, p. 156).

Outra fragilidade, apontada pela professora G, refere-se ao material utilizado na execução do PPEC, que tinha como componente substância tóxica, conforme o relato a seguir:

As dificuldades enfrentadas foram as alergias tóxicas e respiratórias desencadeadas com o manuseio dos *banners* nas confecções das bolsas, porém através dessa dificuldade os alunos, juntamente com os professores, procuraram desenvolver o mesmo produto com retalhos de tecido e contornaram o problema. Dentre outros avanços, podemos citar que os alunos desenvolveram modelos de bolsas diferenciadas e até comercializaram esses produtos, além de aprimorarem as habilidades e competências (PROFESSORA G, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

A dificuldade apontada pela professora entrevistada, relatando as restrições com as alergias causadas pelo material utilizado para a execução do projeto, pode ser inserida no planejamento dos próximos PPECs, buscando, como alternativa para enfrentar esse problema, a aquisição de EPIs, considerando que a ideia do projeto foi destacada pela professora como inovadora e rentável na produção de bolsas diferenciadas.

A limitação de recursos financeiros de alguns alunos foi, também, uma das dificuldades apontadas pelo professor B:

Uma das principais dificuldades é o recurso para os alunos. Os alunos não têm um lanche/transporte, isso é uma grande dificuldade. Muitos alunos têm interesse em participar, mas nem sempre têm o dinheiro para pagar a passagem de ônibus. Temos alunos de várias faixas etárias principalmente alunos que passaram dos 21 anos de idade. Os alunos também, na maioria das vezes, ficam na escola na parte da manhã, no horário de aula normal, e na parte da tarde que é o PPEC e muitos participam do PPEC, mas os professores, muitas vezes, precisam pagar do próprio bolso para os alunos almoçarem ou lancharem. Muitos alunos, por não terem recursos financeiros, acabaram desistindo do PPEC, porque não tinham condições para pagar um lanche ou um almoço. Caso esse recurso fosse liberado de alguma forma para os alunos, teríamos um trabalho com resultados melhores e uma menor desistência (PROFESSOR B, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 31/03/2015).

Considerando a análise feita pelo professor entrevistado acerca da limitação dos recursos financeiros dos alunos, esse é um dado que merece atenção por parte da pesquisadora e gestora da escola, mas a solução não depende dessa profissional. Embora muitos alunos que frequentam a instituição de ensino focalizada sejam de famílias que apresentam dificuldades financeiras, a questão da alimentação escolar não é contemplada pela política do governo, que abrange apenas a Educação Básica. Já a política de transporte beneficia apenas alguns alunos que frequentam o curso técnico e que estejam com idade até 24 anos, desde que sejam dependentes e que tenham renda familiar de até 05 (cinco) salários mínimos, para famílias com 03 (três) ou mais filhos dependentes, conforme Lei Complementar nº 664/2012 (ESPÍRITO SANTO, 2012).

Ainda no que diz respeito à questão financeira, foi destacado pela professora I:

Devido a problemas financeiros, transporte e eventos na mesma época de gravação, como o Vitória Cine Vídeo e a Semana de Ciência e Tecnologia, além do contratempo com o fator climático, tivemos que reprogramar o nosso cronograma em diversos momentos. Como exemplos, as gravações no Convento da Penha e nas Praias. Porém, o Projeto foi executado com brilhantismo, dedicação e esforço de cada aluno e professor. Em todo momento, a maior preocupação era desenvolver um trabalho de qualidade com o objetivo de levar informação, cultura e muita emoção para o telespectador (PROFESSORA I, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Além do problema financeiro apresentado por essa professora, que se coaduna com o que foi ressaltado pelo professor anterior, também é mencionado outro fato que se refere à multiplicidade de eventos que ocorreram no ano, contribuindo, assim, para prejudicar algumas gravações previstas no projeto, comprometendo sua qualidade.

Por fim, o último item desse bloco buscou proporcionar ao professor entrevistado a possibilidade de expressar a sua visão a respeito do PPEC, bem como de relatar algumas falhas. Destaca a professora C:

As falhas observadas são: excesso de PPEC sendo realizados ao mesmo tempo (dia e hora); os alunos queriam participar de vários PPECs, mas não tinham tempo para se dedicarem aos mesmos; a falta de um planejamento financeiro para aquisição de material e alimentação para os participantes; excesso de relatórios para serem preenchidos por

parte da coordenação e professores (PROFESSORA C, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 31/03/2015).

As falhas apontadas pela professora podem contribuir para o planejamento para o ano seguinte. A dificuldade de escolha de projetos devido ao fato de haver muitos PPECs ocorrendo simultaneamente pode ser solucionada com um calendário de execução dos PPECs que permita que os alunos participem de mais de um projeto. Vale ressaltar que a ocorrência de muitos projetos, apresentada como uma falha pela professora em questão, também pode ser interpretada como um ponto positivo, uma vez que há diversas opções, possibilitando ao aluno escolher de acordo com suas habilidades e disponibilidade.

Quanto à falha que se refere ao planejamento financeiro, poderá ser minimizada com um planejamento prévio dos recursos que serão utilizados no PPEC, que devem ser contemplados no Plano de Aplicação do PROFIN¹². Por fim, a outra falha apresentada pela professora, referente ao excesso de relatórios para serem preenchidos, atende a uma exigência da Unidade Central, considerando os impactos financeiros desse projeto no pagamento de horas-extras aos professores, o que exige a produção de documentos comprobatórios pelos ordenadores de despesas, embora tenha sido apontado pela docente como produção excessiva de documentos. Ainda recorrendo sobre possíveis falhas, a professora E apresenta seu depoimento:

Achei muito válida essa experiência e contribuiu significativamente para o desempenho dos alunos, porém faltam alguns ajustes na elaboração das listas de frequência e estruturação dos relatórios para facilitar a coleta das informações (PROFESSORA E, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

A falha relatada por essa professora se coaduna com a fala da professora anterior acerca do excesso de documentos, como lista de frequência e relatórios. Essa falha justifica-se pelo entendimento desses professores de tratar-se de mera burocracia, que precisa ser enfrentada pela pesquisadora e gestora da escola em parceria com a Unidade Central. Além disso, a professora I acrescenta:

¹² PROFIN – Programa de Repasse Financeiro às Escolas Técnicas Estaduais – cuja finalidade é garantir à escola os recursos necessários ao seu funcionamento pleno e será executado de acordo com as normas estabelecidas pela Portaria que estiver em vigor no ano em curso.

A política foi muito importante para todos os envolvidos, o projeto de Rádio e Televisão veio ao encontro da necessidade dos alunos em dominar a linguagem técnica específica de cada etapa da produção em TV. Também possibilitou aos seus participantes a inserção nesse universo da disseminação da cultura, da educação, da publicidade e propaganda, da diversão, dos serviços e dos meios eletrônicos de massa. Algumas falhas foram percebidas, talvez por ser um projeto experimental. Um exemplo foi a elaboração estrutural do relatório e da lista de frequência, que foram modificadas por diversas vezes. No entanto, são falhas que podem ser corrigidas ao longo do tempo (PROFESSORA I, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Uma das falhas apresentadas pela professora também reforça a questão da burocracia, apontando para a necessidade de busca de uma solução, sem perder de vista a importância de se produzirem documentos que comprovem a execução do projeto pelo professor e a frequência dos alunos. Quanto à outra falha apresentada pelo professor, embora não tenha sido explicitada claramente, destaca que o projeto pode ser aprimorado, considerando o seu caráter experimental.

A coleta de dados realizada tanto pelos alunos quanto pelos professores permitiu que se transitasse entre a teoria e a prática. A partir do início das entrevistas e aplicação dos questionários, o objetivo não era apenas o de comprovar a hipótese sobre a importância do PPEC como instrumento de revitalização do currículo, mas também o de acolher as críticas e sugestões para serem incorporadas ao plano de intervenção, com vistas ao aprimoramento dessa política pública.

Com relação à coleta de dados realizada com os alunos, vale ressaltar que se trata de um questionário organizado com 4 blocos de questões, que possibilitou aos sujeitos da pesquisa se posicionarem no que se refere à aplicabilidade do PPEC no seu cotidiano de aluno de um curso técnico e também no mundo do trabalho. O instrumento aplicado a esses sujeitos procurou perceber sua concepção acerca da formação acadêmica, tanto no Ensino Médio quanto no curso técnico na forma subsequente.

Quanto ao instrumento elaborado para os professores, constituído de perguntas abertas, focalizou temas ligados à comunicação escolar com a gestão da escola e Órgão Central, quando os sujeitos da pesquisa se posicionaram em relação ao PPEC. Além disso, a técnica de pesquisa por meio de coleta de dados utilizada pelos professores oportunizou, também, uma discussão acerca do currículo de EPT e dos efeitos dessa política pública no cotidiano da instituição.

Mesmo considerando a diferença entre os instrumentos de coleta de dados aplicados aos professores e aos alunos, foram apontadas algumas fragilidades nos dois grupos pesquisados, como: aplicabilidade do projeto no contraturno, falta de relação do PPEC com o conteúdo do currículo, excesso de relatórios, pouca divulgação do projeto na comunidade escolar, carga horária de professores insuficiente para participar com maior efetividade nos projetos, necessidade de reestruturar os currículos no que tange à aproximação da teoria com a prática como proposta de superação das dualidades.

Enfim, é possível ressaltar que os relatos dos atores envolvidos, em sua grande maioria, destacam o PPEC como um importante instrumento que contribui para a revitalização do currículo de EPT do CEET Vasco Coutinho. Entretanto, há que considerar as sugestões e/ou críticas apontadas no sentido de aprimorar tal política pública, e que serão contempladas no Plano de Intervenção, que será apresentado no capítulo a seguir.

3 O PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DO PPEC

Na busca de elementos para subsidiar a concretização da coleta de dados, o desafio, no primeiro e segundo capítulo, foi o de visitar e revisitar o processo histórico da implantação do PPEC na Rede Estadual de Ensino, conjugado com a história da Educação Profissional no Brasil. No terceiro capítulo, encontra-se uma contribuição com vistas ao aprimoramento deste projeto, por meio da proposta de um Plano de Intervenção.

No tecer desta história plural sobre a implantação do PPEC na Rede Estadual, que teve a parceria dos sujeitos da pesquisa, percebeu-se a crença no PPEC como projeto de revitalização dos cursos técnicos do CEET Vasco Coutinho. Isso alimenta forças e fornece subsídios para avançar na prática cotidiana da construção de uma proposta pedagógica de Educação Profissional que tenha como meta a superação das dualidades.

Aponta, ainda, para a necessidade de estabelecer um plano de intervenção subsidiado pela coleta de dados que foi realizada com os professores e alunos, por meio da qual foram indicadas algumas fragilidades, como: necessidade de mudança na legislação, busca de alternativas para haver maior participação dos alunos, aproximação do PPEC com o currículo, necessidade de diálogo com a Unidade Central, tendo em vista o excesso de burocracia. Para tanto, este plano pretende compatibilizar as propostas de ação (Projeto Político Pedagógico da escola) com a possibilidade de ação (implantação do PPEC) e a geração de controle dessas ações (mecanismos de monitoramento e avaliação dos PPECs da escola). Além disso, há que se considerar que a instituição escolar é dinâmica e que, a cada momento, surgem novas demandas para o gestor, exigindo dele uma postura empreendedora:

O gestor empreendedor supera a inércia e procura soluções para o problema que a sua escola precisa superar, desde questões cotidianas, como problemas de comunicação entre as pessoas, pequenas soluções que melhoram os processos, dando rapidez e eficiência ao trabalho da escola, até a aquisição de aparelhos, oficinas, convênios com empresas, ampliação de campo de estágio, financiamentos externos para projetos da escola entre outros característicos da educação profissional (MELO; MEZNEK, 2011, p. 35).

Outro propósito do gestor da Educação Profissional hoje é o de dialogar permanentemente com os diversos setores do mundo produtivo, no intuito de captar as atuais tendências do mundo do trabalho, para que a escola possa incorporá-las na sua proposta pedagógica. Nesse sentido, o PPEC poderá se constituir como um importante laboratório, possibilitando uma conexão da instituição escolar com o mundo do trabalho.

Ser empregável hoje é não somente conseguir um emprego, mas, principalmente, manter-se no mesmo. Parece simples, porém mediante a crise estrutural de emprego vivenciada atualmente, esse processo requer muito esforço por parte do sujeito. A princípio, torna-se indispensável a formação continuada, ou seja, é necessário estar sempre em busca de novos conhecimentos para poder apresentar a capacitação exigida pelo mercado (MELO; MEZNEK, 2011, p. 64).

Essa abordagem da empregabilidade posta em evidência pelos autores conjuga-se com os princípios do PPEC, no sentido de agregar novos conhecimentos durante a formação técnica do aluno. No decorrer da pesquisa, foi ressaltado pelos alunos e pelos professores que o PPEC pode ser considerado um laboratório para exercer a cidadania, a solidariedade, a comunicação e o trabalho em equipe, que são características importantes nas atuais tendências de empregabilidade. Dessa forma, é fundamental a proposta de elaboração de um plano de intervenção para que se vislumbre um projeto mais robusto e em consonância com essas novas perspectivas do mundo do trabalho. Para tanto, é possível concordar com Matus, quando afirma que um plano é:

Um instrumento teórico com metodologia prática, que busca tratar dos problemas de transformação social e deve ser aplicada de forma sistemática e com rigor no acompanhamento das ações pré-definidas, além de considerar os agentes que atuam por vezes em cooperação ou em conflito (MATUS, 1996, p. 22).

A partir da concepção de plano destacada pelo autor e para fundamentar a construção do plano de intervenção, são eleitas três categorias centrais que deverão permear toda a sua construção. São elas: Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Inovação.

A **Interdisciplinaridade** é uma categoria intrínseca ao PPEC, uma vez que uma das diretrizes da instituição na elaboração dos PPECs é o desafio de romper com a fragmentação disciplinar, além de a interdisciplinaridade ter sido amplamente apontada

pelos sujeitos na pesquisa como um espaço fundamental. A prática interdisciplinar não só ocorreu entre as disciplinas de um mesmo curso, como também entre as dos cursos. Consequentemente, um dos critérios, no que se refere à elaboração do PPEC, é o de que não seja atrelado a uma turma específica, podendo unir turmas e cursos em um mesmo projeto. Dessa forma, a participação em um PPEC,

convida-nos ao desapego das falsas seguranças e a um lançar-se à aventura do sonho interdisciplinar onde o gosto do risco, a inquietude das novas descobertas, a renovação das fontes de inspiração possam traduzir-se num projeto de uma humanidade mais feliz (FAZENDA, 2008, p. 13).

Não há dúvidas de que são muitos os determinantes e as utilizações possíveis em torno do conceito de interdisciplinaridade. Essas diferentes concepções não se opõem, não levam ao impasse, mas, ao contrário, contribuem para o avanço na compreensão das relações entre o conhecimento e o mundo do trabalho, por meio da interdisciplinaridade. Para tanto, inclui-se aqui a discussão da categoria da interdisciplinaridade, ancorada em estudos que buscam compreender o papel da Educação Profissional na sociedade contemporânea, superando a dualidade que mantém duas redes diferenciadas de ensino ao longo da história da educação brasileira - propedêutica e profissional.

Nesse sentido, com a presente proposta de plano de intervenção, adota-se a interdisciplinaridade com enfoque no aspecto atitudinal, com base em Fazenda (1979, 2002, 2008). Para a autora: “A interdisciplinaridade não se ensina, nem se aprende, apenas vive-se, exerce-se e, por isso, uma nova pedagogia, a da comunicação” (FAZENDA, 1979, p. 08). Ainda nessa concepção de interdisciplinaridade como questão de atitude, pode-se concordar com Fazenda, quando afirma:

A primeira das evidências, constatadas após múltiplas observações, descrições e análises de projetos interdisciplinares em ação, é de que a premissa que mais fundamentalmente predomina é a do respeito do modo de ser de cada um, ao caminho que cada um empreende em busca de sua autonomia – portanto, concluímos que a interdisciplinaridade decorre mais do encontro entre indivíduos do que entre as disciplinas [...] (FAZENDA, 2002, p. 71).

Essa perspectiva de interdisciplinaridade como encontro entre os indivíduos (FAZENDA, 2002) ficou evidente durante as entrevistas realizadas com os professores. Ao ser indagado sobre como se deu a implantação do PPEC na escola, o professor H ressaltou:

Através de afinidade, os professores formaram grupos e projetos afins a cada área para a realização inicial do PPEC. Nesse primeiro momento, não houve envolvimento com a comunidade, apenas com os discentes – me refiro no caso ao PPEC Web TV Experimental. Já as reportagens foram em campo, o que proporcionou várias atividades na comunidade (PROFESSOR H, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Não há dúvidas de que, quando se trata a interdisciplinaridade como proposta de trabalho, ainda se percebe certa resistência. Mas, por outro lado, pôde-se constatar, ao longo da pesquisa, que muitas manifestações revelaram aspectos positivos no desenvolvimento de um projeto interdisciplinar, como observa a professora G:

Houve um intercâmbio dos alunos e professores nos três turnos, desta forma os alunos dos projetos estabeleceram novas relações de amizade tanto com os alunos do outro turno, quanto com os professores e entre os cursos também (PROFESSORA G, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

A interdisciplinaridade em situações práticas do cotidiano, como essa questão do intercâmbio entre professores e alunos, é de fundamental importância para consolidar uma formação técnica que tem como pressuposto o trabalho em equipe. Com a busca desse ideal, coloca-se em prática uma das novas exigências da profissionalização dos trabalhadores, que é a prática do trabalho coletivo e solidário. Assim:

O que se vislumbra nesse novo ambiente profissional é um trabalho executado basicamente em equipe e orientado para a solução de problemas cada vez mais complexos, oferecendo-lhes respostas cada vez mais flexíveis e inusitadas. Nesta nova realidade, é impossível para todos os cidadãos e em especial para os trabalhadores passar um minuto sequer sem aprender. Esse processo de aprendizagem permanente e contínua, especialmente no campo da Educação Profissional e Tecnológica, deve contribuir efetivamente para a construção de um mundo do trabalho de melhor qualidade, mais justo e solidário (CORDÃO, 2013, p. 35).

Para que haja, de fato, uma formação técnica que se coaduna com esse perfil profissional, a interdisciplinaridade deve se apresentar como um caminho atravessado

por outras categorias, como a sustentabilidade e a inovação, que também serão abordadas neste capítulo. Ao eleger a interdisciplinaridade como categoria na elaboração do plano de intervenção, coloca-se em prática o que determina o art. 6º da Resolução nº 6 do CNE, no que se refere aos princípios norteadores da Educação Profissional, nos incisos VII e VIII:

VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas [...] (BRASIL, 2012).

Discorrer sobre a interdisciplinaridade como categoria central na elaboração do plano de intervenção, além de colocar em prática o que preceitua a Resolução nº 06/12 (BRASIL, 2012), possibilita, também, colocar em prática uma Educação Profissional que fundamenta sua concepção numa formação técnica em consonância com as novas exigências do mundo do trabalho, superando uma formação de trabalhadores apenas para o desempenho de tarefas mecânicas. Assim, a interdisciplinaridade configura-se, no contexto das políticas públicas, como possibilidade de construção de um ensino técnico mais democrático e inclusivo.

Trazer a **Sustentabilidade** como uma das categorias para fundamentar o plano de intervenção ora apresentado justifica-se por reconhecer que essa temática é recorrente em diversos setores da sociedade. No PPEC, a sustentabilidade perpassou quase todos os projetos e, de uma forma especial, os projetos “Bolsa Reciclada” e “Moda e Arte”, que tiveram como foco a questão ambiental, destacada na pesquisa como um projeto de Responsabilidade Social. Além disso, reconhece-se que o atual contexto de desenvolvimento da sociedade está exigindo um compromisso individual e coletivo de todos no que se refere a essa temática. Dessa forma, um projeto de pesquisa como o PPEC pode contribuir com a concepção de sustentabilidade prevista na Resolução 06/12, que define as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional, no que tange aos princípios norteadores previstos no art. 6º, inciso IX: “articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os

cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo” (BRASIL, 2012).

Ainda no âmbito da legislação federal, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental determinam para a Educação Profissional diretrizes para algumas áreas, ressaltando:

Além da observância às Diretrizes Gerais para a Educação Ambiental e às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, para a Educação Profissional de nível médio e de nível superior (cursos superiores de tecnologia) deve ser observado o seguinte:

1. Em todas as áreas profissionais, promover a Educação Ambiental, o estudo sobre os fundamentos da Educação Ambiental, legislação ambiental e gestão ambiental, aplicáveis às respectivas áreas e atividades profissionais e empresariais;
2. Reflexão a partir da dimensão socioambiental específica relacionada a cada habilitação profissional e ao exercício de cada atividade produtiva e laboral;
3. Incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias e práticas produtivas limpas e apropriadas que permitam a sustentabilidade nas atividades econômicas, considerando processos desde a matéria-prima até o descarte final de resíduos e abordando o consumo sustentável (BRASIL, 2013).

No âmbito estadual, a Lei nº 9.265/09, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental, preceitua a sustentabilidade para a Educação Profissional, no art. 16, § 4º, quando destaca: “Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate de práticas ambientalmente sustentáveis e da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas” (ESPÍRITO SANTO, 2009).

Para além das questões legais, Barbosa (2009) traz uma contribuição importante para subsidiar a elaboração de uma proposta pedagógica que tenha a sustentabilidade como uma categoria importante no currículo de EPT:

A revisão de conteúdos curriculares, incluindo novos, mais adequados às demandas sociais e econômicas, sob o princípio de que a educação profissional e o ensino básico apoiam a sociedade e a estruturam e, por conseguinte, seus membros vivem melhor, elevam sua qualidade de vida, na medida em que se servem da prestação de serviços (que passam por melhorias em razão da mobilização, participação e controle

sociais) e têm acesso a bens econômicos e direitos. Uma educação pobremente planejada não preparará cidadãos-profissionais para práticas sustentáveis no processo produtivo e no cotidiano, com déficits sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais. Um plano educativo com essa orientação não é de curto prazo e depende de superar conflitos existentes no interior das instâncias e níveis de governo e da organização de segmentos da sociedade civil, interessados em que suas convicções e desejos se transformem em políticas públicas. Também se relaciona à questão a necessária mudança de mentalidade e conduta dos padrões políticos-culturais desses sujeitos-cidadãos-profissionais (BARBOSA, 2009, p. 21-22).

E acrescenta, ainda, a autora:

Por outro lado, educação profissional realizada na forma do desenvolvimento econômico que busca sustentabilidade impõe fortalecimento da política de emprego para os jovens, que necessitam de oportunidade para a inserção no mercado de trabalho e para os adultos, que se veem ameaçados pelo desemprego e exclusão social, sem atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos para aplicação em suas práticas profissionais (BARBOSA, 2009, p. 22).

Nesse sentido, o PPEC pode contribuir para a revitalização do currículo de EPT, superando uma visão utilitarista de formar para o mercado de trabalho, “apoiada na diversidade de buscas e soluções para a construção simultânea e coletiva das sustentabilidades ambiental, social, econômica, política e ética” (HENRIQUES et al., 2007, p. 29).

Concluindo o percurso de abordar as categorias fundamentais que deverão nortear a elaboração do plano de intervenção, a categoria **Inovação** se constitui como um elemento primordial para o desenvolvimento da sociedade. Com a inserção dessa categoria no plano de intervenção, coloca-se em prática o que diz a Portaria 020-S/2014, no artigo 5º, § II, como um dos critérios para a elaboração do PPEC: “relevância do tema no que se refere a questões relacionadas à cidadania e ao objetivo da formação quanto ao significado e à simetria entre o mundo do trabalho, as novas tecnologias, a convivência social e a sustentabilidade” (ESPÍRITO SANTO, 2014). Não há dúvidas de que, ao colocar em prática o que preceitua o art. 5º da referida Portaria, a instituição escolar procura cumprir o papel de desenvolver atitudes inovadoras, conforme relato da professora G:

Muitos alunos têm a oportunidade de praticar utilizando esses projetos inovadores. No ano de 2014, escrevi um *short paper* em um evento de nível regional, foi publicado e os alunos tiveram a oportunidade de participar e foram convidados para apresentar nosso trabalho e expor para diversos alunos e professores de outra instituição de ensino (PROFESSORA G, ENTREVISTA CONCEDIDA EM 02/04/2015).

Tais atitudes foram destacadas pelos sujeitos no decorrer da pesquisa como pontos positivos e, conseqüentemente, sugerem focar a inovação nos próximos projetos. Dessa forma, além de colocar em prática os preceitos legais, contribuem também para dialogar com as novas tendências do mundo do trabalho. Essa concepção de inovação aplicada à Educação Profissional se apoia na “imaginação, na memória e na intuição, qualidades humanas que se desenvolvem a partir das condições sociais e culturais em que cada um está inserido” (ARAÚJO, 2013, p. 03).

Discorrer sobre a inovação como uma das categorias a ser considerada na elaboração do plano de intervenção, tendo em vista a revitalização dos cursos técnicos, significa, também, a reinvenção e criação de novos meios para se desenvolver uma nova concepção de Educação Profissional, ou seja, uma EPT alinhada com as novas exigências do mundo do trabalho. Nesse contexto, a gestão da inovação também é contemplada nas Diretrizes Curriculares de Educação Profissional, no art. 13, inciso VI, que versa sobre a concepção de eixo tecnológico, ao considerar os

fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, **gestão da inovação** e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho (BRASIL, 2012. Grifo da autora).

Não há dúvida de que o tema inovação tem sido objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento, incorporando, mais recentemente, o campo educacional. Ao analisar o PPEC como um projeto que amplia os horizontes dos alunos, é possível concordar com a afirmação de Assis e Castanho (2006), a saber:

Inovação é a ação de mudar. Alterar as coisas, pela introdução de algo novo. Não se deve confundi-la com invenção (criação de algo que não existia) ou com descoberta (ato de encontrar o que existia e não era conhecido). A inovação consiste na aplicação de conhecimentos já existentes [...] Inovar consiste em introduzir novos modos de atuar em

face de práticas pedagógicas que aparecem como inadequadas ou ineficazes (ASSIS; CASTANHO, 2006, p. 2).

Considerando a natureza do PPEC como eminentemente pedagógica, Carbonel, referindo-se à abordagem da inovação com o texto educacional, afirma:

A inovação, de maneira geral, enraíza-se onde existe uma equipe docente forte e estável com uma atitude aberta à mudança e com vontade de compartilhar objetivos para a melhoria ou a transformação da escola; e/ou, completamente, pessoas especialmente ativas dentro da equipe que dinamizam o processo inovador (CARBONEL, 2002, p. 31).

A proposta de inovação destacada pelo autor ganha relevância no PPEC como instrumento de enriquecimento curricular, quando ocorre o envolvimento dos professores, pois, de acordo com Carbonel (2002, p. 30), “[...] são eles a principal força impulsora da mudança, pois trabalham de forma coordenada e cooperativa na escola”.

Com o percurso teórico fundamentado nas três categorias: Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Inovação, buscaram-se subsídios para a elaboração de um plano de intervenção que tem como foco a revitalização do currículo de EPT, e também o aprimoramento e monitoramento dessa política pública, redirecionando as estratégias, de modo a propor um alinhamento entre as três categorias descritas nesta pesquisa, com a intenção de enriquecer o currículo dos cursos técnicos ofertados pelo CEET Vasco Coutinho e em todo o Estado do Espírito Santo.

Nessa premissa, por meio do plano de intervenção proposto neste trabalho, deseja-se atingir o objetivo de desenvolver técnicas de gestão que levem ao aprimoramento da implementação do PPEC em escola que oferta Educação Profissional, na forma subsequente ou concomitante, no Estado do Espírito Santo. Assim, nesse plano de ação, há uma tentativa de acolher as sugestões dos sujeitos da pesquisa para a elaboração dos próximos PPECs, colocando em prática um currículo de EPT em consonância com os desafios da contemporaneidade como contribuição para a superação das dualidades.

Sendo assim, o projeto, representado, nesta pesquisa, pelo PPEC, une um determinado grupo de pessoas com o mesmo objetivo, propondo uma transformação numa situação específica que almeja por mudanças. Possui, portanto, objetivos

explícitos e delimitados, com características bem definidas dos atores que o conduzem. Para a colaboração com a melhoria da política pública do PPEC, foi escolhida a realização de um Plano de Ação Educacional para identificação de estratégias, baseadas nas fragilidades identificadas, definindo prioridades com a intenção de possibilitar caminhos que superem os obstáculos encontrados. Propõem-se, assim, ações que levem em consideração o panorama delineado a partir dos dados analisados.

3.1 Apresentação de uma Proposta de Intervenção: Ações para o Aprimoramento da Política Pública “PPEC”

Este Plano de Intervenção está organizado em oito ações, detalhadas na composição do documento. A primeira ação corresponde a um novo desafio, no que tange à elaboração dos novos PPECs. Propõe-se a inserção das três categorias: a interdisciplinaridade, a sustentabilidade e a inovação como eixo norteador dos próximos projetos. Tal inserção se justifica pela importância de se colocar em prática um currículo de EPT com uma visão global do mundo do trabalho, dialogando com questões atuais e necessárias, contribuindo para uma formação técnica condizente com os desafios contemporâneos, para que se possa vislumbrar no egresso de um curso técnico um trabalhador comprometido com uma sociedade mais justa e sustentável. Para contribuir na fundamentação teórica com essas novas categorias do PPEC, a escola propõe a criação de um banco de textos *online*, disponibilizado no *site* da instituição, para subsidiar pedagogos, coordenadores de curso e professores na elaboração dos novos projetos. Para a composição desse banco de textos como contribuição na elaboração dessa ação, propõe um estudo sistemático de alguns temas, como: trabalho como princípio educativo, pesquisa como princípio educativo, novas tendências do mundo do trabalho, legislações pertinentes à EPT, interdisciplinaridade, sustentabilidade, inovação e outros que poderão estimular a revitalização do currículo de EPT, tendo em vista a superação das dualidades e, conseqüentemente, a construção de uma EPT que vincule a teoria com a prática. A coordenação dessa ação será de responsabilidade de um pedagogo da escola, eleito pelos seus pares, levando-se em consideração seu perfil de

liderança, sua articulação e sua disponibilidade para atendimento nos três turnos de funcionamento da escola.

A segunda ação, “divulgação do PPEC na comunidade escolar”, trata da necessidade de uma comunicação mais efetiva entre a instituição escolar e a comunidade acadêmica (alunos, professores, funcionários administrativos e entidades que ofertam estágio), no sentido de esclarecer melhor a política, bem como de buscar novos interlocutores e parceiros. Para a concretização dessa ação, a escola utilizará os meios disponíveis já existentes no curso de Rádio e TV, potencializando, assim, esse curso e colocando o aluno como sujeito do processo de divulgação. Ainda nessa ação de divulgação, a escola propõe um trabalho integrado com a equipe de comunicação da Unidade Central - SECTTI/SEDU na produção de peças publicitárias.

Para a concretização das propostas de construção dos próximos PPECs, considerando os resultados levantados pela pesquisa, na terceira ação, propõe-se um encaminhamento à Unidade Central com a sugestão de alteração da carga horária do professor participante, adequando-a às necessidades do projeto. Essa proposta de alteração da legislação vigente se faz necessária para garantir uma participação mais efetiva de professores que hoje têm a sua inserção no PPEC limitada, devido à atual proporcionalidade da carga horária no projeto estabelecido na atual legislação.

Ainda em relação à proposta de alteração da legislação sugerida à Unidade Central, a quarta ação propõe a modificação da Portaria no que se refere à execução do projeto no contraturno e limitação do número de alunos por projeto. Essas duas questões foram apontadas pelos professores, no decorrer da pesquisa, como fatores que têm dificultado a participação e permanência dos alunos nos projetos. Desse modo, sugere-se discutir com as secretarias uma proposta de flexibilidade em relação à participação dos alunos no PPEC, tanto no que diz respeito ao contraturno, quanto ao quantitativo mínimo de alunos para a continuidade do projeto.

A necessidade de padronização de formulários utilizados pelos professores no PPEC constitui a quinta ação do plano, que também faz parte do conjunto de sugestões que serão enviadas à Unidade Central. Durante a pesquisa realizada com os professores, eles foram quase unânimes em destacar a importância desses documentos como mecanismo de transparência e a necessidade de sistematização e

documentação das ações executadas no projeto. Mas também ressaltaram a importância de padronização e simplificação dos referidos instrumentos. Vale destacar que a produção desses instrumentos configura-os como documentos comprobatórios para a Unidade Central, no que se refere ao pagamento de professores. A partir da contribuição dos professores, a escola vai promover grupos de trabalho com o objetivo de apresentar propostas concretas para a Unidade Central, cumprindo o seu papel de minimizar a burocratização, sem perder de vista os três conceitos norteadores do PPEC.

Para que esse conjunto de sugestões seja apresentado à Unidade Central e gere medidas de aprimoramento do PPEC, tornam-se necessárias algumas ações para sensibilização e reconhecimento da necessidade de melhorias e avanços dessa política pública. Para tanto, a escola propõe um Seminário Interno com a sua equipe pedagógica e a Gerência da Educação Profissional para apresentar as propostas sugeridas no Plano de Intervenção.

Já a sexta ação, “a inserção das temáticas: Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Inovação na formação continuada organizada nas Jornadas Pedagógicas”, trata do reconhecimento da inclusão dessas novas categorias para os próximos PPECs. Esse propósito é uma importante contribuição para uma formação mais solidificada para os professores acerca dessas categorias, dialogando com as novas teorias na formação continuada dos docentes. Para tanto se faz necessária a contratação de profissionais via ESESP¹³ para a realização de oficinas envolvendo as temáticas propostas nessa ação e, se possível, para além das jornadas pedagógicas, propor pequenas oficinas no decorrer dos semestres, envolvendo os alunos e os professores integrantes do PPEC.

A reorganização curricular dos cursos técnicos constitui a sétima ação proposta para a Educação Profissional Estadual, que tem o objetivo de atualizar a proposta curricular em consonância com as Diretrizes Curriculares da Educação Profissional. Para tanto, o CEET Vasco Coutinho assume o compromisso de iniciar essa discussão

¹³Escola de Serviço Público do Espírito Santo – ESESP, criada pela Lei nº 3.043, de 31 de dezembro de 1975, transformada em autarquia pela Lei 4.912, de 26 de junho de 1994. Tem como finalidade a execução de política de capacitação e o desenvolvimento dos servidores públicos estaduais para o desenvolvimento gerencial de suas competências e habilidades específicas e o seu desenvolvimento comportamental, visando à profissionalização do serviço público.

com a SECTTI, SEDU, Conselho Estadual de Educação e Universidades. O início dessa ação se dará por meio de um estudo sistemático das Diretrizes Curriculares por todos os profissionais da escola e o estudo do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, como subsídios para os profissionais envolvidos. Essa proposta se configura como ponto de partida para apresentar conceitos básicos de EPT, principalmente para os profissionais que iniciam suas atividades de docência na escola. A partir dessas leituras básicas, a escola prossegue no sentido de avançar na proposta de consolidar um grupo mais amplo de estudo envolvendo os atores externos.

A oitava ação no plano refere-se ao Seminário de Culminância dos projetos. Esse seminário terá como objetivo disseminar o PPEC para toda a comunidade, por meio de Conferência de Abertura, Mesas Redondas, Minicurso e Apresentação de Trabalhos pelos alunos, com a finalidade de mostrar para as demais escolas da região, SECTTI e SEDU, a experiência vivida pela escola com o projeto, como forma de expandir e levar a mais pessoas ao debate central. Essa ação deverá ser organizada pelos Cursos Técnicos em Eventos e Rádio e TV, buscando potencializar esses cursos e colocar em prática seu aprendizado, principalmente no que trata da captação de recursos. A ação propõe um planejamento, com a antecedência necessária, envolvendo os alunos e professores desses cursos, visando à busca de parceiros para garantir o financiamento. A participação do curso de Rádio e TV torna-se necessária para desempenhar a função de divulgação e registros por meio das mídias disponíveis na escola.

Sendo assim, as ações elencadas neste Plano de Ação Educacional propõem estudo, análise crítica e reflexão em relação à política pública do PPEC como instrumento de superação das dualidades, contribuindo para uma Educação Profissional pautada na cidadania e em consonância com o mundo do trabalho. O objetivo é o de superar as fragilidades apresentadas pelo projeto, buscando aprimorar essa política pública, aproximando a teoria da prática.

3.2 Síntese do Plano de Ação Educacional

AÇÃO	JUSTIFICATIVA	PRAZO	RESPONSÁVEL	MÉTODO	RECURSOS NECESSÁRIOS
Elaboração do PPEC inserindo as três categorias: interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Inovação	Contribuição de forma efetiva com os currículos dos cursos técnicos, aproximando a teoria à prática, a partir das inserções das três categorias.	Durante sua elaboração	Equipe pedagógica/SECTTI/SE DU	Realização de reuniões entre os professores e coordenadores de curso na elaboração da proposta do projeto atendendo a essas três categorias.	Sem custo adicional
Divulgação do PPEC na Comunidade Escolar	Melhoria do entendimento por parte da comunidade escolar em relação à proposta do projeto, suas finalidades e oportunidades.	No início das atividades escolares	Equipe pedagógica e o Curso de Rádio e TV	Potencializar o Curso de Rádio, utilizando os recursos de mídias para o processo da divulgação.	Sem custo adicional
Alteração da carga horária do professor participante do PPEC, adequando-a de acordo com a	A lei estabelece 50% da carga horária do professor na instituição para o PPEC. Isso tem comprometido a carga	Antes da mudança sugerida na Lei nº 9.971/12	SECTTI/GOVERNO	Promoção de encontro entre SECTTI/SEDU/ES COLA.	R\$ 11.020,10* ¹⁴

* Para a base de cálculo, foi considerado um número de 13 professores que possuem carga horária inferior a 5 horas/aula. A sugestão de incluir mais 10 horas torna-se importante para garantir uma participação mais efetiva do professor no PPEC, tomando como base a tabela de remuneração de professor de Educação Profissional do Estado do Espírito Santo, com o valor de uma hora/aula de R\$ 84,77 (nível de pós-graduação *lato sensu*) correspondendo à maioria dos profissionais que atuam na instituição pesquisada.

necessidade do projeto	horária do projeto, visto que alguns professores dispõem de uma carga horária pequena, não atendendo ao desenvolvimento do PPEC.				
Alteração das Portarias 015- R e 020-S, no que se refere à execução do projeto no contraturno e limitação do número de alunos	Necessidade de flexibilidade em relação à execução do projeto, visto que muitos alunos desistiram do mesmo devido à obrigatoriedade de seu cumprimento no contraturno, assim como a obrigatoriedade do quantitativo mínimo de alunos para a continuidade do projeto.	Antes da publicação da nova Portaria	ESCOLA/SECTTI/SEDU	Reunião para discutir a Portaria.	Sem custo adicional
Padronização dos formulários utilizados nos relatórios de PPEC	A partir da necessidade de melhorar os formulários, atendendo à gestão da escola e da Unidade Central, visando à prestação de contas no pagamento dos docentes.	Durante e após a execução do PPEC	ESCOLA/SECTTI	Reunião para discutir e sugerir os modelos de relatórios.	Sem custo adicional
Inserção das temáticas	Possibilitar aos professores uma	Início dos semestres	Equipe	Palestras e oficinas que abordem as	R\$ 800,00

Interdisciplinaridade e Sustentabilidade e Inovação na formação continuada organizada nas jornadas pedagógicas	fundamentação teórica acerca das três categorias contempladas pelo PPEC.	letivos	pedagógica/SECTTI/SE DU	três categorias, relacionando-as com os currículos dos cursos técnicos.	* Valor de referência retirado da tabela da ESESP pago a dois profissionais por três hora/aula.
Reorganização curricular dos cursos técnicos	Considerando os resultados da pesquisa, verifica-se a necessidade de reorganização dos currículos dos cursos técnicos, tendo em vista as novas exigências do mundo do trabalho.	No decorrer do ano letivo	ESCOLA/SECTTI/SEDU	Constituição de um Grupo de Trabalho, envolvendo Conselho Estadual de Educação, SECTTI, SEDU, Universidade e Professores da Escola.	Sem custo adicional
Seminário de culminância dos Projetos e apresentação da pesquisa de Mestrado da Gestora da Escola	A importância de apresentar os resultados da pesquisa, valorizar as produções dos alunos e divulgação dessa política pública, por meio da participação de alunos, professores, funcionários, escolas estaduais da região, SEDU, SECTTI.	Na finalização do projeto	ESCOLA	Reuniões preparatórias, definição do público-alvo e organização do evento para busca de parceiros, com a participação dos alunos dos cursos de Eventos e Rádio e TV.	Sem custo adicional

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrer sobre as “Contribuições à implementação do PPEC: superando dualidades”, reafirma-se que o projeto, como concretização das políticas públicas, pode ser um valioso instrumento para a revitalização do currículo de EPT. Mas, por outro lado, é necessário considerar as interferências na rotina escolar, e também as limitações da legislação no que se refere à participação do aluno no PPEC.

As experiências vivenciadas durante a implantação do PPEC e da pesquisa contribuíram para perceber que cada escola é fruto da sua história e de suas contradições. Existem muitas alternativas para aproximar a teoria da prática e o PPEC pode ser uma delas. Uma alternativa que é válida numa determinada conjuntura, num determinado local ou contexto pode não ser em outra situação.

As descobertas, ao longo deste trabalho, foram permitindo novos caminhos de investigação e compreensão do PPEC como política pública. A partir do ingresso no Mestrado em Avaliação e Gestão pelo CAED-UFJF, houve a necessidade de realizar uma pesquisa que tivesse como objeto um tema focado no currículo de EPT. Durante a pesquisa, surgiram elementos importantes que deixaram marcas nem sempre perceptíveis ao olhar do gestor, mas aquelas que foram identificadas foram trazidas ao diálogo e incorporadas ao processo de investigação.

Com este trabalho, veio a descoberta de que nem tudo é conforme parece ser. Ao pesquisar esse processo histórico de implantação do PPEC, essas idas e vindas com os sujeitos no decorrer da pesquisa, foram identificadas situações que poderão contribuir para o aprimoramento dessa política. Como exemplo, é possível citar a situação ocorrida no trabalho “Bolsas Recicláveis”, com o produto tóxico do *banner* causando problemas de alergias para os alunos. Esse fato pode culminar em outro projeto de pesquisa, que coloca em prática um dos preceitos do PPEC no que se refere à prática da pesquisa. Dessa forma, com essa situação-problema, a escola evidencia uma questão fundamental de pesquisa com enfoque interdisciplinar. Assim, pode-se afirmar, que, para além dos conflitos, das contradições, os PPECs têm se configurado em um espaço rico de criatividade, descobertas e solidariedade entre os alunos e professores.

Em busca de possíveis respostas para avaliar essa política pública, foi realizada uma pesquisa com alunos e professores, com o objetivo de trazer novos elementos para aprimorar o projeto. Porém, os papéis dos atores que participaram

desse processo foram relevantes não apenas para partilhar as suas ideias, mas os seus sentimentos, em alguns momentos de crença, em outros de críticas e até de expectativas.

A percepção obtida neste trabalho, por meio da coleta de dados dos professores, dos alunos e por meio das leituras revela que esse projeto pode ter uma importante contribuição para a revitalização do currículo dos cursos técnicos ofertados na instituição de ensino focalizada, apesar das dificuldades enfrentadas por ele. Porém, é importante reforçar que a qualidade no ensino técnico implica em um conjunto de outras ações em que o PPEC pode ser um elemento facilitador para a formação interdisciplinar que se dá na prática cotidiana, contribuindo para a construção de uma escola profissional mais inclusiva e cidadã.

Na trajetória da pesquisa dos PPECs, que conta com a participação dos alunos e professores, foi possível perceber e compreender com esses sujeitos, por meio das entrevistas que foram concedidas, a crença no PPEC, como a fala do professor B revela: “[...] realmente o PPEC foi uma excelente política para a Educação Profissional, cria oportunidades para os alunos no sentido de praticar o que estão estudando”. Esse entrevistado destaca ainda que, “para os professores, o projeto poder ter o objetivo de criar novos trabalhos e publicá-los. Para a escola e o curso técnico, contribui para a revitalização do currículo e divulgação para a comunidade”.

O sentimento é partilhado com outros professores que também se posicionaram no decorrer da pesquisa. É válido reforçar que o objetivo desta dissertação foi o de possibilitar o debate acerca de EPT como possibilidade para romper com a visão utilitarista de formar apenas para o mercado de trabalho, e potencializar o PPEC como um espaço importante para concretizar outra política de Educação Profissional, ou seja, uma pesquisa que foca o trabalho como princípio educativo. E, conseqüentemente, colocando em prática uma Educação Profissional que busca aproximar a teoria da prática como possibilidade da superação das dualidades.

Os PPECs na Rede Estadual de Ensino são desenvolvidos a partir de uma singularidade que propõe uma análise apurada para a obtenção de dados. No caso da escola pesquisada – CEET Vasco Coutinho – percebe-se que, no decorrer dos cinco (5) anos desde a sua implantação, foi apontado pelos sujeitos da pesquisa que o PPEC configura-se como um projeto que deve permanecer e deve ser aprimorado

para contribuir para a melhoria das práticas pedagógicas, a fim de trazer novos elementos do mundo do trabalho para a formação técnica dos alunos.

É possível afirmar, então, que o PPEC, em cada realidade escolar, torna-se um projeto que se constrói continuamente, como um espaço de integração entre a teoria e a prática. Dessa forma, coloca-se em prática um currículo de EPT que também busca um diálogo permanente com as novas tendências do mundo do trabalho, buscando superar as dualidades.

Pode-se afirmar, também, que o PPEC, ao ser priorizado no Plano de Intervenção, abre uma oportunidade para ressignificar o papel do gestor na condução de um currículo inovador para EPT. Nesse contexto, o gestor passa a ser um pesquisador da própria prática e, a partir das contribuições teóricas recebidas no decorrer do Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, estabelece um diálogo permanente com novas teorias que poderão contribuir para uma gestão de EPT mais dinâmica e coerente com a contemporaneidade. Vale ressaltar que o empenho da pesquisadora e gestora da escola no cumprimento de um currículo de EPT em consonância com as novas expectativas do mundo do trabalho estende-se a todos os alunos da escola, principalmente àqueles que não participam do PPEC, considerando o caráter facultativo desse projeto.

As falas dos sujeitos envolvidos neste trabalho de pesquisa de mestrado indicam que o PPEC representa desafios e, ao mesmo tempo, um instrumento facilitador para a escola, na medida em que a integração da teoria com a prática tem proporcionado uma formação complementar, contribuindo para que se vislumbrem, ainda que tênues, as perspectivas de qualificação do Ensino Técnico de Nível Médio e de inclusão de muitos jovens e adultos no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline Bertino. **Escola pública e pobreza: expansão escolar e formação da escola dos pobres no Brasil**. 2004. 278f. Tese (Doutorado em Movimentos Sociais e Políticas Públicas) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

ARAÚJO, Almério Melquíades de. **Inovação, Empreendedorismo na Educação Profissional**. Centro Paula Souza, São Paulo, 1ª Edição, 2013.

ARAUJO, Ronaldo M. de Lima. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36, 2013, Goiânia. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt09_trabalhos_pdfs/gt09_3041_texto.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2014.

_____. et al. **A Educação Profissional no Pará**. Belém: EDUFPA, 2007.

ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz; CASTANHO, Maria Eugênia de Lima e Montes. Educação, inovação e o professor universitário. **Revista E-Curriculum**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 2, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ecurriculum>>. Acesso em: 20 maio 2015.

BABBIE, Earl R. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **Métodos de pesquisa de survey**. Trad. Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BARBOSA, Soila. Educação profissional, sustentabilidade e cidadania na sociedade contemporânea. **GEPROS**. Gestão da Produção, Operações e Sistemas. Ano 4, n. 4, p. 11-24, out./dez. 2009.

BRASIL. Decreto nº 2.208/97, de 17/04/1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei nº 9.394/96. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

_____. Decreto nº 5.154/04, de 23/07/2004. Regulamenta o § 2º do art.36 e os art. 39 a 41 da Lei nº 9.94/96. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jul. 2004.

_____. Decreto nº 6.302, de 12/12/07. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 dez. 2007.

_____. **Dilma é reempossada e anuncia lema do novo governo**. Portal Brasil, 01 jan. 2015. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/dilma-toma-posse-para-seu-2-mandato-nesta-quinta>> Acesso em: 27 fev. 2015.

_____. **Educação brasileira: indicadores e desafios**. Documento de consulta. Brasília: MEC/FNE, 2013. p. 17. Disponível em: <conae2014.mec.gov.br>. Acesso em: 03 dez. 2014.

_____. Lei nº 4.024/61, de 20/12/1961. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

_____. Lei nº 5.692/71, de 11/08/1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

_____. Lei nº 7.044/82, de 18/10/1982. Altera os dispositivos da Lei nº 5.692/71, referente à profissionalização do ensino de 2º grau. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 out. 1982.

_____. Lei nº 9.394/96, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 11.195/05, de 18/11/2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948 de 08/12/94. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2005. Edição Extra.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 06**, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em <www.mec.com.br>. Acesso em: 06 de out. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)**. 2012. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/cnct/apresentacao.php>>. Acesso em: 06 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. SECAD. **Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Portal do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf>>. Acesso em: 06 out. 2014.

CARBONEL, Jaime. **A aventura de inovar**: a mudança na escola. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CASTANHO, Maria Eugênia de Lima e Montes. Docência e Inovação na área de ciências exatas e engenharias. **Revista de Educação PUC – Campinas**, Campinas, n. 12, jun. 2002.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **O ensino médio integrado** - concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CORDÃO, Francisco Aparecido. Desafios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 26-47, maio/ago. 2013.

COSTA, Marisa Vorrabe. **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação brasileira**: projetos em disputa. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Unesp, 2000.

DEMO, P. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Teoria e prática da avaliação qualitativa. **Temas do 2º Congresso Internacional sobre Avaliação na Educação**. Curitiba/PR, 2004. p. 156-166.

DOURADO, Luís Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

ESPÍRITO SANTO (Estado). CEE. **Resolução CEE nº 3.453**, de março de 2013. Disponível em: <www.dioes.com.br>. Acesso em: 06 set. 2014.

_____. **Decreto nº 2.896-R**, de 18 de novembro de 2011. Institui a nova denominação da Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho – SECTTI.

_____. Decreto nº 3252-R, de 13 de março de 2013. Regulamenta a Lei Complementar nº 664/12, que amplia o Programa de Inclusão Social do Sistema de Transporte Urbano de Passageiros da Região Metropolitana da Grande Vitória – Transcol Social, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Vitória, 14 mar. 2013.

_____. Lei nº 9.265, de 15 de julho de 2009. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Vitória, 16 jul. 2009. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LO9265.html>. Acesso em: 05 abr. 2015.

_____. **Lei nº 9.971/12**. Transfere os Centros Estaduais de Educação Técnica – CEET da Secretaria de Estado da Educação – SEDU para a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho – SECTTI; cria cargos temporários para a SECTTI e SEDU e dá outras providências. Disponível em: <www.dioes.com.br>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. Lei Complementar nº 664, de 27 de dezembro de 2012. Regulamenta o artigo 229 da Constituição do Estado do Espírito Santo, alterado pela Emenda Constitucional nº 86, de 16 de julho de 2012. **Diário Oficial do Estado**, Vitória, 28 dez. 2012.

_____. **Plano Estratégico Estadual do Estado do Espírito Santo – 2011/2014**.

_____. **Portaria nº 502**, de 03 de dezembro de 1998. Estabelece normas que disciplinam a matrícula nas escolas da Rede Estadual de Ensino para o ano de 1999. Vitória, ES, 1998.

_____. **Portaria nº 151-R**, de 6 de outubro de 2005. Disponível em: <www.dioes.com.br>. Acesso em: 06 de setembro de 2014.

_____. **Portaria nº 015-R**, de 10 de fevereiro de 2014. Disponível em: <www.dioes.com.br>. Acesso em: 20 de setembro de 2014.

_____. **Portaria nº 020-S**, de 08 de abril de 2014. Disponível em: <www.dioes.com.br>. Acesso em: 06 de setembro de 2014.

_____. **Projeto Político Pedagógico PPP – CEET Vasco Coutinho**, 2014.

_____. **Proposta Curricular de 2º Grau**. v. II. 1975.

_____. Secretaria de Desenvolvimento do Espírito Santo/SEDES. **Um excelente lugar para se trabalhar, investir e viver**. Vitória, 2013. Disponível em: <www.sedes.es.gov.br>. Acesso em: 04 out. 2014.

_____. Secretaria de Educação. **Um estudo sobre a educação do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1980.

_____. SECTTI. **Relatório da Gerência da Educação Profissional da Secretaria de Estado da Educação**, 2013.

_____. SEDU. **Relatório da Gerência da Educação Profissional da Secretaria de Estado da Educação**, 2012.

_____. SEDU. **Relatório da Gerência da Educação Profissional da Secretaria de Estado da Educação**, 2013.

_____. **Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves/IJSN. 2008. Disponível em: <www.es.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. **Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves/IJSN, 2012. Disponível em: <www.es.gov.br>. Acesso em: 19 ago. 2014.

_____. **Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves/IJSN, 2013. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=4011:sintese-dos-indicadores-sociais-do-espírito-santo-2013&catid=46&Itemid=2013>. Acesso em: 19 ago. 2014.

FAZENDA, Ivani C. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 1979.

_____. **Interdisciplinaridade**: um projeto em parceria. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1227-1249, set./dez. 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez. p. 106-127, 2005.

_____. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005.

_____. **A política de educação profissional no Brasil contemporâneo: avanços, recuos e contradições frente a projetos de desenvolvimento em disputa**. Campinas: UNICAMP, 2014.

_____. A gênese do Decreto nº 5.154/04: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: Trabalho necessário. **Revista Eletrônica do Neddade**. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/MMGTN3.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 01, p. 41-62, 1995.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. p. 8.

_____. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. In: CAMPELLO, Ana Margarida; RAMOS, Marise (Org.). **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, Suplemento, p. 67-82, 2009.

_____. Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambiguidades. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 175-192, set./dez.1985.

FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil**. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HENRIQUES, Ricardo et al. (Org.). In: Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. **Cadernos CECAD**, Brasília: SECAD/MEC, 2007. p. 29.

LOPES, Alice C. Política de currículo: recontextualização e hibridismo. **Currículo sem fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 50-64, jul./dez. 2005. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 13 abr. 2015.

KNAUS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sonia L. (Org.). **Repensando o ensino de História**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 30-43.

LIMA, Marcelo. **Plano Estadual de Educação Profissional do Estado do Espírito Santo**. Vitória: PEP, 2010.

LINHARES, Célia, De uma cultura de guerra para uma cultura de paz e justiça social: movimentos instituintes em escolas públicas como processos de formação docente. In: LINHARES, Célia; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Formação de professores: uma crítica à razão e à política hegemônicas**. Rio de Janeiro; DP&A, 2002.

_____. Experiências instituintes na educação pública? Alguns porquês dessa busca. In: **Revista da Educação Pública**, Cuiabá/MT, v. 16, p. 139-160, maio/ago. 2007.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MATUS, C. **Adeus, senhor presidente: governantes governados**. São Paulo: Fundap, 1996.

MELO, Alessandro de; MEZNEK, Ivone. **Gestão na Educação Profissional**. Curitiba: IFPR, 2011. (Educação a Distância).

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MURARO, M. C. **Relatório do ensino médio e a educação profissional**. Vitória: SEDU, 2007.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. v. III. Curitiba: IFPR-EAD, 2014. (Coleção de Formação Pedagógica).

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar/EDUSP, 1974.

OLIVEIRA, Ramon de. Por uma educação profissional democrática e emancipatória. In: _____. (Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional**. Campinas: Papirus, 2012.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio** – Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília: Setec/ MEC; São Paulo: Fundação Santillana/Moderna, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor Escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

RAMOS, Marise. O projeto unitário do ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

_____. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Concepção do ensino médio integrado**. 2007. Disponível em: <http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2015.

_____. **Políticas e Diretrizes para a Educação Profissional no Brasil**. Curitiba: IFPR, 2011.

_____. **História e política da educação profissional**. v. V. 1. ed. Curitiba: IFPR-EAD, 2014. (Coleção Formação Pedagógica).

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica e lutas de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzar. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória - 1950/1980**. 1991. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, 1991.

TRINDADE, Diamantino Fernandes. Interdisciplinaridade: um novo olhar sobre as ciências. In: FAZENDA, Ivani. **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

UFES - **Relatório Estadual da Pesquisa Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil**: Espírito Santo/Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais. Vitória, 2010.

ZANETTI, Maria Aparecida. **Política educacional e LDB: algumas reflexões**. 1997. Disponível em: <<http://www.ifil.org/Biblioteca/zanetti.htm>>. Acesso em: 28 de novembro de 2014.

ANEXO A – CONTRATOS

Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Educação
CENTRO Estadual de Educação Técnica

Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER
Gerência de Recursos Humanos - GERER

"Vasco Coutinho"
Criado pela Portaria nº 151
D.O. - 07/10/2005
Rua Luciano das Neves,
S/Nº - Centro V. Velha
Tel.: 3329-8923

DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA

DADOS PESSOAIS

01-Nº Funcional 02-Nº Vinc 03-CPF
2750147 80004446-31

04-Nome
Berlane Corcetti

05-Sexo ☐ Masc ☒ Fem 06-OT Nascimento 07-Naturalidade 08-UF Nasc
12-06-70 nova Iguaçu RJ

09-Nome Pai Sebastiana Corcetti

10-Nome Mãe Sebastiana Souza de Almeida Corcetti

11-Estado Civil 12-Escolaridade 13-Nacionalidade 14-Ano Ch Brasil 15-Ano 1º Empr
Solteira Superior Completo 10 - -

16-Nº Cart Identidade 17-Tipo 18-Órgão Expedidor CI 19-Data Expedição CI 20-UF CI
M-5.811.651 CI SSP 24-11-88 MG

21-Número Título Eleitoral 22-Zona Eleitoral 23-Secção 24-UF Tit
925414802/81 281 59 MG

25-Nº Cart Profissional 26-Série CTPS 27-UF CTPS 28-Data Expedição CTPS
57908 MG/0053 MG 10-02-92

ENDEREÇO

29-Tipo Logradouro 30-Denominação Logradouro 31-Número
Rua Castelo Branco 1800

32-Complemento 33-Bairro/Distrito
Aptº 101 Centro

34-Município 35-UF 36-CEP 37-Nº Telefone
Vitória Velha ES 29100-041 32297113

DADOS BANCÁRIOS

38-Banco 39-CD Agência 40-Nº Conta Corrente 41-Tipo Pagamento 42-PIS/PASEP
21 091 - CH-SAL 12464397-27-1

DESIGNAÇÃO

43-DT Início 44-DT Fim 45-Regime Jurídico 46-TP Vínculo 47-Categoria
16-01-06 24-03-06 ESTATUTÁRIO CONT TEMPORÁRIO DT-M

LOCALIZAÇÃO

48-CD Unid Adm (BF) 49-Denominação da Unidade Administrativa
10065568101 CEET - Vasco Coutinho

50-Município de Localização da Unidade Administrativa 51-Telefone p/ Contato
Vitória Velha 32299309

PROVIMENTO

52-CD Cargo 53-Referência 54-CH Semanal 55-Forma Provimento 56-Horário Trab
182 III-01 28 DT-MXVAGA 45

ATUAÇÃO

57-CD Nível Atuação 58-Turno Trab 59-Planejamento 60-CH Plan
15 DT HORAS ATIVIDADE 14

61-CD Disciplina 1 62-CH Discip 1 63-CD Disciplina 2 64-CH Discip 2
Org. de Empresas 08 Gerencia de Projetos 02

65-CD Disciplina 3 66-CH Discip 3 67-CD Disciplina 4 68-CH Discip 4
Administração 04

69-CD Disciplina 5 70-CH Discip 5 71-Disciplina Nova 72-CH D Nova

73-CD Projeto 74-Denominação do Projeto 75-Carga Hor

TITULAR DO CARGO		
76-Nº Funcional	77-Nome	
78-Nº Vinc (1º)	79-Denominação Cargo 1	80-CH Sem 1
81-Nº Vinc (2º)	82-Denominação Cargo 2	83-CH Sem 2
CIÊNCIA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES/ACUMULAÇÃO DE CARGOS		
84-Declaração de Ciência de Direitos e Obrigações: Declaro estar ciente dos Direitos e Obrigações do Professor designado temporariamente, na forma da Legislação em vigor.		
85-Declaração de Acumulação de Cargos ☒ Declaro não ocupar cargo/função na Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal. ☐ Declaro ocupar cargo/função na Administração Pública. A presente declaração é firmada com pleno conhecimento de que qualquer omissão constituirá presunção de má fé, na forma dos §§ 1º e 2º, do Art. 224, da Lei Complementar 46/94.		
86-Denominação do Cargo/Função (se ocupar outro cargo/função)		87-Denominação do Órgão (se ocupar outro cargo/função)
88-Local Atala Velha-ES	89-Data 17-01-06	
90-Assinatura do Designado (por extenso) Mário de Penha S. Soares	91-Carimbo e Assinatura do Diretor Mário de Penha S. Soares Diretora - Aut. 96/05 CEET - Vasco Coutinho	
HOMOLOGAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA		
92-Local	93-Data	
94-Carimbo e Ass do Superintendente		
OBSERVAÇÕES		
Artigos 222 e 224, da Lei Complementar 46/94, que trata da acumulação de cargos:		
"Art. 222. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto: I - dois cargos de professor; II - um cargo de professor com outro técnico ou científico; III - dois cargos privativos de médico; IV - um cargo de professor com outro de juiz; V - um cargo de professor com outro de promotor público. § 1º. Em quaisquer dos casos, a acumulação somente será permitida quando houver compatibilidade de horários. § 2º. A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, economia mistas e fundações públicas mantidas pelo poder público." "Art. 224. Verificada em processo administrativo-disciplinar a acumulação proibida, e provada a boa-fé, o servidor público optará por um dos cargos, sem prejuízo do que houver percebido pelo trabalho prestado no cargo que renunciar. § 1º. Provada a má-fé, o servidor público perderá ambos os cargos, empregos ou funções e restituirá o que tiver recebido indevidamente. § 2º. Na hipótese do parágrafo anterior, sendo um dos cargos, empregos ou funções exercidos em outro órgão ou entidade, a demissão lhe será comunicada."		

ANEXO B - Tabela PPEC

PPEC SEDU							
Nº	MUNICÍPIO	ESCOLA	CURSO	MODALIDADE	NOME DO PROJETO	OBJETIVOS	SITUAÇÃO DO PROJETO
01	SERRA	EEEFM MESTRE ALVARO	ADMINISTRAÇÃO	SUBSEQUENTE	CRIANDO E DESENVOLVENDO SEU NEGÓCIO	Aplicar a teoria da administração/contábil na prática de um negócio/empresa e como criar seu próprio negócio.	Favorável
02	SERRA	EEEFM MESTRE ALVARO	ADMINISTRAÇÃO	SUBSEQUENTE	FORMALIZANDO UMA EMPRESA DENTRO DOS CRITÉRIOS DE EMPREENDEDORISMO DO MÓDULO II & III	Aplicar as teorias da administração, focando nos conceitos estudados quanto à ética profissional, à legislação em vigor, aos métodos e às técnicas para o desenvolvimento das tarefas, e criar métodos de gerenciamento da produção dos produtos ou serviços a serem oferecidos ao consumidor final.	Favorável
03	CASTELO	EEEM EMÍLIO NEMER	ADMINISTRAÇÃO E VENDAS	SUBSEQUENTE E EMI	CRIANDO CULTURA DE BEM-ESTAR E SEGURANÇA NO AMBIENTE PROFISSIONAL	Proporcionar ao aluno desenvolver-se como um empreendedor, visando a uma formação técnica, científica e humanista para o exercício da cidadania, atendendo a um mercado altamente tecnológico, exigente e competitivo na vida profissional.	Favorável
04	DOMINGOS MARTINS	EEEFM GISELA	ADMINISTRAÇÃO	SUBSEQUENTE	UM OLHAR EMPREENDEDOR:	Possibilitar aos alunos a relação entre os conhecimentos adquiridos no processo de	Favorável

		SALLOKER FAYET			TRANSFORMANDO E IDENTIFICANDO CONCEITOS EM AÇÕES	ensino com a prática alavancando o desenvolvimento profissional e pessoal.	
05	AFONSO CLAUDIO	EEEFM AFONSO CLAUDIO	MEIO AMBIENTE	SUBSEQUENTE	TÉCNICOS EM PRÁTICA, É FAZENDO QUE SE APRENDE	A interação entre pesquisa prática, teoria, processamento de dados e interpretação, além de estimular o enriquecimento de conhecimentos por meio da interdisciplinaridade e a geração/ difusão de conhecimentos.	Favorável
06	AFONSO CLAUDIO	EEEFM AFONSO CLAUDIO	INFORMÁTICA	SUBSEQUENTE E EMI	PROJETO CONEXÃO JOVEM	Proporcionar aos alunos do curso Técnico em Informática a oportunidade de participação em atividades de extensão curricular, promovendo o conhecimento na área, estimulando o aprendizado de novas tecnologias, a troca de informações, a disseminação das novas tendências no campo da informática, a interação com empresas e organizações atuantes e referenciais e o preparo de profissionais capacitados para atuarem no mercado de trabalho.	Favorável
07	BREJETUBA	EEEFM ALVARO CASTELO	ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE	EMI	EU FAÇO A MINHA PARTE!	Capacitar administradores e contadores a exercerem funções de planejamento empresarial de forma empreendedora, crítica e consciente das mudanças que vêm ocorrendo no mundo globalizado.	Favorável
08	CACHOEIR O DE	CEI ATTILA DE ALMEIDA	RECURSOS HUMANOS,	SUBSEQUENTE	CEI TÉCNICO INTERATIVO	Proporcionar uma visão multidisciplinar e dinâmica do conhecimento das melhores	Favorável

	ITAPEMIRIM	MIRANDA	SECRETARIADO E LOGÍSTICA			práticas seguras e saudáveis no Eixo de Gestão e Negócios nos respectivos cursos, contribuindo significativamente para a melhoria do desempenho profissional dos alunos.	
09	CONCEIÇÃO DO CASTELO	EEEFM PROF. ^a ALDY SOARES MERÇON VARGAS	LOGÍSTICA E INFORMÁTICA	SUBSEQUENTE E EMI	INTEGRAÇÃO INFO-LÓGICA: PROMOVENDO O VOLUNTARIADO E A SUSTENTABILIDADE DE FORMA SINÉRGICA	Dar visibilidade aos cursos dentro da realidade do mercado do município de Conceição do Castelo, bem como despertar o interesse nos futuros profissionais, que serão fundamentados conforme cronograma do PPEC.	Favorável
10	LARANJA DA TERRA	EEEFM LUIZ JOUFFROY	AGRONEGÓCIO	EMI	GESTÃO AMBIENTAL E O AGRONEGÓCIO: UMA OPORTUNIDADE DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos técnicos e desenvolver atitudes, habilidades e valores necessários à formação profissional dos educandos.	Favorável
11	SERRA	EEEFM ANTONIO ENGRACIO DA SILVA	LOGÍSTICA	SUBSEQUENTE	PROJETO: REDE LOGÍSTICA E SUAS POTENCIALIDADES	Estimular a interação entre a teoria e a prática no âmbito da formação profissional articulada com o mundo do trabalho e as práticas sociais, buscando a excelência do processo ensino-aprendizagem.	Favorável
12	SANTA MARIA DE JETIBÁ	EEEFM GRAÇA ARANHA	ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE	SUBSEQUENTE	CONSTRUINDO UMA ESCOLA SUSTENTÁVEL: EU CUIDO DO MEU LIXO. E VOCÊ?	Promover a conscientização das empresas nas áreas administrativas e contábeis, para que exerçam efetivamente sua responsabilidade ambiental.	Favorável
13	AFONSO	EEEFM AFONSO	ADMINISTRAÇÃO	SUBSEQUENTE	TRANSFORMANDO	Possibilitar aos alunos uma formação efetiva, visando à consolidação dos conhecimentos	

	CLAUDIO	CLAUDIO	O	E EMI	IDEIAS EM AÇÕES	adquiridos no processo ensino-aprendizagem, contribuindo para um melhor desenvolvimento profissional.	Favorável
14	SERRA	EEEFM PROF ^a JURACI MACHADO	RECURSOS HUMANOS	SUBSEQUENTE	EMPRESA NO SEGMENTO DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E TREINAMENTO	Desenvolver a autoestima dos estudantes, preparando-os para entrarem no mercado de trabalho.	Favorável
15	VITÓRIA	EEEFM ALMIRANTE BARROSO	INFORMÁTICA	SUBSEQUENTE	PROJETO DE INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL /DESENVOLVIMENTO DE POLO EAD	Implementar um sistema de polo EAD, oferecendo à comunidade em geral um curso de segurança em internet via EAD.	Favorável
16	SERRA	EEEFM ZUMBI DOS PALMARES	ADMINISTRAÇÃO	SUBSEQUENTE	FEIRA DE NEGÓCIOS INFORMAIS NA ESCOLA	Incentivar a ação em conjunto entre escola, por meio do embasamento teórico e prático do educando, fazendo com que este participe da sua comunidade, comungando com ela as dificuldades encontradas pelas famílias no momento de administrar seus negócios informais, tendo como objetivo que os futuros administradores auxiliem os comerciantes sobre como gerirem, de maneira eficaz, os seus negócios, contribuindo para que os mesmos ampliem seus conhecimentos sobre os mecanismos disponíveis para a formalização.	Favorável
17	VARGEM	EEEFM PRESIDENTE	AGRONEGÓCIO E VENDAS	EMI E SUBSEQUENTE	PRODUÇÃO E VENDA DE ADUBO	Desenvolver com os alunos uma técnica de compostagem, mostrando que o material	Favorável

	ALTA	LUEBKE			ORGÂNICO	considerado lixo pode ser reciclado e se tornar fonte de renda que pode ser comercializada.	
18	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	EEEFM ZACHEU MOREIRA DA FRAGA	RECURSOS HUMANOS	SUBSEQUENTE	A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE SUPLEMENTAR NO SETOR DE ROCHAS ORNAMENTAIS	Analisar a viabilidade e as formas de implantação de um sistema de saúde suplementar ao redor das rochas ornamentais do distrito de Soturno.	Favorável
19	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	EEEFM PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS	CONTABILIDADE	SUBSEQUENTE	CONTABILIDADE E PRÁTICA PROFISSIONAL	Proporcionar ao educando o desenvolvimento de habilidades e competências em sintonia com as propostas dos cursos e as necessidades do mercado de trabalho.	Favorável
20	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	EEEFM PROF. CLAUDIONOR RIBEIRO	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS JURÍDICOS	SUBSEQUENTE	RESPONSABILIDADE SOCIAL, UM COMPROMISSO DE TODOS	Preparar os educandos para o desafio do trabalho, a fim de exercerem suas atividades visando à responsabilidade social, ética e moral para um ambiente de trabalho mais humanizado.	Favorável
21	JERÔNIMO MONTEIRO	EEEFM JERONIMO MONTEIRO	ADMINISTRAÇÃO	SUBSEQUENTE	GINCANA “DA TEORIA PARA A AÇÃO”	Garantir ao aluno um aperfeiçoamento prático exigido nas ações realizadas pelas atividades da gincana e, ao mesmo tempo, oferecer à comunidade local uma perspectiva de integração com a realidade organizacional.	Favorável
22	MUQUI	EEEFM SENADOR DIRCEU CARDOSO	AGRONEGÓCIO	EMI	EMPREENDEDORISMO EM AÇÃO: DIGA SIM!!! (SETOR DE INSPEÇÃO MUNICIPAL)	Levar ao empreendedor rural maior segurança no trabalho e viabilizar seus produtos para a comercialização, divulgando a responsabilidade na produção e comercialização de um produto de melhor	Favorável

						qualidade e com selo de Inspeção Municipal.	
23	ARACRUZ	EEEFM PRIMO BITTI	ADMINISTRAÇÃO	EMI	ADMINISTRANDO O CONHECIMENTO E AS NOVAS TECNOLOGIAS	Ampliar os conhecimentos educacionais e culturais de técnicas de gestão e acesso a modernos instrumentos de análise técnica, econômica e financeira de projetos nas áreas administrativas e tecnológicas.	Favorável
24	LINHARES	EEEFM ANTONIETA BANHOS FERNANDES	RECURSOS HUMANOS	EMI	DESENVOLVENDO A PRÁTICA DA GINÁSTICA LABORAL E SEGURANÇA NO TRABALHO NAS EMPRESAS	Aprender, por meio da prática, a ginástica laboral e técnicas de segurança do trabalho.	Favorável
25	CARIACICA	EEFM ZAÍRA MANHÃES DE ANDRADE	LOGÍSTICA	EMI	VIVENCIANDO A LOGÍSTICA	Fomentar o conhecimento da logística, por meio das diversas atividades práticas e motivadoras propostas no projeto, contribuindo para o enriquecimento do aluno.	Favorável
26	CARIACICA	EEEFM CORONEL OLIMPIO CUNHA	COMÉRCIO EXTERIOR E RECURSOS HUMANOS	SUBSEQUENTE	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO: DIAGNÓSTICO E PREVENÇÃO	Capacitar profissionais para atuar em equipes multidisciplinares, de forma ética e voltada aos interesses sociais e ambientais, privilegiando a preservação da saúde, segurança e qualidade de vida do trabalhador.	Favorável
27	VIANA	EEEFM EWERTON MONTENEGRO GUIMARAES	LOGÍSTICA	EMI	APRENDENDO A EMPREENDER	Sensibilizar os alunos a se compreenderem e a se instituírem, como sujeitos no processo de constituição de seus conhecimentos, desenvolvendo um olhar crítico sobre as experiências, na busca pela reflexão sobre novos saberes inerentes à prática profissional.	Favorável

28	CARIACICA	EEEFM PROF. JOÃO LEÃO NUNES	LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO	SUBSEQUENTE	A DINÂMICA DA PLATAFORMA DE ESTUDOS NO CONTEXTO DA INOVAÇÃO DE COMPETÊNCIAS FORMAIS E ATITUDINAIS DAS AÇÕES GESTORAS DO SETOR ADMINISTRATIVO E LOGÍSTICO	Inserir os alunos no processo EAD, tendo como ferramenta a plataforma Moodle, disponibilizando os conteúdos desenvolvidos em sala de aula e avaliando-se de forma <i>online</i> , além de realizar o acompanhamento das atividades inseridas dentro da plataforma, tendo como prioridade a formação, capacitação do aluno para inserção no mercado de trabalho.	Favorável
29	CARIACICA	EEEFM PROF. JOAQUIM BARBOSA QUITIBA	ADMINISTRAÇÃO	EMI	FEIRA DE NEGÓCIO QUITIBA	Fomentar a EP no desenvolvimento de novas ideias e novas propostas para o mercado de trabalho, bem como impulsionar a qualificação da formação por meio da prática empreendedora dos alunos envolvidos.	Favorável
30	CARIACICA	EEEFM ARY PARREIRAS	INFORMÁTICA	SUBSEQUENTE	APROFUNDAMENTO DE CONHECIMENTOS EM SOFTWARE LIVRE	Capacitar os alunos a lidar com a administração e configuração de servidores com Linux e trabalhar com a suíte de aplicativos Libre Office.	Favorável
31	VIANA	EEEFM IRMA DULCE LOPES PONTE	MEIO AMBIENTE	EMI	DESENVOLVENDO A INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO ESCOLAR	Desenvolver possibilidades de aplicação dos conhecimentos ministrados em sala, nas disciplinas específicas, associados àqueles explorados no ensino regular, promovendo vivência da teoria na prática cotidiana.	Favorável
32	SANTA LEOPOLDIN	EEEFM ALICE HOLZMEISTER	AGRONEGÓCIO	EMI	AGRONEGÓCIO – PRODUZINDO COM	Possibilitar aos educandos acesso às informações referentes à educação ambiental,	Favorável

	A				SUSTENTABILIDADE	resgatando o conceito de responsabilidade ecológica e social, elaborando planos de ação referentes aos assuntos abordados em sala de aula.	
33	IBATIBA	EEEFM. MARIA TRINDADE DE OLIVEIRA	COMÉRCIO	SUBSEQUENTE	TRABALHAR COM SEGURANÇA GARANTE A SAÚDE DO COLABORADOR	Identificar, no setor comercial, problemas de saúde e segurança dos funcionários, desenvolvidos ou agravados dentro do ambiente de trabalho.	Favorável
34	COLATINA	EEEFM CONDE DE LINHARES	ADMINISTRAÇÃO	EMI	ADMINISTRANDO E SOCIALIZANDO VALORES	Desenvolver e perceber a relevância dos valores e do respeito no interior e exterior da organização, mensurando e expondo as atuais relações entre as indústrias e a sua gestão, que propiciam a construção de um bom profissional de administração.	Favorável
35	IBIRAÇU	EEEFM NARCEU DE PAIVA FILHO	INFORMÁTICA	SUBSEQUENTE	INCLUSÃO DIGITAL A PAIS DE ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA	Proporcionar aos alunos do curso a oportunidade de aplicar os conteúdos estudados desenvolvendo habilidades práticas e promover interatividade com a comunidade escolar.	Favorável
36	COLATINA	EEEFM CONDE DE LINHARES	BIBLIOTECA E INFORMÁTICA	EMI	OTIMIZAR O ACESSO À INFORMAÇÃO	Promover a integração dos cursos, otimizando o acesso à informação e sua importância para o gerenciamento das unidades de informação.	Favorável
37	MUNIZ FREIRE	EEEFM BRAULIO FRANCO	COMÉRCIO	SUBSEQUENTE	“Quality of Life” SATISFAÇÃO E MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO	A disseminação de conceitos e a implantação de ações que objetivem a melhoria da qualidade de vida no trabalho.	Favorável

38	ALEGRE	EEEFM SIRENA REZENDE FONSECA	RECURSOS HUMANOS	SUBSEQUENTE	A ROTINA DE TRABALHO DO PROFISSIONAL DE RECURSOS HUMANOS: ÊNFASE EM SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE DO COLABORADOR	Compreender as diversas funções do profissional, agregando uma visão multidisciplinar sobre a saúde e a segurança do trabalho.	Favorável
39	ITAPEMIRIM	EEEFM WASHINGTON PINHEIRO MEIRELLES	MEIO AMBIENTE	SUBSEQUENTE	CONHECENDO NOSSOS BIOMAS: MARATAÍZES E ITAPEMIRIM	Aproximar os alunos da realidade ambiental em que estão inseridos, por meio de uma relação sustentável entre a sociedade e o meio ambiente. Trazer a temática ambiental para o cotidiano das pessoas, de modo a contribuir para a solução dos problemas ambientais e conservação da biodiversidade e, consequentemente, a melhoria da qualidade de vida da sociedade.	Favorável
40	VITÓRIA	EEEM GOMES CARDIM	MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	SUBSEQUENTE	REAPROVEITANDO SUSTENTÁVEL DE <i>HARDWARES</i>	Reciclar, recuperar e reaproveitar equipamentos de informática, aumentando consideravelmente o controle de atividades laboratoriais e acesso, monitorando e controlando a internet, promovendo a inclusão digital e atitudes sustentáveis.	Favorável
41	VITÓRIA	EEEM GOMES CARDIM	BIBLIOTECA	SUBSEQUENTE	LIVRO EM MOVIMENTO	Incentivar a leitura na comunidade que não tem acesso ao material literário por diversas razões.	Favorável
42	VITÓRIA	EEEM GOMES CARDIM	MANUTENÇÃO E SUPORTE EM	SUBSEQUENTE	REESTRUTURAÇÃO DA REDE DA EEEM	Mostrar aos alunos cenários de redes/manutenção com diversos problemas e	Favorável

			INFORMÁTICA		GOMES CARDIM	instruí-los como fazer para que eles consigam realizar o serviço, de forma clara e correta, junto ao cliente.	
43	VITÓRIA	EEEM GOMES CARDIM	GUIA DE TURISMO	SUBSEQUENTE	INTERAGINDO COM O TURISMO CAPIXABA	Contribuir para a capacitação dos alunos, permitindo unir conhecimentos adquiridos em sala de aula com a prática, oportunizando a esses alunos uma experiência de análise, organização e ação, com a atuação em trabalhos reais como atores participativos, contando com a orientação dos professores envolvidos neste projeto.	Favorável
44	VITÓRIA	EEEM GOMES CARDIM	FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	SUBSEQUENTE	BANDA OFICINA LATA VELHA DO GOMES CARDIM - RESGATE E REATIVAÇÃO DE BANDAS DE MÚSICAS	Por meio de uma ação multifacetada, proporcionar a assistência necessária a instituições públicas que possuem instrumentos musicais.	Favorável
45	VITÓRIA	EEEM GOMES CARDIM	ADMINISTRAÇÃO	SUBSEQUENTE	FAZER EMPREENDER	Desenvolver o perfil do empreendedor, consolidando comportamento, atitudes e valores, dando apoio e suporte aos futuros empreendedores na busca por trabalho.	Favorável
46	SERRA	EEEFM ARISTÓBULO BARBOSA LEÃO	ADMINISTRAÇÃO TRANSAÇÃO IMOBILIÁRIA E MARKETING	SUBSEQUENTE	PROJETO PRÁTICA PLANO DE NEGÓCIOS	Desenvolver planos de negócios para serem utilizados como ferramentas que venham a nortear a organização quanto à sua atuação em investimento, metas e objetivos a serem alcançados, visando à inserção dos alunos no mundo do trabalho.	Favorável
47	SERRA	EEEFM MARIA JOSÉ ZOUAIN	LOGÍSTICA	SUBSEQUENTE	LOGÍSTICA DA	Desenvolver no aluno habilidade de aplicação do conhecimento teórico adquirido em sala de	Favorável

		MIRANDA			TEORIA À PRÁTICA	aula, por meio das práticas propostas no projeto.	
48	ALEGRE	EEEFM ARISTEU AGUIAR	INFORMÁTICA	EMI	SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO APLICADA À ÁREA DE INFORMÁTICA	Oportunizar ao educando a aquisição e o desenvolvimento de competência que os levem a produzir conteúdo na prevenção ocupacional para a segurança dos TI's.	Favorável
49	IUNA	HENRIQUE COUTINHO	AGRONEGÓCIO, MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA (EMI) VENDAS E MARKETING (SUBSEQUENTE)	EMI SUBSEQUENTE	A SEGURANÇA DO TRABALHADOR IUNENSE	Estimular a percepção e visão científica dos alunos, desenvolvendo o espírito de investigação e a atitude na relação teoria/prática.	Favorável
50	DORES DO RIO PRETO	EEEFM PEDRO ALCANTARA GALVEAS	INFORMÁTICA PARA INTERNET (EMI) E VENDAS- SUBSEQUENTE	EMI SUBSEQUENTE	SISTEMA DE INFORMAÇÃO COMO MOLA MESTRA NA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	Promover o uso de informática na escola e conscientizar alunos e comunidade a respeito da importância de alguns fatores ligados à saúde e segurança do trabalho.	Favorável
51	SÃO JOSÉ DOS CALÇADOS	EEEFM MERCES GARCIA VIEIRA	INFORMÁTICA	EMI	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	Integração escola/aluno/comunidade, bem como associação da teoria à prática que o projeto requer.	Favorável
52	BARRA DE SÃO	EEEFM JOÃO XXIII	SECRETARIADO	EMI	PRÁTICA EMPRESARIAL ATENDIMENTO AO	Desenvolver no aluno a prática do secretariado, inserindo no alunado a consciência de que empresas bem	Favorável

	FRANCISCO				CLIENTE E AO PÚBLICO COM EXCELÊNCIA	estruturadas se sobrepõem às demais.	
53	BARRA DE SÃO FRANCISCO	EEEFM JOÃO XXIII	INFORMÁTICA	SUBSEQUENTE E EMI	BLOG - UMA JANELA PARA O CONHECIMENTO	Possibilitar a interação escola/pais/alunos, facilitando a comunicação, a expressão de opiniões, críticas e sugestões, promovendo o uso dos recursos pedagógicos de divulgação de conteúdos e informação na escola.	Favorável
54	CASTELO	EEEFM JOÃO BLEY	CURSO CONFORME RELAÇÃO		O CONHECIMENTO TÉCNICO NO TRABALHO A SERVIÇO DO BEM-ESTAR	Proporcionar a disseminação do conhecimento técnico e o desenvolvimento prático-tecnológico da sociedade, incluindo professores, alunos, funcionários, pais e familiares da escola, a fim de contribuir significativamente para a melhoria do desempenho profissional dos participantes, da organização, do planejamento e do desenvolvimento social e profissional.	Favorável
55	ATILIO VIVACQUA	EEEFM FERNANDO DE ABREU	RECURSOS HUMANOS	SUBSEQUENTE	GERENCIANDO RECURSOS HUMANOS NA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL	Introduzir o aluno no mercado de trabalho, qualificando-o para atuar com condições de assumir suas responsabilidades profissionais e atuar nas diversas áreas das empresas.	Favorável
56	IBITIRAMA	EEEFM ANTÔNIO LEMOS JUNIOR	SECRETARIADO	SUBSEQUENTE	APLICAÇÃO DA PRÁTICA DE PRIMEIROS SOCORROS NAS EMPRESAS	Identificar e prevenir problemas relacionados à saúde nos locais de trabalho, visando à aplicação da prática de primeiros socorros.	Desfavorável

57	ÁGUA DOCE DO NORTE	EEEFM SEBASTIÃO COIMBRA ELIZEU	INFORMÁTICA	SUBSEQUENTE	A ESCOLA NO MUNDO VIRTUAL	Estruturar e criar um <i>blog</i> de finalidade pedagógica, conscientizando sobre o uso das tecnologias de informação, tendo como foco o Projeto 'Identidade em todo lugar', visando à divulgação das atividades referentes ao projeto que estão sendo realizadas pela escola.	Favorável
58	ARACRUZ	EEEFM MONSENHOR GUILHERME SCHMITZ	VENDAS	SUBSEQUENTE	VENDEDORES DE IDEIA	Possibilitar aos alunos do curso atuarem como vendedores, utilizando as técnicas e os conhecimentos adquiridos em sala de aula.	Favorável
59	ARACRUZ	EEEFM MONSENHOR GUILHERME SCHMITZ	MEIO AMBIENTE	SUBSEQUENTE	FOMENTANDO IDEIAS E CONHECIMENTO PARA A CIDADANIA NO TRABALHO	Proporcionar aos alunos dos cursos a oportunidade de ampliação de conhecimentos adquiridos em sala de aula, por meio da vivência de situações reais e experiências no mercado de trabalho.	Favorável
60	BAIXO GUANDU	EEEFM JOSÉ DAMASCENO FILHO	SECRETARIA ESCOLAR	SUBSEQUENTE	O SECRETÁRIO ESCOLAR E SUAS INTERAÇÕES NO ÂMBITO DA ESCOLA E COM A COMUNIDADE ESCOLAR	Compreender integralmente o papel da secretaria escolar dentro da unidade de ensino.	Favorável
61	BAIXO GUANDU	EEEFM JOSÉ DAMASCENO FILHO	CONTABILIDADE	SUBSEQUENTE	CONTADOR E O ESTUDO DOS CONHECIMENTOS DAS DEMAIS DISCIPLINAS: UMA	Vivenciar ações para incrementar o senso de responsabilidade e ética, capacidade de discernimento, pensamento crítico, agilidade de raciocínio, capacidade de gerenciamento de pessoas e consciência para manter-se	Favorável

					APLICAÇÃO DA MULTIDISCIPLINARIDADE	atualizado.	
62	BAIXO GUANDU	EEFM JOSÉ DAMASCENO FILHO	ADMINISTRAÇÃO	EMI	CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO: FERRAMENTAS ALIADAS AO SUCESSO PROFISSIONAL NA ADMINISTRAÇÃO	Promover condições necessárias para o desenvolvimento de competências para identificar aspectos que contribuam para o crescimento pessoal e profissional.	Favorável
63	VILA VELHA	EEEFM ADOLFINA ZAMPROGNO	CONTABILIDADE E EVENTOS	SUBSEQUENTE	DESENVOLVENDO ATIVIDADES HUMANITÁRIAS NA COMUNIDADE ESCOLAR ADOLFINA ZAMPROGNO	Conscientizar os alunos de que as empresas bem estruturas e socialmente responsáveis se sobrepõem às demais.	Favorável
64	VILA VELHA	EEEFM BENICIO GONÇALVES	LOGÍSTICA	EMI	NÚCLEO DE ESTUDOS LOGÍSTICOS - NEL	Proporcionar a integração da escola com a comunidade, por meio da disseminação do conhecimento técnico sobre a logística, conectando a teoria à prática e oportunizando ao aluno melhores condições de sua inserção no mundo do trabalho.	Favorável
65	ECOPORANGA	EEEFM ECOPORANGA	INFORMÁTICA	EMI	CURTO CIRCUITO: INVENTAR DESCOBRIR E CRIAR PARA UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Desenvolver a habilidade dos alunos na criação e implementação de <i>sites</i> , <i>blogs</i> e uso dos recursos das redes sociais a favor da comunidade em que estão inseridos.	Favorável

					COLABORATIVA.		
66	VILA VELHA	EEEFM PADRE PIACENTE	ADMINISTRAÇÃO	EMI	AGREGANDO VALORES AO CONHECIMENTO TEÓRICO	Colocar em prática as teorias, de forma que os alunos as experimentem no campo prático, consolidando sua formação escolar.	Favorável
67	VILA VELHA	EEEFM PROF ^a MAURA ABAURRE	LOGÍSTICA	SUBSEQUENTE	LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - UMA PRÁTICA SEGURA	Colaborar para que os alunos possam expandir os conhecimentos, associando os adquiridos durante o curso aos aspectos práticos da profissão.	Favorável
68	VILA VELHA	EEEFM SILVIO ROCIO	LOGÍSTICA	SUBSEQUENTE	LOGÍSTICA IN - FOCO UMA VISÃO AMPLA DA LOGÍSTICA	Agregar ao currículo do aluno a prática do conteúdo visto em sala de aula.	Favorável
69	CARIACICA	EEEFM. PROF ^a MARIA PENEDO	LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO	SUBSEQUENTE	EMPREENDEDORISMO CONHECIMENTO PARA O CRESCIMENTO	Potencializar e complementar o ensino-aprendizagem da EP, por meio de diferentes formas de linguagens, bem como incentivar a produção de novos conhecimentos e experiências, respeitando as diferenças individuais.	Favorável
70	GUARAPARI	EEEFM LYRA RIBEIRO SANTOS	ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE	SUBSEQUENTE	RESILIÊNCIA EMPREENDEDORA	Conciliar teoria e prática, a fim de conseguir melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem.	Favorável
71	VILA VELHA	EEEFM CAMILA	LOGÍSTICA	SUBSEQUENTE	FORMANDO TÉCNICOS EM LOGÍSTICA APTOS	Proporcionar aos alunos formação técnica de qualidade, para que possam acompanhar as transformações do mercado e possibilitar a	Favorável

		MOTTA			PARA O MERCADO DE TRABALHO	aquisição de conhecimentos tecnológicos, desenvolvendo competências técnicas para concorrer igualitariamente no mercado de trabalho.	
72	VILA VELHA	EEEFM BENICIO GONÇALVES	COMÉRCIO	SUBSEQUENTE	REFETIR, PROPOR E AGIR	Promover qualificação aos alunos, vivenciando na prática os conteúdos previamente trabalhados no decorrer do semestre letivo.	Favorável
73	SÃO MATEUS	EEEFM NESTOR GOMES	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	EMI	TEORIA PRÁTICA NA AGRICULTURA FAMILIAR	Oportunizar aos alunos do curso uma educação pautada nos princípios da agricultura familiar, para que os saberes apreendidos no cotidiano escolar possam se completar e potencializar-se nos ambientes de vivência.	Favorável
74	SÃO MATEUS	EEEFM SANTO ANTÔNIO	ADM. E INFORMÁTICA	EMI/ SUBSEQUENTE	PUBLICIDADE E PROPAGANDA DO COMÉRCIO LOCAL	Fomentar o comércio local, por meio da publicidade e propaganda dos estabelecimentos comerciais cadastrados no projeto.	Favorável
75	PEDRO CANÁRIO	EEEFM MANOEL DURATE DA CUNHA	RECURSOS HUMANOS		O PAPEL DO PROFISSIONAL EM RECURSOS HUMANOS	Desenvolver a capacidade e exigências do mundo globalizado, acompanhando a evolução do mesmo, além de desenvolver no educando o espírito crítico e empreendedor.	Favorável
76	VILA VELHA	EEEM MARIO GURGEL	ADMINISTRAÇÃO	EMI	EMPRETEC - EMPREENDEDORISMO TECNOLOGIAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO	Proporcionar ao aluno novos horizontes de ocupação como autônomo, por meio de gestão de pequenos negócios, domínio das tecnologias organizacionais e noções de gerenciamento.	Favorável

77	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	EEEFM PRESIDENTE GETULIO VARGAS	INFORMÁTICA	EMI	E- PRÁTICA	Enriquecer o conhecimento dos alunos por meio, principalmente, das atividades práticas e da apresentação das ferramentas tecnológicas, bem como mostrar que conhecer essas ferramentas é imprescindível ao profissional que quer se mostrar atualizado e garantir um diferencial competitivo frente aos concorrentes ao mercado de trabalho.	Favorável
----	-------------------------	---------------------------------	-------------	-----	------------	--	-----------

Fonte: SEDU/GEP, 2014.

PPEC SECTTI

Nº	MUNICÍPIO	ESCOLA	CURSO	MODALIDADE	NOME DO PROJETO	OBJETIVOS	SITUAÇÃO DO PROJETO
01	Vila Velha	CEET Vasco Coutinho	Rádio e TV	Subsequente	Olhar Capixaba	Difundir o potencial turístico e cultural do Espírito Santo, englobando o histórico de cada ponto turístico, arte, culinária, lazer e hospedagem que o capixaba tem como referencial.	Aprovado
02	Vila Velha	CEET Vasco Coutinho	Modelagem do Vestuário	Subsequente	Bolsas Recicladas	Oportunizar aos alunos entre a teoria e a prática vivenciar e participar da parte fabril de todas as etapas de confecção de um produto.	Aprovado

03	Vila Velha	CEET Vasco Coutinho	Curso Técnico em Administração, Informática, Jogos Digitais e Rádio e TV	Subsequente	Energia Autossuficiente: Projeto De Iluminação Pública	Criar possibilidades e alternativas que sejam viáveis para o Governo e sociedade em Geral.	Aprovado
04	Vila Velha	CEET Vasco Coutinho	Informática	Subsequente	Oficina de Montagem e Manutenção de Redes e Computadores	Oferecer oficinas de manutenção e montagem de redes e computadores, bem como princípios básicos da computação, por meio de profissionalização e interação com a tecnologia.	Aprovado
05	Vila Velha	CEET Vasco Coutinho	Jogos, Eventos, Serviços de Restaurante e Bar, Hospedagem	Subsequente	Um passeio turístico virtual no município de Vila Velha	Desenvolver um jogo digital, com o objetivo de conhecer o município de Vila Velha, para que as pessoas possam vivenciar e conhecer a história, a geografia e o turismo.	Aprovado
06	Vila Velha	CEET Vasco Coutinho	Rede de Computadores	Subsequente	Lixeira de Coleta Inteligente	Desenvolver uma lixeira de coleta inteligente , em que seu principal objetivo é separar o lixo, utilizando o auxílio de uma interface visual, sonora e motora, otimizando a coleta seletiva.	Aprovado
07	Vila Velha	CEET Vasco Coutinho	Rádio e TV	Subsequente	Web TV Experimental	O objetivo é o de que o aluno pratique e assimile as formas de expressão e comunicação visuais com a capacidade analítica do raciocínio na gravação de produto	Aprovado

						audiovisual.	
08	Vila Velha	CEET Vasco Coutinho	Técnico em Informática e Redes de Computadores	Subsequente	Linux educacional no EAD	Potencializar a utilização do ambiente de <i>software</i> livre com o sistema de Linux educacional	Aprovado
09	Vila Velha	CEET Vasco Coutinho	Produção de Moda e Modelagem do Vestuário	Subsequente	Moda e Arte	Promover a modelagem e customização de acessórios e roupas em geral.	Aprovado
10	Vila Velha	CEET Vasco Coutinho	Informática e Administração	Subsequente	Inclusão Digital	Promover a capacitação no uso de ferramentas computacionais para as camadas sociais menos favorecidas em relação ao desenvolvimento tecnológico.	Aprovado
11	Vila Velha	CEET Vasco Coutinho	Informática	Subsequente	Robótica e Confecção de peças artesanais para decoração usando sucata eletrônica	Estimular o empreendedorismo e o uso de sucatas eletrônicas para a geração de renda.	Aprovado
12	Vila Velha	CEET Vasco Coutinho	Informática	Subsequente	Aplicativo Mobile para Bares e Restaurantes	Desenvolver sistemas de Gestão Comercial para o mercado de trabalho envolvendo os discentes, e colocar em prática ideias inovadoras.	Aprovado
13	João Neiva	CEET Talmo Luiz	Técnico em	Subsequente	Reciclando para	Despertar nos alunos a consciência para a	Aprovado

		Silva	Logística		a Vida	preservação de recursos naturais, por meio da reciclagem do papel, dando nova utilidade a materiais que, na maioria das vezes, são considerados inúteis, elaborando, assim, jornais, horários, calendários reutilizando o papel antes descartado.	
14	João Neiva	CEET Talmo Luiz Silva	Técnico em Mecânica e Técnico em Fabricação Mecânica	Subsequente	Construção de Academia Popular para pessoas Idosas na comunidade de João Neiva	Utilizar todos os conhecimentos teóricos e práticos desenvolvidos nos cursos de Mecânica e Fabricação Mecânica do CEET “Talmo Luiz Silva”, em prol da construção de equipamentos seguros e de baixo custo que serão instalados, com apoio da prefeitura, em locais abertos onde já se tenha algum tipo de prática esportiva comum à comunidade.	Aprovado
15	João Neiva	CEET Talmo Luiz Silva	Secretariado, Logística e Mecânica	Subsequente	Memorial do CEET Talmo Luiz Silva	Organizar os documentos textuais, como atas, livros, documentos oficiais, fotografias, entrevistas, reportagens e máquinas; desenvolver uma ação técnica de preservação e acondicionamento dos documentos; auxiliar a montagem de exposições do memorial escolar.	Aprovado

Fonte: SECTTI/GEP, 2014.

ANEXO C - CULMINÂNCIA DOS PEC'S

PEC – TÉCNICO EM MODELAGEM DO VESTUÁRIO – 2009



PEC – TÉCNICO EM MODELAGEM DO VESTUÁRIO – 2010

PEC – TÉCNICO EM PRODUÇÃO DE MODA – 2011



PEC – TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO – MINIEMPRESA – 2010

ORGANIZAÇÃO Coordenação, Professores e Alunos do Curso Técnico em Administração DIREÇÃO Solange Maria Batista de Souza COORDENAÇÃO DO CURSO Daniela Ceruti Castro Débora Rosa Stein Wagner Luís Braga da Silva PEDAGOGAS Adriana Primerat Viana Randow Eliângela Coutinho de Souza Sandra Mara Pires APOIO BAR DO BAIXINHO NOBREZA scribo Mercado da Maria	<i>Magia do Sabor</i> PASTEL DA VILLA Assessoria de Brand GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE VILA VELHA CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TÉCNICA VASCO COUTINHO Rua Luciano das Neves DN Centro - Vila Velha - ES CEP: 29100-200 Telefax: (027) 3229-8309 E-mail: CEET: vascocooutinho@sedu.es.gov.br CURSO: administracao@ceetvascocooutinho.com.br Site: CEET: www.ceetvascocooutinho.com.br SEDU: www.sedu.es.gov.br	Qualidade Trabalho 14 e 15 DE SETEMBRO HORÁRIO: 08:00 ÀS 22:00 HORAS LOCAL: AUDITÓRIO DO CEET VASCO COUTINHO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TÉCNICA VILAS VELHAS REALIZAÇÃO: COORDENAÇÃO, PROFESSORES E ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO
--	---	---

PEC – TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO – 2011



PEC – HOSPEDAGEM, GRANEXPOR – 2011



PEC – TÉCNICO EM EVENTOS – 2011



PEC – TÉCNICO EM INFORMÁTICA – 2010



PEC – TÉCNICO EM RÁDIO E TV – 2011



ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1Eu, _____, RG: _____, declaro que consinto em participar como sujeito da pesquisa **“Contribuições à implementação do PPEC: superando dualidades”**, sob responsabilidade do(a) pesquisador(a) **Solange Maria Batista de Souza** e que fui satisfatoriamente esclarecido de que:

- A) o estudo será realizado a partir de **questionário e entrevistas**;
- B) que não haverá riscos para minha saúde,
- C) que posso consultar o pesquisador responsável em qualquer época, pessoalmente ou por telefone, para esclarecimento de qualquer dúvida;
- D) que estou livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa e de que não preciso apresentar justificativas para isso;
- E) que todas as informações por mim fornecidas e os resultados obtidos serão preservados e confiados ao pesquisador, que se obriga a manter o anonimato em relação à fonte (sujeitos de pesquisa) e a se manter fiel e rigoroso em relação aos dados obtidos;
- F) que serei informado de todos os resultados obtidos na pesquisa;
- G) que não terei quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa;
- H) que compreendi que esta pesquisa é importante para o estudo e melhor entendimento no aprimoramento do PPEC.

DECLARO, outrossim, que, após ser convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que nos foi explicado, consinto em participar da pesquisa em questão.

Vila Velha, 31 de março de 2015.

Sujeito de pesquisa

Pesquisador(a)

OBS: Este termo apresenta duas vias, uma destinada ao usuário ou seu representante legal e a outra ao pesquisador.

ANEXO E - Eixo Tecnológico Gestão e Negócios

Insight Empreendedor



Alunos pesquisando sobre os conteúdos das Oficinas – Biblioteca do CEET Vasco Coutinho



Pesquisa e elaboração de material para Oficina de Gestão e Liderança de Pessoas

Energia Autossuficiente



Modelando os espaços para energia sustentável

ANEXO F - Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer

Um passeio turístico virtual no município de Vila Velha



registro fotográfico com a participação da turma do PPEC Olhar Capixaba, com a participação dos professores Gustavo e Janaina



Registro fotográfico da aluna Elisabeth.

Olhar Capixaba



Gravação do primeiro programete = Convento da Penha

ANEXO G – Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design

Bolsas Recicladas



Produção das Bolsas Recicladas Web Experimental



ANEXO H – Eixo Tecnológico Informação e Comunicação

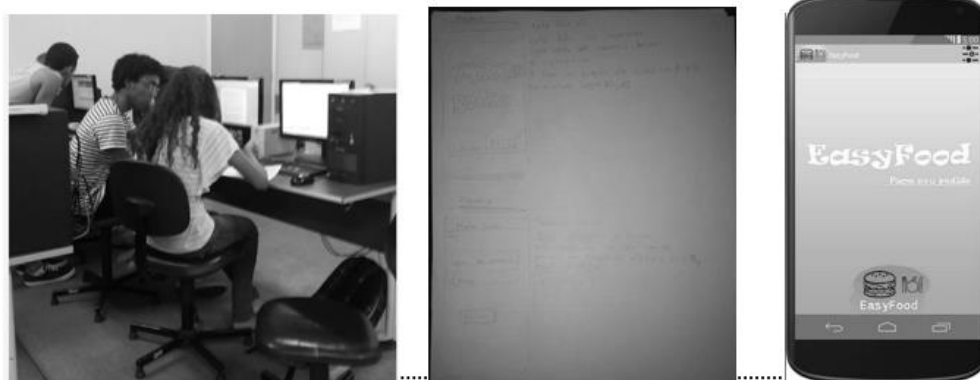
Inclusão Digital para Comunidade



Oficina de Montagem e Manutenção de Redes e Computadores



Aplicativo Mobile para Bares e Restaurantes



Alunos desenvolvendo

Prótipo do Aplicativo

Aplicativo

Robótica e confecção de peças artesanais para decoração eletrônico



Apresentação da casa controlada pelo celular



Árvore de Sucata

Lixeira de Coleta Inteligente



Construção da Lixeira



Apresentação da Lixeira

Linux Educacional – Curso EaD

Plataforma EaD do CEET Vasco Coutinho

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

CAED – CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Prezado Aluno,

Esta pesquisa faz parte do desenvolvimento da dissertação **Contribuições à implementação do PPEC: Superando Dualidades**. O objetivo deste questionário é saber sua opinião sobre alguns aspectos do PPEC e sua participação no Projeto. A identidade dos entrevistados será preservada, visto que seu nome inclusive não é solicitado no formulário. Suas respostas são muito importantes para a avaliação dessa experiência de ensino e futuros projetos que possam ser desenvolvidos.

Desde já, agradeço.

Solange Maria Batista de Souza

Março/2015

QUESTIONÁRIO – SURVEY COM ALUNOS

Características dos alunos

Responda às informações pedidas no quadro abaixo.

Idade		
Sexo	☐ Feminino	☐ Masculino
Curso		
Módulo		
Escola		

Em função da sua participação no PPEC:

Atribua notas de 1 a 5, sendo 1 a pior nota e 5 a melhor nota, para os elementos ou aspectos do PPEC descritos no quadro abaixo. Marque um “X” no espaço em que está a nota que você atribui.

	Notas				
	1	2	3	4	5
Relação entre professor coordenador e alunos no projeto de que você participa.					
Aplicabilidade em sua vida profissional dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula e no PPEC.					
Aproximação entre os conteúdos tratados em sala de aula e as necessidades de conhecimento postas pelo mundo do trabalho.					
Relação entre os conteúdos das disciplinas do ensino médio regular/propedêutico e o PPEC.					
Relação entre os conteúdos das disciplinas do ensino médio subsequente/profissional e o PPEC.					
Aumento das oportunidades de participação no PPEC e ampliação de oportunidades profissionais em função disso.					
Adequação dos espaços físicos (laboratórios, biblioteca, auditório) e dos equipamentos do CEET Vasco Coutinho às necessidades do PPEC.					
Enriquecimento do currículo do seu curso por causa da existência do PPEC.					
A contribuição do PPEC na revitalização do currículo como instrumento de aproximação do mundo do trabalho.					
Importância do PPEC para a formação profissional.					
Resultados alcançados pelo PPEC.					

APÊNDICE B – ENTREVISTA PROFESSOR E COORDENADORES DE CURSO

ENTREVISTA PARA TRABALHO DE DISSERTAÇÃO

Público-Alvo: PROFESSORES E COORDENADORES DE CURSO

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DA ENTREVISTA QUANTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SETOR EDUCACIONAL: PPEC

Objetivo geral da entrevista: **Obter dados sobre o processo de implementação e o cotidiano da política, sob o ponto de vista desses atores. As propostas poderão nascer da reflexão crítica sobre os dados.**

1º bloco: Dados gerais do entrevistado

I – Identificação dos professores

Nome:

Idade:

Sexo:

Tempo de atuação na rede:

Formação:

Curso em que atua:

PPEC em que atua:

2º Bloco: Objetivo: Verificar a atuação dos demais atores da gestão escolar e os professores ao receberem esta política.

- 1) Como se dá, no cotidiano, a relação entre o professor e o gestor no âmbito dessa política?
- 2) Como se deu o seu contato inicial com a política?
- 3) Como se deu a implantação do PPEC na escola? (Houve envolvimento da comunidade?)
- 4) Você considera que haja importância do PPEC em relação aos cursos técnicos? Por quê?
- 5) Quais foram as estratégias adotadas pela Gestão Escolar na organização do PPEC?

3º bloco: Objetivo: **Avaliar os efeitos da política do PPEC no alinhamento da teoria à prática nos currículos dos cursos técnicos.**

- 1) O que o motivou a participar do PPEC? Qual a relação existente do projeto com a sua disciplina?
- 2) Você observa relação entre conteúdos de disciplinas do ensino médio regular/propedêutico e o PPEC? Exemplos.
- 3) Você observa relação entre conteúdos de disciplinas do ensino médio subsequente/profissional e o PPEC? Exemplos.
- 4) As condições materiais recursos/laboratórios e biblioteca onde executa o PPEC estão de acordo com a proposta curricular?
- 5) Você acredita que o PPEC na escola onde atua tem contribuído com o enriquecimento curricular dos cursos técnicos? (Poderiam dar exemplos que expliquem sua resposta?).
- 6) O PPEC que você está executando está adequado aos currículos dos cursos técnicos e em relação ao mundo do trabalho? O setor produtivo foi consultado ou participou das discussões a respeito dessa política? De que forma?

4º bloco: **Qual a contribuição do PPEC na revitalização do currículo como instrumento de aproximação ao mundo do trabalho.**

- 1) Na sua opinião, essa política afetou o desempenho dos alunos e o trabalho dos professores? Como isso se deu?
- 2) Quais são as dimensões incorporadas no PPP e currículo do curso? O PPEC ajuda a aproximar a teoria à prática? De que forma?
- 3) Na sua opinião, o PPEC se assemelha ao currículo dos cursos técnicos? De que maneira? Poderia dar exemplos?
- 4) Quais são as dificuldades e avanços identificados na execução dessa política?
- 5) O que você achou da política do PPEC para a Educação Profissional? Apresentou algumas falhas? Quais?